



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE HUMANIDADES- IH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES-MIH

JERALDINO ANTÓNIO SAMBÉ

**XADREZ DA DISPUTA DEMOCRÁTICA NA SOCIEDADE GUINEENSE:
IDENTIDADE POLÍTICA E RELAÇÕES ÉTNICAS NA GUINÉ-BISSAU**

**Redenção-CE
2023**

JERALDINO ANTÓNIO SAMBÉ

**XADREZ DA DISPUTA DEMOCRÁTICA NA SOCIEDADE GUINEENSE:
IDENTIDADE POLÍTICA E RELAÇÕES ÉTNICAS NA GUINÉ-BISSAU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades (POSIH), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre, em Interdisciplinaridade e Humanidades, sob orientação do Prof. Dr: Ricardo Ossagô de Carvalho.

Linha de pesquisa: Educação, Política e Linguagens.

**Redenção-CE
2023**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Sambé, Jeraldino António.

S18x

Xadrez da disputa democrática na sociedade guineense: identidade política e relações étnicas na Guiné-Bissau / Jeraldino António Sambé. - Redenção, 2023.

110 f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho.

1. Política guineense. 2. Identidade étnica. 3. Democracia.
4. Guiné-Bissau. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 966.5703

JERALDINO ANTÓNIO SAMBÉ

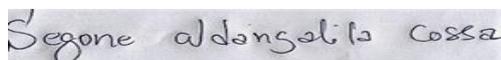
**XADREZ DA DISPUTA DEMOCRÁTICA NA SOCIEDADE GUINEENSE:
IDENTIDADE POLÍTICA E RELAÇÕES ÉTNICAS NA GUINÉ-BISSAU**

Aprovado em: 29 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA



Orientador e Presidente: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Coorientador Prof. Dr. Segone Ndangalila Cossa
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Examinador Interno Prof. Dr. Carlos Subuhana
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Examinadora Externa Profa. Dr.^a Janaina Campos Lobo
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Examinador Externo Prof. Dr. Lourenço Ocuni Cá
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

DEDICATÓRIA

Oh minha mãe, ***Binind Fondé*** [mulher diferenciada]. Mãe querida, Deolinda Intchalá da Costa, do seu esforço ***di bidera***, [comerciante de pequeno porte] hoje o seu filho consegue a carta que lhe prometia. Não pude ser diferente, ao não te dedicar esta conquista, foi no seu lar que aprendi a andar e comunicar-se, do seu esforço e amor incondicional, descobri quão, a vida faz sentido! Você foi admirável ainda continua sendo uma extraordinária mãe para toda a nossa família, Te amo Mãe. Esta conquista é toda sua!

Estendo esta dedicatória ao meu pai, José António Sambé (*In memoriam*), a quem sempre pautava que a educação é única forma para nos erguer na vida, e na nossa formação sociocultural e acadêmica, obrigado pai, os teus ensinamentos e esforços incondicionais, hoje me serve de exemplo, eu pude perceber quanto valia a pena, à humilde biblioteca montada em casa na qual você sempre me apresentava enquanto o nosso tesouro!

Os teus ensinamentos sempre está presente e estarão eternamente no meu coração coberto de luto, você me prometia que um dia gostaria de me ver voltando com muitos aprendizados e experiências acadêmicas, não sei como lhe apresentar isso, mas me sinto que, onde você se encontra nessa altura, vais ficar feliz.

Gostaria de ter mais aprendizados e vivências contigo, mas o tempo continuará percorrendo como antes, ficaria grato se eu pudesse ter lhe ajudado em qualquer suporte, mas infelizmente, partiste antes de usufruir qualquer conquista que virão, fique bem papai. As saudades batem, mas as suas iluminações e proteções sempre me tocam!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e os meus ancestrais [*firkidjas di tchon*] pela proteção e folgo emprestado durante esta caminhada, entre idas e vindas, que tenham me proporcionado ao longo dessas jornadas acadêmicas e trânsitos da vida, sem o vosso cuidado não teria conquistado essa luta! Deixo meus votos de amor e agradecimentos a minha Mãe Deolinda Intchalá da Costa, minha (*firkidja*), por ter acreditado sempre e nunca duvidar de abrir as mãos em tudo que for possível para que hoje eu possa celebrar mais uma transição acadêmica.

A sua doação da força física e mental, é motivo das minhas alegrias e vontade de aprender, os teus reflexos, me impulsiona sempre a dar mais passos, obrigado Mãe. Estendo a mesma consideração, ao meu pai José António Sambé (*In memoriam*).

Agradeço à minha querida irmã guerreira, Tânia António Sambé, que ao seu suor do dia, e nas chuvas da noite, me suportou durante todo esse percurso. Sem a sua abdicção, nem teria oportunidade de me ingressar na Universidade Colinas de Boé (Guiné-Bissau), e posteriormente seguir para o Brasil. Obrigado minha irmã! Também agradeço aos meus irmãos, primos (as), sobrinhos (as) que de certa forma fizeram parte dessa conquista, pela força e motivação que sempre me deram meu muito obrigado!

Deixo também, os meus votos de agradados a toda família Intchalá da Costa, de maneira especial aos meus tios materno: Ronco Intchalá da Costa, e o Francisco Intchalá da Costa, pelo vosso cuidado e respeito comigo. Alargo meus agradecimentos também, a minha tia, Dulce Intchalá da Costa, pelo apoio incondicional meu muito obrigado. Minha eterna gratidão a minha parceira e companheira de luta, Maria Elivânia Felix Coelho e toda a sua família pelo carinho e acolhimento no solo brasileiro, meu agrado!

Agradeço meu orientador, Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho, pela parceria e consideração durante este percurso acadêmico, sem a sua colaboração não teria a base teórica na construção e amadurecimento dessa experiência. Agradeço a comunidade Unilabiana amigos (as), professores (as), servidores (as) pelos afetos e aprendizados construídos no decorrer desse processo. Meu muito obrigado, aos meus colegas, que ao longo do curso tenhamos sensibilidades em trocar as convivências e afetos!

Agradeço, ao meu amigo irmão, Domingos Antônio Candiengue; por ter percorrido a mesma caminhada comigo no mestrado e pelas nossas trocas de experiências e aprendizados. Grato pela CAPES, por ter me concedido a bolsa, sem essa ajuda ficaria muito difícil a minha permanência no programa, a fim de realizar este trabalho. Brevemente veremos, valeu a pena!

RESUMO

Este trabalho parte de uma análise sobre, “Xadrez da disputa democrática na sociedade guineense: identidade política e relações étnicas na Guiné-Bissau”, tomando-se em consideração o processo da formação política e da sua transição em curso. Consequentemente, o trabalho tem por objetivo, compreender as dinâmicas do pertencimento étnico, suas implicações na democracia e cenário sociopolítico guineense. Pois neste viés, para o desenvolvimento do trabalho, usufruímos da metodologia quali-interdisciplinar, nas suas mais profundas cautelas, enquanto procedimento teórico e metodológico que busca solucionar a nossa problemática. Do ponto de vista estrutural, este trabalho foi mesclado em quatro (4) seções, para além da introdução e as considerações finais. Neste sentido, segue-se na primeira seção, analisando, a manipulação democrática no jogo político guineense; posteriormente na segunda secção, debruçarmos sobre impactos da etnicidade na sociedade política guineense; e na terceira seção falaremos sobre as identidades e suas influências no discurso político guineense. Na quarta seção, analisaremos a questão da manipulação democrática no jogo político guineense; como também impactos sobre etnicidade na sociedade política guineense; e na mesma seção falaremos ainda das identidades e suas influências no discurso político guineense. Ademais, frisa-se que questões étnicas na disputa política persistem nas influências regionais e internacionais desse conflito o que não pretendemos desvendar aqui com mais detalhes.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; jogos identitários; democracia; disputa dos poderes.

ABSTRACT

This work is based on analysis of “Identity Games and Democratic Dispute in Guinea-Bissau, from its political stage and current ethnic relations”, considering the process of political formation and its ongoing transition. Consequently, the work aims to understand the dynamics of ethnic belonging, its emotions in the guinean democracy and sociopolitical scenario. Therefore, fore the development of the work, we will take advantage of quali-interdisciplinary methodology, in its depths and cautions as a theoretical and methodological procedure that seeks to solve our problem. From a structural point of view, this work was merged into four (4) sections, in addition to the introduction and final considerations. In this sense, the first section analyzes the democratic manipulation in the Guinean political game; later in the second section, we will focus on the impacts of ethnicity on guinean political Society; and in the third section we will talk about identities and their influences on guinean political discourse. In the fourth section, we will analyzed the issue of democratic manipulation in the guinean political game; as well as impacts on ethnicity in guinean political Society; and in the same section we will also talk about identities and their influences on guinean political discourse. Furthermore, it is emphasized that ethnic issues in the political dispute persist in the regional and international influences of this conflict, which we do not intended to unravel here in more detail.

Keywords: Guinea-Bissau; identity games; democracy; dispute of powers.

Lista de Abreviaturas e Siglas

ANP- Assembleia Nacional Popular

BM - Banco Mundial

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa

ECOMOG - Grupo de Monitoramento da Comunidade

FLING- Frente de Libertação Nacional da Guiné

FMI - Fundo Monetário Internacional

PAIGC - Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo-Verde

PIDE- Polícia Internacional de Defesa do Estado

PRS- Partido de Renovação Social

SAB- Sector autónomo de Bissau

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa da política administrativo Regional da Guiné-Bissau.....	26
Figura 2: Racionalidade étnica.....	34
Figur 3: As características do regime político na Guiné-Bissau: inversão do gráfico (Center For Systemic Peace, 2016).....	61
Figura 4: Aspectos influenciadores do comportamento dos partidos.....	69
Figura 5: Esquema da inter-relação entre a economia e a política.....	75

Lista de Quadros

Quadro 1: Diferença entre Métodos.....	18
Quadro 2: Autoridades Tradicionais.....	39
Quadro 3: Acordo de Paz de Abuja – 01 de Novembro de 1998.....	56

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Trajectoria metodológica, sob uma perspectiva analítica quali-interdisciplinar	14
1.2	Apresentação sociogeográfico, solidariedade multiétnica e luta da libertação da Guiné-Bissau	19
2	A MANIPULAÇÃO E ELEMENTOS DOS PODERES EM JOGO: PODER ENDÓGENO E BUROCRATIZAÇÃO DO ESTADO	32
2.1	“Movimento reajustador” ou ajustes de contas? Crise identitária guineense/cabo-verdiana.....	42
2.2	O estranhamento do conflito de sete (7) de junho (1998/1999): entre amarus étnico-políticos, quiçá?.....	50
3	A FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES POLÍTICAS E PARTIDOS POLÍTICOS	59
3.1	Constituição partidária na Guiné-Bissau	68
3.2	A negociação das “identidades” entre governantes e governados no campo da representação política.....	72
4	MANIPULAÇÃO DEMOCRÁTICA NO XADREZ POLÍTICO GUINEENSE: IDENTIDADE POLÍTICA E RELAÇÕES ÉTNICAS	81
4.1	Impactos da etnicidade na sociedade política guineense.....	87
4.2	Identidades e suas influências no discurso político guineense	93
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

1 INTRODUÇÃO

É verdade, é claro, que a identidade africana ainda está em processo de formação. Não há uma identidade final que seja africana. Mas, ao mesmo tempo, existe uma identidade nascente. E ela tem um certo contexto e um certo sentido. Porque, quando alguém me encontra, digamos, numa loja [...], ele indaga: “Você é da África?” O que significa que a África representa alguma coisa para algumas pessoas. Cada um desses rótulos tem um sentido, um preço e uma responsabilidade.

Chinua Achebe¹

Esta dissertação, Xadrez da disputa democrática na sociedade guineense: identidade política e relações étnicas na Guiné-Bissau, objetiva compreender as dinâmicas do pertencimento étnico suas implicações no cenário sociopolítico guineense. Fato este, que serve para a reconstrução política daquilo que “*O mundo se despedaça*”, um advento que nos recorda a formação preconceituosa em relação à situação sociopolítica que o mundo eurocêntrico criou na África de modo particular, a sociedade guineense.

As premissas motivacionais na realização desse trabalho são múltiplas, desde a realidade sociocultural, econômica e política, sobretudo, no que concerne às oportunidades no campo da formação superior. Sinto-me privilegiado e me vê honrado e protegido no percurso da realização desse sonho de um imaginar de Licenciatura ao concretizar-se, mestrado, junto à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira; Unilab-, Redenção-Ceará, essas realizações não se fazem sozinho, mobiliza-se num *Ubuntu*.

Assim, ao compreender este processo da internacionalização dos conhecimentos entre Brasil e os países parceiros, de modo particular Guiné-Bissau, não podemos deixar de lado as nossas questões estratégicas, sobretudo, na mobilização pessoal em relação à insuficiência duma abordagem interdisciplinar. A investigação interdisciplinar nas Ciências Sociais e Humanas é associada ao propósito do desenvolvimento e da sua repercussão imediata sobre a compreensão das complexidades do mundo que lhe rodeia. O olhar interdisciplinar na qual se justifica o trabalho concerne, sobretudo, pelas suas linguagens epistemológicas e na amplificação dos conhecimentos diversificados dos sujeitos para melhor compreender a

¹ Escritor crítico da nacionalidade nigeriana.

atuação sociopolítica guineense. Neste sentido, torna-se necessário mostrar que a nossa relação com este estudo associa-se, nas discussões atreladas à disciplina, “*Identidade e Poder*”, ainda na graduação.

Em outras contribuições, que me auxilia no recorte desta dissertação, foi as das disciplinas do Seminário de Pesquisa e da Metodologia Interdisciplinares em Humanidades na qual tem me proporcionado bastantes experiências, sobretudo, no alinhamento dos nossos objetivos para compreender de que modo a constituição das relações sociais e identitárias na Guiné-Bissau ainda se vincula aos mecanismos da exploração e manipulação como era tido pela experiência colonial portuguesa e num período posterior a formação do Estado pós-colonial.

Desse modo, o trabalho também possa mostrar como os conflitos políticos gerados pelas constantes instabilidades governativas na sociedade guineense, às vezes, tidas pelas analistas de redes sociais de (guerras étnicas) não se faz presente na Guiné-Bissau, mas persistem nas mobilizações de categorias étnicas como elementos estratégicos no processo de controle do poder. É importante lembrar que, a nova formação política guineense viu-se, atrelado à questão da identidade étnica e o seu contorno no ciclo das decisões, enquanto instrumento da reafirmação dos sentimentos de pertença singular, em contrapartida do projeto da unidade nacional realçado pelo arquiteto da luta da libertação Amílcar Lopes Cabral.

A convivência e o impacto deste fato persistem a transição política do regime monopartidarista do PAIGC, coberta da definição da época como partido-Estado, e com abertura política nos meados de 1990, os sentimentos do nacionalismo começam a cair por terra, deixando transparecer cada vez mais as manipulações em volta das relações e sentimentos das pertenças étnicas no campo das relações políticas.

Aguarda-se, com o desenvolvimento desta dissertação que a interdisciplinaridade passará a ser tomada para as linhas da discussão que transcendem olhar linear da complexidade política e da formação identitária na sociedade guineense e nas resoluções de possíveis contradições partidárias que vem afetando a democracia e a cultura da educação política, como mecanismo importante para desconstrução da manipulação étnica nas tomadas de certos posicionamentos políticos sem levar em consideração o jogo democrático.

A construção dos conhecimentos é nada mais que um processo mediado entre uma visão micro/macro dos fenômenos socioculturais, políticos e acadêmicos. Ao buscarmos os resultados da pesquisa, elencamos inicialmente as seguintes hipóteses: (a)- A conquista do poder na Guiné-Bissau faz-se nos desvendar das relações sociopolíticas e identitárias enquanto mecanismo que num dado certo momento transforma-se, elemento chave na

manipulação da arena política guineense; (b)- compreende-se, que o modelo organizacional da instituição administrativa guineense, fruto da herança colonial, também vem sendo determinante nos grupos sociopolíticos junto à subordinação de classes que detenham o monopólio da máquina política, enquanto fonte da manutenção de recursos políticos sobre outras. Nesta conturbação política, o Estado na Guiné-Bissau, enquanto instituição se vê configurado e associado, sobretudo, às questões identitárias ora problemáticas. Por assim, dizer: Em que sentido, as dinâmicas políticas guineense possibilitam disputas identitárias, perante o jogo do poder? Na tentativa de chegar a esta resposta, nasceu-se, a nossa dissertação para melhor compreender as realidades socioculturais e políticas vivenciadas na Guiné-Bissau, perspectivando-as de forma clara e concisa num olhar interdisciplinar.

1.1 Trajetória metodológica, sob uma perspectiva analítica quali-interdisciplinar

Por esta seção, pretendemos amontoar de maneira sintética os percursos teóricos e metodológicos e suas técnicas emprestadas para execução deste trabalho. A construção metodológica da nossa dissertação toma por privilégio uma menção da pesquisa quali-interdisciplinar, como base para coletas, análises e interpretação das informações enquanto atos da produção do conhecimento. Neste sentido, ao procurarmos entender a pesquisa como sendo campo da disputa política e epistemológica. Por esta via, necessita-se de uma condução responsável por parte dos pesquisadores (as). A pesquisa foi efetuada mediante a mobilização e análises de dados bibliográficos, intercruzando-os à perspectiva interdisciplinar.

Segundo Pedro Demo, a produção da pesquisa é uma questão da inquietação e escolha, às vezes, essas posições nos conduz às disputas, ora para a manutenção de *status quo*, que se persiste entre diferentes olhares dos saberes dentro duma determinada área, mas para que isso seja evitada necessitasse da sinergia interdisciplinar (DEMO, 2011). Justifica-se, que a investigação com ênfase bibliográfica desenrola, sobretudo, com suporte das matérias que foram organizadas, analisadas para nos orientar na produção de trabalhos científicos.

Nessa cena, a pesquisa qualitativa, também se fortifica pela sua postura de classificação, seleção, fichamento dos conteúdos, enquanto mecanismos teóricos para embasamentos dos objetos da pesquisa (DEMO, 2011). Dessa forma, trabalhamos, também, a partir de uma metodologia denominada aqui, quali-interdisciplinar, para Mirian Goldenberg “os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos” (GOLDENBERG, 2004, p.53). Para,

Suely Ferreira Deslandes, a pesquisa pode ser tomada como sendo ponto da compreensão e da representação do “universo da produção humana, [...] pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade” (DESLANDES, 2009, p. 21).

Aponta Maria Cecília de Souza Minayo, o estudo da metodologia ganhou grande impulso, embora tivesse os seus precursores que as tornam complexos, mas nos cabe compreender que a interpretação desse conceito não é homogênea, afinal transforma-se num campo da disputa, e com isso, podem se clarear caminhos metodológicos (MINAYO, 1994).

A metodologia da pesquisa é tida como um processo crítico por isso deve ser “o caminho emancipatório não pode vir de fora, imposto ou doado, mas será conquista de dentro, construção própria, para o que é mister lançar mão de todos os instrumentos de apoio” (DEMO, 2011, p.17). Nas palavras de John W. Creswell, a pesquisa qualitativa pode ser “[...] meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante” (CRESWELL, 2010, p.26). Nessa mensuração Michel Thiollent realça que:

Ao nível mais aplicado, a metodologia lida com a avaliação de técnicas de pesquisa e com a geração ou a experimentação de novos métodos que remetem aos modos efetivos de captar e processar informação e resolver diversas categorias de problemas teóricos e práticas da investigação. Além de ser uma disciplina que estuda os métodos, a metodologia é também considerada como modo de conduzir a pesquisa. Neste sentido, a metodologia pode ser vista como conhecimento geral e habilidade que são necessários ao pesquisador para se orientar no processo da investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados (THIOLLENT, 2011, p.32).

Neste quadro, emprestar uma visão interdisciplinar, pode servir da flexibilidade nas construções que mesclam principalmente ciências sociais e humanas, enquanto mecanismos teóricos para o desenvolvimento da consciência crítica de um dado fenômeno e significados que estes representam no arsenal do conhecimento (DEMO, 2011).

No que retrata esta questão, Cipriano Carlos Luckesi, aponta que, “[...] oferecer conhecimentos não significa somente transmitir e possibilitar a assimilação dos resultados da ciência, mas também transmitir e possibilitar a assimilação dos recursos metodológicos utilizados na produção dos conhecimentos” (LUCKESI, 1994, p.84).

As construções da metodologia investigativa nos remetem uma dada perseverança inevitável principalmente no campo das Ciências Sociais e Humanas. Por assim dizer, o ato de pesquisar, é nada mais, que confrontar desafios dos fenômenos sociais nas suas diversas

escalas e perplexidades. Inicialmente, compreende-se, que estas características faz-se, da pesquisa um marco de dúvidas, tanto na construção e (des) construção das inquietações que possam ser encontradas e formuladas pelas técnicas e métodos que nos servem enquanto guia.

Por via dessa busca, o olhar interdisciplinaridade pode ser tomado aqui, como caminhos entrecruzados da pesquisa. Neste sentido, define Ivani Catarina Arantes Fazenda, *et al.*, (2013), que essa olhar é o retrato da visão mundo, por isso, temos que ter ousadia e folgo para inserir as perspectivas interdisciplinares na busca e compreensão dos objetos da nossa curiosidade, afinal tudo isso, nos possibilitam abrir as portas no campo da produção das ciências nas suas diversidades. Segundo as pesquisadoras, “a Interdisciplinaridade pauta-se numa ação em movimento. Esse movimento pode ser percebido em sua natureza ambígua, tendo a metamorfose, a incerteza como pressupostos. Todo projeto interdisciplinar competente nasce de um lócus bem delimitado” (FAZENDA, *et al.*, 2013, p.853).

Conforme Olívio Alberto Teixeira, a mobilização metodológica faz-se necessária lançar mão sobre vários pilares, a interdisciplinaridade é muito mais um ponto de partida que de chegada. “Ela não é dada antecipadamente, por meio de regras, fórmulas ou modelos, ela se constrói a múltiplas mãos, com um tempo de trabalho e uma dinâmica de pesquisa essencialmente diferentes da pesquisa disciplinar” (TEIXEIRA, 2004, p.64).

Afirma-se, que, “[...] a reivindicação interdisciplinar ora se apresenta como panacéia epistemológica, invocada para curar todos os males que afetam a consciência científica moderna; por vezes se fala dela com um ceticismo radical” (MINAYO, 1994, p.43).

As particularidades tornam-se, indispensáveis à necessidade de uma produção metodológica, por isso, nos leva a interdisciplinaridade como sendo alicerce da socialização dos saberes, tanto em espaço educativo, conceito esse que vários autores aproveitam para uma nova fundamentação que se emerge nas perspectivas que ultrapassam o processo da hiperespecialização de ciência (MINAYO, 1994).

Para Joseph Ki-Zerbo, a prática da interdisciplinaridade, deve ser empregada enquanto celebração coletiva e alternativa de uma visão centralista e disciplinar que procura normatizar uma dada realidade sociocultural e política, em relação aos fenômenos constituídos a partir de uma demanda interdisciplinar (KI-ZERBO, 2010).

Para Hilton Japiassu, é necessário partir de “[...] uma reflexão mais profunda e mais inovadora sobre o próprio conceito de ciência e de filosofia, obrigando-nos a desinstalar-nos de nossas posições acadêmicas tradicionais” (JAPIASSU, 1976, p.42). Uma vez tomada a interdisciplinaridade como possibilidade metodológica que busca romper com o linear da ciência, esta reflexão pode ser apropriada justamente no pensar crítico sobre a questão

sociopolítica da Guiné-Bissau. Segundo Liane Carly Hermes Zanella, a pesquisa enquanto caminho para a produção de saberes, entre a teórica e a prática, de modo geral tem proporcionado, sobretudo, aqueles e aquelas que se dedicam à metodologia qualitativa uma dada flexibilidade de lidar-se, com objetos amplos de estudo, para melhor situar-se, no cerne (foco) da investigação (ZANELLA, 2011).

Por meio desse pressuposto, percebemos que na metodologia qualitativa “[...] as dimensões e categorias de análise vão emergindo durante o processo de coleta e análise de dados. Cabe neste momento salientar que, na pesquisa qualitativa, o processo de coleta de dados dá-se simultaneamente com a sua análise” (ZANELLA, 2011, p.102).

Desse modo, baseamos esta metodologia para melhor desmistificar o objeto da nossa investigação, tomando categorias como, Estado; grupos identitários; democracia; poder, para melhor entendimento das novas agendas políticas bissau-guineense. Esses elementos são apoiados, na análise documental, (teses, dissertações, artigos) com intuito de compreender as abordagens que são postas em causas, levando-se em consideração a sua contextualização.

Por assim dizer, compreende-se que, em cada situação da pesquisa, “a escolha das técnicas para coleta e análise dos dados decorre do problema de pesquisa e dos objetivos. [...]. Para buscar essas informações que estão em diferentes lugares, é preciso planejar quais são essas informações, onde elas se encontram, de que forma obtê-las e como trabalhá-las” (ZANELLA, 2011, p.109). Como mencionamos acima, as informações suportadas aqui, nesta dissertação assume caráter bibliográficas e documentais com apoio de viés interdisciplinar, trazendo as questões da História, Sociologia, Política, e a Antropologia, que nos propõe a compreensão e flexibilidade dos condicionalismos étnicos no Estado da Guiné-Bissau.

Dentro dessa perspectiva e planejamento, torna-se fundamental realçar que no trabalho, mobilizamos o termo quali-inter, para melhor inter cruzar a nossa subjetividade e significados dentro do que se constrói enquanto caminhos da pesquisa. Também durante esse processo, compreende-se, Zanella (2011, p.104) que:

O método qualitativo preocupa-se em conhecer a realidade, segundo a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, sem medir ou utilizar elementos estatísticos para análise dos dados. [...]. O processo de pesquisa é mais flexível, permitindo a inserção de novas categorias de análise durante o processo de coleta de dados. A coleta e a análise dos dados dá-se no mesmo momento, sem separação temporal entre essas duas atividades.

Portanto, optamos em utilizar a metodologia acima citada, por simples motivo, afinal ela se distingue com abordagem quantitativa, que busca mensurar a objetividade da

problemática. Essa complexidade das abordagens podem ser construídas e seguidas pelo pesquisador/a, através da própria dimensão do objeto em estudo. Neste caso, podemos observar as categorias que cada uma defende.

Quadro-1: Diferença entre métodos

Método Quantitativo	Método Qualitativo
Objetivo	Subjetivo
Testa a teoria	Desenvolve a teoria
Possibilita análises estatísticas	Possibilita narrativas ricas, interpretações individuais
Os elementos básicos da análise são os números	Os elementos básicos da análise são as palavras e as idéias
O pesquisador mantém distância do processo	O pesquisador participa do processo
O raciocínio é lógico e dedutivo	O raciocínio é dialético e indutivo
Estabelece relações, causas	Descreve os significados, as descobertas
Preocupa-se com as quantidades	Preocupa-se com as qualidades das informações e respostas
Busca generalizações	Busca particularidades
Independente do contexto	Depende do contexto

Fonte: Zanella (2011, p.103). Adaptado pelo autor.

Ao longo desse processo da elaboração metodológica podemos entender que o olhar quali-inter, nos possibilita apresentar uma visão crítica existente entre diferentes elementos teóricos para as resoluções em volta da democracia e disputa identitária na legitimidade do sistema político bissau-guineense.

De ponto de vista estrutural, a dissertação está organizada, para além da introdução compõe-se, também em quatro (4) seções, e subseções, cuja estrutura se enquadra da seguinte maneira: Na primeira seção do trabalho, centralizamos a introdução, objetivos do trabalho, justificativa e trajetória metodológica sob uma perspectiva analítica quali-interdisciplinar tal como caminhos para afirmação da identidade nacional mobilizada pela resistência colonial a partir da luta de libertação de 23 de janeiro de 1963.

Ainda na primeira parte da seção, discutiremos acerca da representação sociogeográfica e política guineense. Já na segunda seção, são apresentadas de forma sistemática no quadro político sobre a manipulação e elementos dos poderes em jogo: endógeno e burocratizado. Pois, procuramos lançar a mão sobre o cenário de movimento, reajustador ou ajustes de contas? Uma Crise identitária guineense/cabo-verdiana em 1980.

Procura-se, analisar os fenômenos em prol do estranhamento do Conflito de sete (7) de junho (1998/1999): entre amarros Étnico-Políticos, quiçá? Numa terceira seção, analisaremos

a formação das identidades políticas e partidos políticos, ainda debruçarmos sobre a constituição partidária na Guiné-Bissau. Na base dessa articulação, ainda na mesma secção, procura-se compreender a negociação das “identidades” entre governantes e governados no campo da representação política guineense.

Na quarta secção, faz-se análise sobre a questão da manipulação democrática no jogo político guineense; e os impactos sobre etnicidade na sociedade política guineense; ainda discute-se sobre as identidades suas influências no discurso político guineense. Ademais, frisa-se que estas questões acima citadas, persistem nas influências regionais e internacionais desse conflito, o que não pretendemos desvendar aqui nesta dissertação.

1.2 Apresentação sociogeográfico, solidariedade multiétnica e luta da libertação da Guiné-Bissau

A seguinte secção tem por objetivo apresentar de forma detalhada a posição sociogeografia do país, onde a reflexão se desenvolve, tomando também em análises, sobretudo, as relações sócio-históricas e políticas, mobilizadas nas lutas e solidariedades multiétnicas perante a libertação nacional no que conhecemos enquanto Guiné-Bissau.

A desestruturação que acompanhe o país faz-se, sentir da luta de libertação a um período pós-independência caracterizadas por instabilidades e luta política alinhada, sobretudo, aos princípios que contrariam o almejado “*unidade nacional*”, entre pluralidades de grupos étnicos que em outras variações de relações do poder torna-se, xeque político e sonho da manipulação frente ao cenário da disputa política.

Em vista dessa perspectiva, destacam-se autores, M'bunde (2020 2017); Candé Monteiro (2013); Lopes (2012); Augel (2007); Semedo (2009); relatam que a sociedade política guineense, precisa repensar e problematizar a forma pelo qual os fatores étnicos identitários estão sendo conduzidos nos fecundos da abertura democrática ao período vigente.

Nas palavras do politólogo Togolês Flavien Fafali Koudawo, percebe-se que antes da colonização os territórios africanos possibilitaram abrigar muitos grupos étnicos organizados sem quaisquer definições fronteiriças, estes espaços, só vieram a conhecer as suas fronteiras artificiais divididas as margens das mazelas coloniais (KOUAWO, 2001). Segundo Patrícia Villen, a base comum dessa operação teórica consiste no uso da categoria cultural como mera variante do mito biológico da superioridade racial. “É a cultura que, em substituição ao mito

da raça, passa a servir como princípio hierárquico por meio do qual se estabelecia a diferença entre o colonizador e o colonizado” (VILLEN, 2013, p. 107).

No obstante, a “cultura é assim, na sua concepção, um instrumento de controle e gestão do poder, enquanto exerce a função de favorecer o direito e dever de refletir, criticar e procurar os meios necessários à condução dos processos que conduzem a materialização de escolhas sociais” (VILLEN, 2013, p. 202).

Para Moema Parente Augel essa invasão se resultava em grande resistência por parte dos nativos, esses entraves faz com que os colonizadores, recorriam aliados como mecanismo de apimentar discórdias étnicas entre grupos identitários, tudo isso, para tirar proveitos, políticos, econômicos e culturais contra solo africano (AUGEL, 2007).

Aponta-se, Luigi Scantamburlo, que a fronteira só vem sendo estabelecidas perante a Convenção rubricada entre Governo Português e Francês, em 1886, fazendo com que Portugal concebia a Casamansa (Ziguinchor) situada no Sul do Senegal, para a França, e este por sua vez, lhe cedeu a Cacine a Norte da Guiné francesa, (atualmente Guiné-Conacri), conforme as suas jogadas políticas (SCANTAMBURLO, 2013).

Neste sentido, “a arbitrariedade de toda essa divisão territorial e o artificialismo das fronteiras impostas pelos interesses imperiais colonizadores, desbaratando famílias clânicas levantando barreiras geográficas e políticas, provocaram e continuam a provocar tensões desastrosas no continente” (AUGEL, 2007, p.55).

Segundo Kabengele Munanga, o mapa geopolítico do que conhecemos como África no mundo contemporâneo se distancia daquele, organizado consoante à identidade sociopolítica e cultural dos diferentes grupos étnicos que o próprio projeto colonial manipulava numa total violência, deixando-se, marcas irreparáveis (MUNANGA, 2003).

Nas palavras de José Luis de Oliveira Cabaço, podemos destacar que estas marcas do processo colonial podem ser reconhecidas:

[...] entre duas posições-limite que se opunham: a da integração dos domínios do ultramar na nação-império, que se traduzia numa centralização metrópole e na política cultural de assimilação, e, no outro extremo, da tutela dos territórios com sua autonomia administrativa e com um desenvolvimento cultural separado (CABAÇO, 2007, p.49-50).

Segundo Augel (2007) estes resquícios têm condicionado a situação da invasão portuguesa, durante século XV que se alastrou, no mundo fora, este fato foi descrito pelas aventuras camufladas do Nuno Tristão em 1446, às margens dos rios da Guiné, acabou-se, infiltrar as ilhas de Bolama e Bijagós. A expansão do sistema colonial ligava-se, para além da

delimitação territorial a Guiné dita anteriormente “portuguesa”, e Cabo-Verde em 1879 sob, uma forte conexão da extensão política-territorial, enquanto campo da exploração, e em 1890 foi dividida em três (3) municípios ultramarina: Cacheu, Bolama, e Bissau (AUGEL, 2007). Compreende Américo Campos que:

Durante os primeiros quatro séculos de colonização (sécs. XV-XIX), os portugueses limitaram-se a fazer trocas comerciais em meia-dúzia de feitorias do litoral ou situadas junto aos rios: Cacheu, S. Domingos, Farim, Bissau, Geba, Bolola, Rio Grande de Buba (Guínala) e, mais tarde, Bolama, Bolor e Bafatá (CAMPOS, 2012, p.3).

As ocupações se desenrolaram no que conhecemos pelas lutas e confrontos tanto internos, quanto externos, a favor de uma campanha da “pacificação” e opressora portuguesa, mesmo assim, assistiu-se, a resistência dos nativos contra colonialistas, transformando-se, em palco da disputa no século XIX (PEREIRA, 2003).

Segundo, Timóteo Saba M'bunde, às situações coloniais portuguesa nas sociedades africanas constituem-se, “[...] relações verticais e assimétricas desenvolvidas entre Estado colonial e comunidades indígenas ou locais totalmente ou, ao menos, parcialmente dominadas e subjugadas conforme os interesses dos usurpadores europeus” (M'BUNDE, 2020, p. 29).

Essas desavenças transformavam-se, em “confrontos armados”, elas foram dos diversos tipos: resistência passiva, emigração, fuga, não pagamento dos impostos, recusa aos trabalhos forçados e protesto contra uma agricultura voltada à exportação” (AUGEL, 2007, p.57). Subscrive Sociólogo guineense Policarpo Gomes Coamique que:

Essa mudança de postura visava entre outras coisas: reduzir a quantidade de africanos escolarizados na administração colonial, diminuir as despesas da metrópole nas colônias e permitir a participação política dos africanos em uma dimensão “tradicional” e subordinada (COAMIQUE, 2022, p.30).

Compreende-se, que estas campanhas duraram meio século, afinal os guineenses ofereceram uma fortíssima resistência, “só se vergando devido à superioridade bélica do inimigo e também devido às fragilidades internas, que permitiram que alguns régulos se tivessem aliado aos colonialistas” (CAMPOS, 2012, p.4).

Paulina Mendes, por sua vez, entende que essa invasão incentivou ainda mais, as tensões e conflitos étnicos, deixado pelos os rastros das enormes e ditas campanhas de “pacificação”, acirrada de promessas e acordos entre chefias africanas e europeias na manutenção do poder (MENDES, 2014). A presença dos primeiros missionários e

colonizadores no solo guineense antes dos meados de 1446 tem proporcionado uma leitura negativa vista na altura como sendo espaço “[...] desprovido de conhecimentos e pronto a ser preenchido pelo saber universal, os vários grupos étnicos que viviam neste espaço tinham a sua própria religião, usos e costumes” (MENDES, 2014, p.32). Ressalta Artemisa Odila Candé Monteiro, no seu estudo de doutorado, aponta que:

Durante este período, de aproximadamente cinco séculos (1446 a 1973), os habitantes da Guiné-Bissau travaram sangrentas lutas de resistências contra os portugueses que oscilavam entre questões inerentes à submissão ao pagamento de impostos, ao cultivo forçado de produtos de exportação, trabalho forçado, serviço militar, obediência às autoridades portuguesas etc. Não obstante, os processos de resistência foram relativamente dispersos, moldados pelas reações individuais, de todos os grupos étnicos, que gritavam entre a revolta aberta e a resistência passiva. Vários chefes locais aliaram-se ao colonialismo e recusaram a participação nos processos de resistência por acreditarem em benefícios desses no apoio para a consolidação no poder (MONTEIRO CANDÉ, 2019, p.123).

Importa-se mencionar que nem todos os chefes locais dos grupos identitários na Guiné-Bissau, aderiram esse pacto de amizade com portugueses, o que impossibilitava as suas convivências, abrindo caminhos para a subordinação dos conflitos (MENDES, 2014).

Segundo Villen (2013, p.30) “a trágica realidade colonial portuguesa vinha disfarçada da opinião pública também por meio da limpeza em suas disposições dos termos *colônias/Império*. A conotação implicitamente negativa desses termos deixaria de existir com a substituição pela “neutralidade” das denominações”. Este território era visto como “[...] ultramar português, sinalizando assim o pertencimento como uma colônia portuguesa; ou seja, em 1951, a Guiné Portuguesa foi declarada província do ultramar, governada diretamente por funcionários portugueses” (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.95).

Descreve-se, o sociólogo Carlos Lopes, que essa invasão ultramarina não foi fácil, afinal apreciam-se revoltas étnicas que faziam frente ao sistema colonial, sem deixar-se, cair nas manipulações, apesar do sistema da organização vertical (Fulas e Mandingas) de alguns grupos os haviam possibilitado esta penetração regional e territorial (LOPES, 1988).

Para Dabana Namone (2014), essa fragmentação tinha como resultado a hierarquização dos poderes e ao mesmo tempo fragmenta-los, fatos que os portugueses souberam aproveitar para que assim possam tirar proveitos aos seus favores conseguirem colocar fulas e os mandingas entre si, tanto qual contra os outros grupos étnicos criando constante instabilidade baseados nas hierarquias dos privilégios os ditos “civilizados”, frente os “não civilizados”. Conforme elenca o jurista guineense Fodé Adulai Mané, que:

A classificação das organizações sociais em vertical e horizontal é bastante recorrente quando se analisam os diferentes grupos étnicos que compõem o mosaico étnico guineense”. [...] sociedade considerada como vertical, caracteriza-se pela existência de divisões internas, constituído de um lado pelos mais privilegiados, formados pelos chefes, nobres e entidades religiosas, e de outro pelos menos privilegiados, formada por artesãos, comerciantes ambulantes e os agricultores na base da pirâmide. A sociedade considerada como horizontal, por exemplo os balantas, é caracterizada por ser “uma sociedade completamente desprovida de estratificação e onde o conselho dos velhos da tabanca em conjunto ou de conjunto de tabancas pode tomar decisões relativas à vida dessa sociedade (MANÉ, 2014, p.115).

Todas essas tendências são significativas sob, organização estratégica colonial de dividir para controlar, “o processo de colonização, sendo um processo que contemplava um emaranhado de normas que os nativos não dominavam, criava mal-estar nesta população. Estas regras não faziam parte da sua cosmovisão, não sabiam o que poderiam esperar deste processo” (MENDES, 2014, p.39).

A política colonial da civilização sofrida por grupos étnicos locais contribui muito na articulação e, sobretudo, na ramificação do tecido social guineense e sua hierarquização, sendo uma estrutura sociopolítica usufruída pelo assimilado categoria este ocupado pelos (crioulos), enquanto mediadores do (colono) perante as outras categorias etnorurais, ou seja, conhecidas como não civilizados (MENDES, 2014).

Ao observamos isso, percebe-se que conforme expandia a realidade da desigualdade identitária, também ao mesmo tempo “tratava-se de uma configuração informal de desmultiplicação do poder centralizado no qual o colono depositava a responsabilidade da proteção da sua pessoa e dos seus bens e do qual esperava a garantia do seu privilégio” (CABAÇO, 2007, p.53).

Conforme debruça, Sílvia Andreia Mateus Roque (2014) que entre as décadas sessenta e noventa do passado século, Guiné-Bissau assistiu-se, no seu palco intensas reconfigurações socioestruturais e políticas que posteriormente resultou-se, na luta de libertação nacional, colocando-se, mais uma vez, o seu nome na agenda nacional, inter-regional e internacional.

Assim sendo “os combatentes destas guerras, assim como os seus objectivos, eram vistos ora como produto de persuasão ideológica nefasta e de dinâmicas terroristas, ora como inspiração e modelos de acção de libertação dos seus povos por via da luta de classes e da descolonização” (ROQUE, 2014, p.1). Por este percurso árduo dos conflitos e de uma experiência vivenciada neste território em que:

Uma parte do povo da Guiné-Bissau ainda não conhece a verdadeira história da resistência popular à penetração colonial no nosso território. Urge, portanto, fomentar o estudo e divulgação dos factos e feitos heroicos de um povo que nessa altura, não organizado, mas munido de material rudimentar, conseguiu exaustivamente levar de vencida (LOPES, 1988, p.236).

Para Christoph Kohl, “[...] a narrativa da luta pela independência foi monopolizada pelo PAIGC. A luta pela libertação nacional tornou-se, conseqüentemente, o mito fundador do novo Estado por haver também unido o povo através das fronteiras étnicas e gerado solidariedade” (KOHL, 2011, p.44). Nas palavras de João Ribeiro Butiam C6 (2010, p.9):

[...] o período colonial constitui um momento importante na formação e edificação de estruturas sociais na sociedade guineense. Os principais grupos étnicos que constituem a sociedade guineense conheceram períodos de conflitos, solidariedades, migrações e subordinações forçadas.

Neste sentido, Candé Monteiro (2013, p.19) compreendia que “a discriminação racial com que eram interpelados por serem considerados assimilados os faz serem vistos como portugueses de segunda classe, obrigando-lhes a criar um mecanismo de defesa através do sentimento nacionalista, pautado na reconversão identitária”.

Neste quadro, viu-se, a reconversão identitária e as suas dignidades e valorizações humanas, deixadas por trás, sobretudo, no processo da exploração colonial, situação esse que culminou com a estagnada disputa dos grupos identitários em prol da defesa do território bissau-guineense saldo este que subsequentemente serviu do mecanismo aproveitado pelas elites luso-africanos e guineenses da independência política em 1973, e o momento posterior a ela deixando-se, contradições ao período atual.

Antes é convém demonstrar que República da Guiné-Bissau é um país que se localize geograficamente na Costa Ocidental da África, faz fronteira com o Senegal ao Norte, e a Guiné-Conacri (ex-colônia Francesa) ao Sul, banhado pelo o Oceano Atlântico ao Oeste.

O que se conhece sobre o território guineense, apontados por vários estudos, este espaço abrange uma área estimada em 36.125 km² quilômetros quadrados, coberta de uma população nada mais que um milhão e quinhentos mil habitantes [1.500.000] sondado entre grupos étnicos (CANDÉ MONTEIRO, 2013; AUGEL, 2007).

Possui como principal capital político e administrativo (*Bissau*) com uma densidade de 77 km², é maior cidade da Guiné-Bissau, situada no ambiente aquário de Geba, na costa atlântica coberta pela diversidade florestal, densa tanto na fauna como a flora, causando-se, um fruto da riqueza entre a biodiversidade e ecossistema (SCANTAMBURLO, 2013). De

ponto de vista das estações, verificasse, entre duas: a chuvosa e seca; ambos os fatores têm contribuído no desenvolvimento agrícola e socioambiental, além disso, este espaço também se compõe, pelas zonas insulares, arquipélagos dos bijagós, cobertas por mais de 80 ilhas, e nem todas foram povoadas.

Renomado como terra de Amílcar Lopes Cabral², arquiteto e engenheiro da luta de libertação da “*Guiné-Portuguesa*” para um suposto encaminhamento político da atual Guiné-Bissau e Cabo-Verde, os dois países, enrolados pela muita diversidade sociocultural e linguística, desde crioulo; português enquanto língua oficial e contato com mundo exterior.

Em níveis das representações culturais, conheceram-se variações simbólicas que sobrecarregam as identidades (étnicas) nos traços da gastronomia; de vestir; da música e da dança, ora, reforçando o sentimento de pertença.

Essas narrativas particularidades, faz-se a Guiné-Bissau, além-fronteiras como espaço de teias culturais e da resistência contra sistema colonial, tanto quanto, associada à expressividade epistemológica dos grupos étnicos baseadas nas práticas que inter cruzam a realidade política nacional (M'BUNDÉ, 2020; LOPES, 1988).

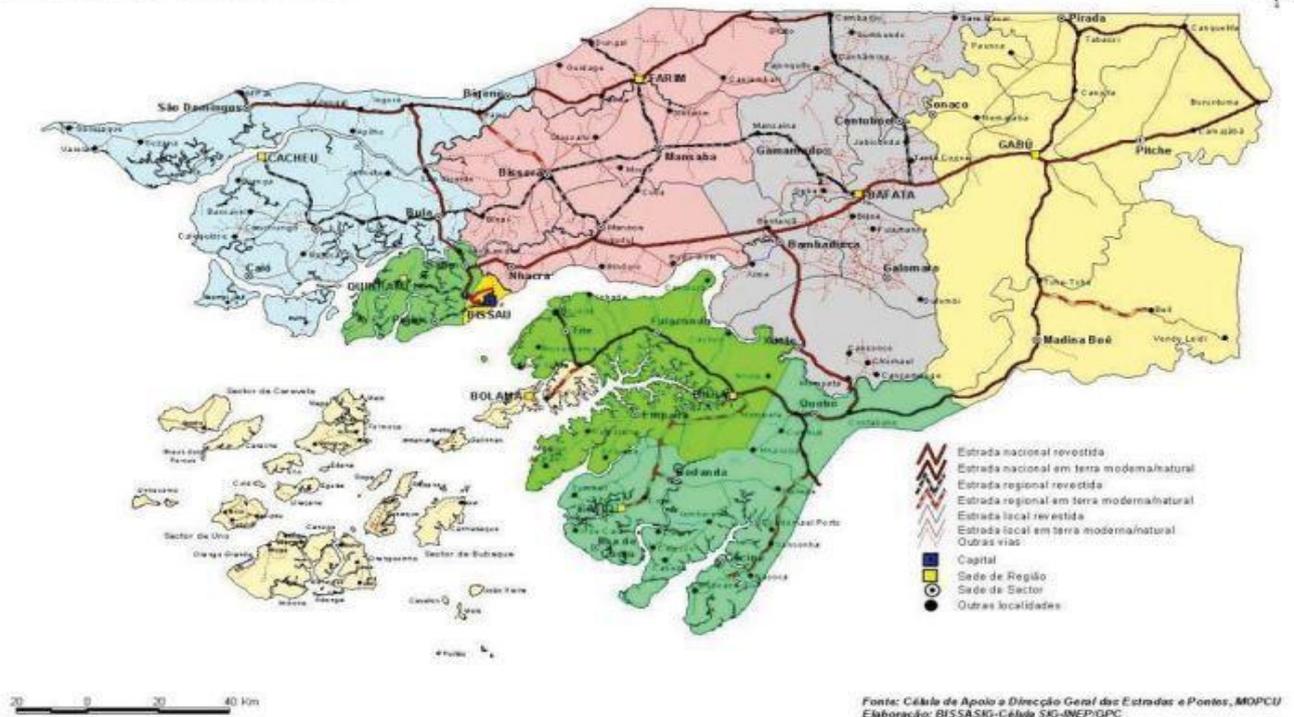
Afirma-se, antropóloga guineense, Domingas da Silva na sua dissertação, intitulada: “*O Tabu e o visível: Tribalismo e Política na eleição de (2019-2020) em Guiné-Bissau*” que “a sociedade guineense possui uma forte ligação com a cultura e a coletividade, uma vez que cada grupo étnico se representa através da sua estrutura, comportamento e hábitos. Lembrando que cada grupo estabelece sua forma distinta de olhar o mundo e interpretar sua cultura e tradição” (SILVA, 2022, p.21).

De ponto de vista administrativa e sócio geográfico, observam-se, as colocações desses grupos étnicos no mapa ilustrado abaixo.

²Importante frisar que Amílcar Cabral nasceu a 12 de setembro de 1924, na Guiné- Bissau, na cidade de Bafatá (Leste do país); é filho de emigrantes cabo-verdianos e servidores públicos do governo colonial na Guiné portuguesa. Aos onze anos de idade deixou o país seguindo para Cabo Verde onde fez estudos primários e concluiu o ensino médio. Pelo contexto da carência do ensino superior em Cabo Verde, assim como nas demais colônias portuguesas africanas, e por pertencer a uma família assimilada, conseguiu uma bolsa de estudos para fazer engenharia agrônoma no Instituto Superior de Agronomia (ISA) em Lisboa. É a partir daí que inicia uma vida política paralela à vida acadêmica na CEI em Lisboa (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.137).

Figura 1: Mapa Administrativo Regional da Guiné-Bissau

Divisão Político - Administrativa



Fonte: Mané (2014, p.37).

Estima-se no mapa, acima referenciada que estes grupos étnicos estão concentrados em nove (9) regiões³, incluindo o sector autónomo de Bissau (SAB), todo este espaço territorial é ocupado, pela à constituição dos grupos étnicos guineenses.

Conforme aponta investigadora guineense Maria Odete da Costa Semedo, de ponto de vista estatística, essas formações compõem-se, de seguinte maneira, “[...] os balantas (30%), fulas (20%); manjacos (14%); mandingas (13%); papéis (16%); (7%), brames ou mancanhas, beafadas, bijagós, felupes, cassangas, banhuns, baiotes, sussos, saracolés, balantas-mané, futa-fulas, oincas, entre outros grupos étnicos” (SEMEDO, 2010, p.53).

A Guiné-Bissau celebrou em 24 de Setembro de 1973 a sua independência, depois de uma árdua luta de libertação contra o sistema colonial portuguesa. Após este momento, surgiu o inesperado assassinato do Amílcar Cabral, e o sistema político passava-se, a ser controlado

³Regiões e seus devidos setores, os que são postas em itálicos representam regiões: *Bafatá* (Bambadinca, Contuboele, Galomaro, Gã-Mamudo, Xitole); *Bolama/Bijagós*, (Bolama, Bubaque, Caravela, Uno); *Biombo* (Quinhamel, Prabis, Safim); *Cacheu* (Bigene, Bula, Cacheu, Caió, Canchungo, São Domingos); *Gabú* (Madina do Boé, Gabú, Pirada, Picthe, Sonaco); *Oio* (Bissorã, Farim, Mansabá, Mansoa, Nhacra); *Quinara* (Buba, Empada, Fulacunda, Tite); *Tombali* (Bedanda, Cacine, Catió, Quebo, Komo).

pelo seu irmão Luís Cabral, a quem durava neste comando até o golpe de 14 de Novembro de 1980, numa forte participação do ex-militar General João Bernardo Vieira Nino, a tal famosa movimento reajustador (CARVALHO, 2010; 2016; SEMEDO, 2010).

Anuncia-se, aqui, depois desta data, a Guiné-Bissau, ainda não se apresentava enquanto sociedade política sólida, mas sim, cheios de problemáticas, de um sistema político unipartidarismo e de controle do poder pelo sistema partido-Estado, na qual em 1993, bebia-se, a transição política e democrática. Esta experiência política acontecia, sobretudo, depois de tanta pressão por parte da comunidade internacional, a Guiné-Bissau acabava de ceder ao sistema ditatorial e aderir ao liberalismo político (KOUDAWO, 2001).

Afirma Antonio E. Duarte Silva, que há de recordar que a partir deste período acima citada, a Guiné-Bissau, passa integrar ao semipresidencialismo, descentralizando-se, poderes entre órgãos da soberania (Presidente da República; Governo; Assembleia Nacional Popular; Tribunais). O Presidente passa a desempenhar a função do chefe de estado e símbolo da unidade nacional garantida pela a Carta magna⁴ (SILVA, 2010).

Contudo ambas possuem seus poderes, a Constituição da República concede ao Presidente o poder de demitir chefe do governo, tanto quanto dissolver parlamento, quando se relaciona com grandes crises políticas. De forma estrutural, estes poderes estão divididos em três (3) estágios: o Judiciário, Legislativo e Executivo.

Por assim dizer, com base neste sistema o Presidente da República da Guiné-Bissau, é oriundo de um sufrágio universal direto, em que esta escolha se persiste cinco em cinco anos, ao passo que, os representantes do povo (Deputados) são eleitos em quatro anos, através de uma deliberação dos cidadãos/as para representá-los (SILVA, 2010).

O sistema político guineense e seus fatores híbridos nota-se, que o primeiro ministro é delegado pelo partido com maiores percentagens dos representantes parlamentares, este fato só veio à tona, nas primeiras realizações eleitorais que decorria em 1994, vencida pelo Nino Veira, enquanto representante do PAIGC, na altura mesmo com este processo minimalista (a realização da eleição) democrático, não evitava as contestações e as repudias sobre os candidatos que protestavam. Deduz que a etnicidade política na Guiné-Bissau que nos meados

⁴ O constitucionalismo visa assegurar a separação de poderes (para que o poder não possa abusar do poder) e garantir os direitos fundamentais (sobretudo, a liberdade e a igualdade). A vigência de qualquer constituição pressupõe (e impõe) o fim da violência política e a vivência democrática. A não efetividade das normas constitucionais e a inanidade do Estado bissau-guineense reproduzem uma constante africana: a proliferação de constituições sem constitucionalismo. Na Guiné-Bissau - apesar de os militares não assumirem, formalmente, a detenção e exercício do poder político -, a edificação do Estado constitucional e o reforço da coesão nacional continuam reféns (SILVA, 2010, p.18).

de 1994 a sociedade guineense começou a lidar com as dinâmicas das influências étnicas e suas teorizações nas tomadas de decisões políticas. Na perspectiva de entender essas atribuições sociopolíticas, cabe demonstrar que o sistema político na Guiné-Bissau são frutos de um processo que às vezes resulta em disputas democráticas (AUGEL, 2007).

A Guiné-Bissau herdou-se, do colonizador a língua portuguesa, para além dessa, é coberta de língua crioulo, mistura entre as línguas étnicas e portuguesa transformando-se num contexto plurilinguístico em que muitas pessoas conseguem comunicar-se no seu cotidiano. Em relação ao exercício religioso e a sua formação constitui-se na base de uma diversidade afinal “[...] o país declara-se laico, mas a população se divide entre muçulmanos, católicos, evangélicos e outras religiões tradicionais” (SEMEDO, 2010, p.53).

Nas palavras de Maria Denize S. Peixoto, as formações dos grupos étnicos na Guiné-Bissau, e dos fenômenos que deles entrecruzam, no certo momento marcada pelas guerras de conquistas impulsionadas pelas migrações internas e externas enquanto fatores de adaptação e torna-se difícil tomar as identidades, enquanto processo estático mas sim, mecanismo das relações construções socioculturais (PEIXOTO, 2014). Sendo assim:

[...] a identidade envolve a compreensão do sujeito em torno das suas experiências e posicionamento do seu “eu” perante os discursos e as formas de ser na dinâmica social. A identificação — individual ou coletiva — só acontece após a tomada de consciência e a valorização de “nós”. Deste modo, símbolos culturais, língua, história, crenças e valores são normalizados, e a diferenciação atribui características positivas (inclusivas) ou negativas (exclusivas) às oposições binárias que sustentam as relações de poder e a balança entre “nós” e “eles” (PEIXOTO, 2014, p.43).

As grandes revoluções que antecedem as tomadas de independências dos países africanos deram-se, sobretudo, das tensões entre diferentes classes políticas, dessas experiências, viu-se, o processo da descolonização dos territórios africanos, após a Segunda Guerra Mundial entre 1939-1945 (VISENTINI, 2012).

As revoluções africanas, não se encaixavam na mesma sistematização política, razão pelo qual, nestes territórios, o processo da descolonização tomava rumo, consoante o colonizador, e na Guiné-Bissau, não se fazia diferente (AUGEL, 2007).

O que se percebia, neste sentido é que “[...] a descolonização tardia dos territórios portugueses deu o ensejo para que os movimentos da libertação abrissem caminho para revoluções nacionais democráticas e até socializantes, de forte impacto internacional” (VISENTINI, 2012, p.25). Deste modo, autor ainda demonstra que:

As revoluções sempre estão relacionadas a fatores tanto internos quanto externos e, na sequência da sua concretização, necessariamente geram um impacto internacional, na medida em que afetam regras internas nas quais a ordem (capitalista) internacional se baseia. [...] No caso africano, as revoluções ocorreram durante a fase inicial de formação do Estado-nação, na esteira do colapso do aparato burocrático e repressivo colonial – com exceção da Etiópia, onde ocorreu a conquista do aparelho estatal que foi transformado e reforçado. Da mesma forma, as revoluções tiveram lugar durante a etapa de construção do próprio sistema interafricano de relações interestatais, marcado pelo pan-africanismo e por clivagens entre progressistas e neocolonialistas (VISENTINI, 2012, p. 29).

Ou seja, mesmo com as implantações de movimentos nacionalistas revolucionários, ainda persistem os entraves políticos, numa dicotomia definida entre blocos da direita, e as forças esquerdistas nacionalistas. Segundo o autor, esse movimento teve aceitação da sociedade política em ascensão, onde o forte impacto da crise da periferia propiciou um elevado potencial e a mobilização social. “Essa conjuntura foi aproveitada pelos movimentos revolucionários e de libertação nacional do Terceiro Mundo, no contexto do desencadeamento de uma ampla onda revolucionária” (VISENTINI, 2012, p. 37).

Durante estas resistências, Cabral observava que autonomia dos povos africanos da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, tomava direção incerta, tendo em conta a negligência salazarista em tentar de todo custo oprimir as classes camponesas e pequenas burguesias com muita brutalidade e repressão, mesmo assim, resistiram-se as reivindicações antirracistas por parte de estudantes africanos em Portugal (AUGEL, 2007). Segundo Candé Monteiro, (2013)⁵:

O que está subjacente a essa reivindicação dos estudantes africanos em Lisboa é o fato de que, apesar de serem considerados por questões legais assimilados, pela adesão ao catolicismo e ao modelo português de serem ‘cultos’, eles não eram automaticamente considerados portugueses de direito, mas sim portugueses de ‘segunda’ (CANDÉ MONTEIRO, p.40).

Afirma-se que, “na década de 1960, o PAIGC, liderado pelo cabo-verdiano Amílcar Cabral (ideólogo e estrategista da luta armada da influência marxista nas colônias portuguesas) lançou a guerrilha na Guiné-Bissau (com apoio dos voluntários cubanos)” (VISENTINI, 2012, p.39-40).

Por esta razão, os colonialistas portugueses, pautam em incentivar a dita “política da ação psicológica” como a forma de desestabilizar todo sistema da mobilização do PAIGC, contra si, para não se fortificarem contra o sistema colonial na altura (PEREIRA, 2003). Essa

⁵O termo “português de segunda” era proveniente do processo de assimilação imposta pelo sistema colonial português resultante da reconversão identitária. No entanto, a identificação era baseada prioritariamente na cor da pele e nos traços fenóticos (CANDÉ, 2013, p. 40).

forma estratégica e operante do sistema colonial faz-se, a luta de libertação da Guiné-Bissau, conduzida por elencos do PAIGC, se transforma também na luta da libertação epistemológica dentro do território nacional e dos grupos identitários que os ocupam contra qualquer alienação imposta pelo Spínola. Todos esses entraves se transformavam no:

- Desenvolvimento simultânea de ações militares e psicossociais que se baseavam nas algumas obras sociais e de infra-estruturas;
- Promoção do divisionismo étnico e de conflitos entre Guineense e Cabo-verdianos;
- Recrutamento de guineenses para guerra (africanização da guerra);
- Distribuição de panfletos com promessas nas zonas populacionais de influência direta do PAIGC e reforços das ações militares para provocar completa desmoralização dos combatentes, utilizando para isso bombardeamentos intensos e ações helitransportadas contra as posições militares do PAIGC e zonas residências sob a sua influência (PEREIRA, 2003, p.191).

Conforme descreve Mendy (2012) que Amílcar Lopes Cabral acreditava que a luta pela libertação da Guiné-Bissau, não teria sentido, se não ter tomado caráter político e cultural em consideração a realidade dos grupos étnicos que participavam nessa mobilização coletiva para a conquista da sua liberdade e autonomia.

Observa-se, que para que este seja preenchida, é fundamental mobilizar a ação política séria e visionária pautada na “*unidade e luta*” entre as etnias, ultrapassando as desconfianças, algo que a elite política, luso-africano e guineense, não soubesse livrar, passam a cair sucessivamente no colapso da luta e pós-luta (MENDY, 2012).

Segundo aponta Lopes, uma das determinações desse entrave político deu-se, sobretudo, em não se propor depois da independência os “objetivos claros e de uma vontade clara, a definição de ideologia dada por Cabral” (LOPES, 2012, p.10).

Apesar de uma situação complexa, persistia a coragem e convicção para independência, a figura de Cabral se faz presente na luta contra o colonialismo português obrigando-lhe a tomar decisão que procurava resgatar a emancipação política e cultural aos guineenses e cabo-verdianos (AUGEL, 2007). Nesse contexto, “Cabral compreendeu que os fundamentos da luta pela libertação nacional eram políticos e, portanto, a vitória só seria possível se os movimentos da libertação conseguissem primeiro articular posições políticas, e só depois justificar a ação militar” (LOPES, 2012, p.9).

O que se justifica que a pertinência do Cabral fase a revolução armada pode ser notada, sobretudo, na sua “[...] insistência no primado da dimensão política sobre a militar na

estratégia de libertação nacional. Essa estratégia visava a conquistar a alma, o coração e a mente política dos colonizados” (MENDY, 2012, p.30).

Torna-se necessária pontuar que a emancipação e convivência que Cabral tinha, faz dele, uma personagem forte, mesmo tendo certos privilégios, aos serviços do agrônomo a mando português descobria-se, logo de cara a estratégia política separatista do governo colonial, contra raça, cor, e grupos étnicos da Guiné-Bissau, e Cabo Verde (MENDY, 2012).

De forma geral, a negligência colonial, resultou-se na Guiné-Bissau, nada mais que uma confrontação armada para desmantelamento do sistema opressiva que procurava a todo jeito, deixar grupos identitários, da Guiné-Bissau, e alguns cabo-verdianos aliados à administração colonial portuguesa. Posto isto, persiste-se uma revolta endógena dos camponeses inconformados com regime resultando-se, em:

O ataque à guarnição portuguesa em Tite, no sul da Guiné-Bissau, deu início à adiada luta armada de libertação, que foi, sem dúvida, o “melhor momento” na história dos povos colonizados da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Foi uma guerra em que guineenses e cabo-verdianos, apesar dos antagonismos gerados pela condição colonial e, no contexto de uma luta armada de libertação, da hostilidade entre eles promovida pela mesma condição, combateram e morreram bravamente, lado a lado, contra um inimigo armado até os dentes com as mais recentes armas convencionais e teimosamente determinados a defender o status quo colonial (MENDY, 2012, p.28). .

Neste sentido, “as potências colonizadoras, empenhadas em impor sua presença como centro irrefutável de referência, compreenderam bem cedo o valor e o perigo daqueles meios de construção identitária, empenhando-se no “extermínio constante dos traços originais” e autóctones” (AUGEL, 2007, p.273).

Para Carlos Cardoso, a Guiné-Bissau viu-se cair nos embrulhos da disputa e violações de direitos identitários dos grupos locais e as políticas por estes adotadas para a formação das suas instituições e as racionalizações estratégicas por elas defendidas (CARDOSO, 2002).

Por esta via traduz-se, que num dado momento o sistema colonial mobilizou ferramentas que a todo custo procuravam dissociar as sociedades autóctones em diferentes pilares da “organização económica, social e política [...]. Dentre vários destes povos, dois deles marcaram indelevelmente a evolução histórica na região: os Fulas e os Mandingas” (CARDOSO, 2002, p.11).

Toda essa dimensão estratégica tinha um único propósito: dividir para tirar proveito. Para Lopes, a negação das elites autóctones e dos seus poderes se articula a violência colonial

e dos seus traços históricos adquiridos pela elite guineense, ainda no processo da independência e num período que a acompanha, resultando-se na “[...] incompreensão das estruturas tradicionais mais também dos interesses de classes, já que a luta de classes é uma realidade evidente na Guiné-Bissau de hoje” (LOPES, 1982, p.79).

Por assim dizer, ficou-se, claro que o interesse nacional que se colocava para libertação de todos os grupos identitários na sociedade política guineense contra estratégia colonial, torna-se, “hoje, na falta de uma verdadeira burguesia autóctone, é a pequena burguesia de Estado que defende os seus interesses face aos da esmagadora maioria do povo guineense” (LOPES, 1982, p.96). Compreende-se, segundo autor que:

[...] Esta «classe» divide-se em duas partes: a pequena burguesia comercial e a burocrática, ligada ao aparelho de Estado, composta de dirigentes, tecnocratas e burocratas (altos funcionários administrativos herdados do colonialismo). A pequena burguesia burocrática é o estrato social que detém o poder efetivo já que controla o aparelho de Estado (LOPES, 1982, p.113).

Afinal essa notoriedade se deu através da formação política hierárquica desses grupos, como também a sua alta aproximação com o poder colonial, tudo isso se serviu dos elementos que constituem os poderes em jogo.

Afinal, tanto os colonialistas portugueses quanto os povos endógenos com traços de reinado de Fulas e Mandingas, almejavam perpetuar com estes privilégios, mas que se transformava com a burocratização de Estado como pilares da manipulação e conquista.

2 A MANIPULAÇÃO E ELEMENTOS DOS PODERES EM JOGO: PODER ENDÓGENO E BUROCRATIZAÇÃO DO ESTADO

Nesta seção, discutiremos sobre o poder e os elementos da sua manipulação que estão em jogo pensando desde os seus aspectos endógenos a institucionalização burocrática estatal, enquanto linguagem administrativa.

Para Ianes Augusto Cá, “a manipulação sistemática da linguagem seduziu e ainda seduz os povos silenciados, esvaziado de qualquer forma e conteúdo que reflita sobre a sua condição de subalternizado. Uma das armas mais vigorosas do colonialismo vigente parece-nos ser, pois a continuidade da manipulação” (CÁ, 2020, p.32).

A desarticulação das relações vigentes entre sistemas políticos africanos são munidas ontologicamente dos mecanismos estruturais pré-coloniais e seus legados políticos,

econômicos do desenvolvimento do estado pós-colonial e neoliberal, guiado pelo processo da formação da modernização estatal, enquanto fruto desqualificador da estruturação social (HERNANDEZ, 2008).

Entende-se, que o poder colonial se assumiu, na tradição filosófica do século XVIII, como um poder exercido através de sistemas jurídicos que conferiam ao Estado o monopólio da violência repressiva legalizada. “Todavia, o poder se manifestava de forma diferente em função das realidades separadas que administrava” (CABAÇO, 2007, p.50).

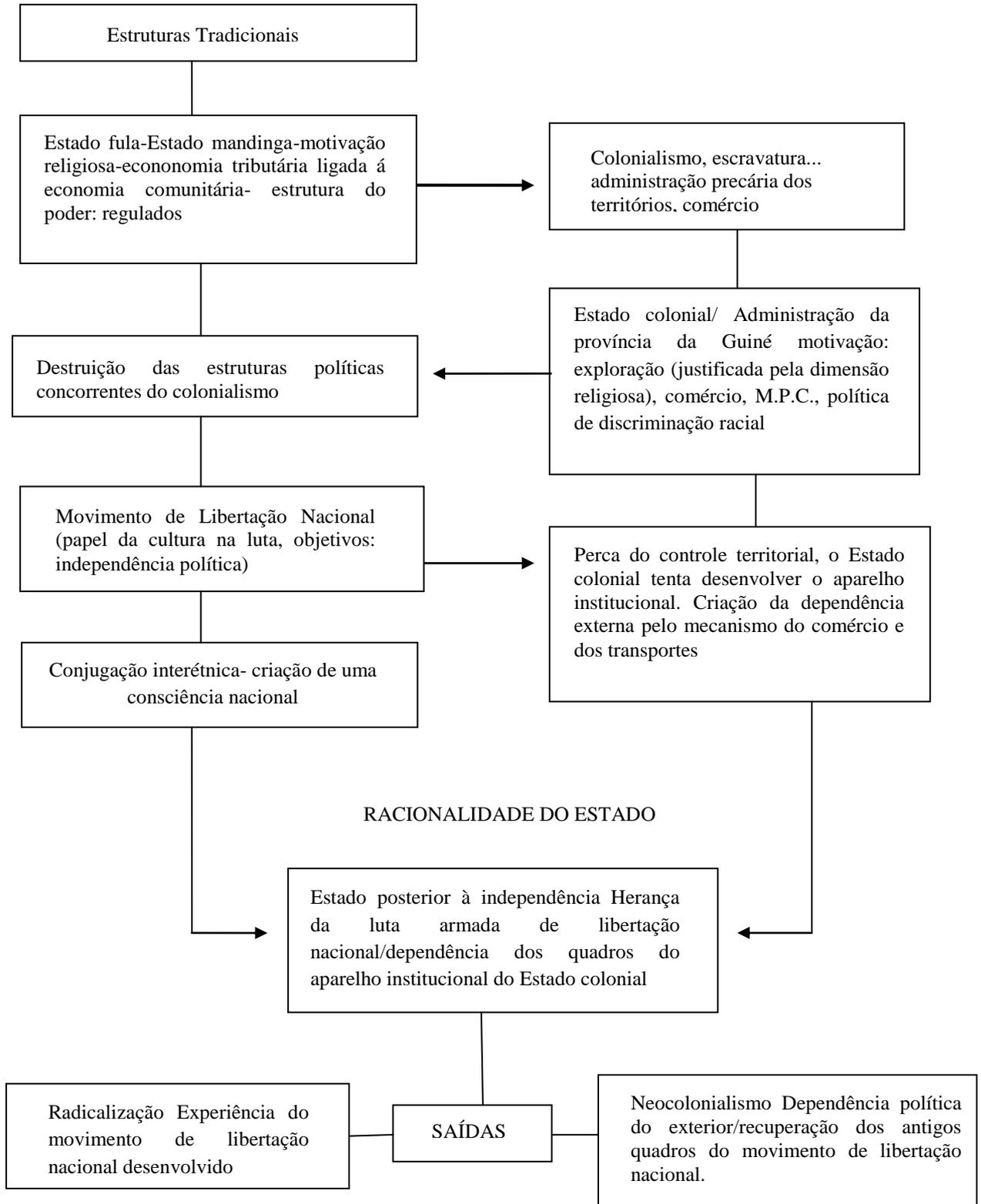
Por esta via neoliberalista, assumida pelas instituições partidárias, e o próprio PAIGC viu-se, caindo na armadilha contra autoridades tradicionais resultando-se em certas desconfianças aos “régulos” sistemas induzidas pelos colonialistas portugueses nestas sociedades fragmentando-os ao seu belo prazer para melhor tirar mais-valia (DJALÓ, 2013).

Neste sentido, as autoridades tradicionais africanas, de modo particular guineense, eram tidas pelo sistema colonial, como sendo sujeitos do jugo imperial, munidas das violações e pretensões que buscam legitimar certas ideologias sociopolíticas, culturais e econômicas (LOURENÇO, 2007). Segundo autor pode constatar:

[...] a racionalidade “étnica” própria da África antes do século XV, permeava as estruturas tradicionais, os “Estados”, com diferentes motivações religiosas, uma forma particular de economia, parte das vezes ligada à economia comunitária e a uma estrutura de poder com diferentes graus de centralização e de concentração. Desde o antigo sistema colonial e, em particular, do século XVIII em diante, as articulações entre cultura ocidental e as culturas locais promoveram modificações nas tradições dos povos africanos, assim como os europeus, não raro, recorreram às tradições para dominarem com maior eficácia. As leis de 1946, francamente assimilacionistas, significaram mais interferências em diversos aspectos da cosmogonia africana. As chefias tradicionais na Guiné tinham suas raízes em uma sociedade peul, fortemente estratificada desde o século XVIII. Para os assimilacionistas, extinguir as chefias tradicionais era uma maneira de reforçar um elo tanto artificial como necessário para que os africanos “evoluíssem” de uma “racionalidade étnica” para uma “racionalidade estatal” nos moldes ocidentais (HERNANDEZ, 2008, p. 354).

Essas formas de organizações detinham os mecanismos das quais, a exploração dos territórios enquadra-se, logo de cara, a questão econômica, fato esse que a situação colonial, não respeitava e nem observava essa realidade com bons olhos, afinal os objetivos dos seus mandos, eram de explorar os povos desses reinos. Exemplo disso, podemos constatar essas tendências das racionalizações políticas e étnicas que se colocavam em jogo.

RACIONALIDADE ÉTNICA



Fonte: (LOPES, 1982, p. 57).

Para Tcherno Djaló (2013, p.13) a “complexidade das relações entre os regimes políticos tradicionais e o poder colonial levanta-se com algum interesse, uma vez que a dominação colonial tinha interrompido o processo político africano”.

Afirma-se, Clara Carvalho no seu artigo, intitulado: “*uma antropologia da imagem colonial: poder e figuração entre os manjacos da Guiné Bissau*”, que essas relações se vinculam no que se denomina como “processo da imposição da ordem colonial” sobre sociedades locais (CARVALHO, 2004).

Essa denominação se interpretava numa ordem da superioridade e inferioridade entre sujeitos envolvidos na história, isso se faz também, pela estigmatização a própria nomenclatura “Reis” enquanto “superiores”, e os “régulos” como sendo “inferiores” onde são colocados os aliados “nativos” que possibilitaram essa socialização dos poderes e a sua manipulação ao bem-estar colonial (DJALÓ, 2013). Nesta perspectiva entende-se, que:

O projeto colonial impôs-se por dois meios interligados: a criação de modelos sociológicos que traduziam a realidade complexa com que se deparava o administrador em estruturas inteligíveis, e a imposição de uma determinada representação do poder que pretendia obter o controle indireto das populações pelas autoridades autóctones. A necessidade de administrar conduziu à exigência de um conhecimento mais detalhado das estruturas sociais vigentes e incentivou a produção etnográfica. [...] Ao negociar a colaboração das autoridades locais, os responsáveis coloniais assumiam que as sociedades com que se deparavam estavam organizadas segundo modelos de hierarquia que lhes eram familiares. Esse manuseamento, que começou por ser interpretativo, rapidamente foi aplicado na criação/identificação de hierarquias locais, tanto em sociedades às quais se impuseram novos chefes, ou para as quais se inventaram chefaturas, como naquelas em que se recorreu a figuras legitimadas pela autoridade consuetudinária (CARVALHO, 2004, p. 228).

Pois perante estas situações, a estratificação e controles dos poderes pelos portugueses, começam a tomar o novo rumo, deixando-se cada vez mais fragilizado as relações sociais interpessoais entre familiares dentro da esfera local.

Nas palavras de Carvalho (2004, p. 229) “a relação imposta pelo colonialismo gerou novos agentes, estatutos e referentes que continuam a marcar a atualidade. Um exemplo particular é a manietação dos soberanos locais, fossem esses chefes cujo poder era consignado consuetudinariamente ou impostos pela administração colonial”.

Segundo define antropólogo e sociólogo francês Georges Balandier, “a sociedade colonizada é dividida etnicamente; divisões fundadas na história nativa, mas utilizadas pelo

poder colonial e complicadas pela arbitrariedade das ‘divisões’ coloniais ou dos recordes administrativos” (BALANDIER, 1993, p.119). Observamos que para o autor:

O controle político só pôde efetuar-se através dos “chefes” e, numa certa medida, pela intermediação das instituições nativas. Os chefes tiveram que ser integrados no conjunto do sistema administrativo, direta ou indiretamente. Mas essa integração nem sempre foi fácil: seja porque a sociedade colonizada, por uma submissão inteiramente fictícia, escondesse os chefes [...] por detrás de “chefes de palha” (BALANDIER, 1993, p.114).

Nas palavras de Laburthe-Tolra (2010, p.135) a “[...] criação dos estados pós-coloniais deu origem a sistemas políticos de natureza completamente nova em relação aos tipos tradicionais de autoridade”. A ruptura é mais frequente que evolução gradual em relação aos múltiplos regimes originais que formavam a tradição, em conformidade com as outras estruturas da sociedade. Como podemos notar com a:

[...] instauração do Estado colonial e dos seus fundamentos administrativos, os sistemas políticos tradicionais e os seus atores ainda gozam de muita credibilidade no imaginário social da população guineense, principalmente, nas zonas rurais. Esse reconhecimento fez-lhes integrar o rol dos atores muito importantes no jogo político do Estado colonial e pós-colonial. Sem menosprezar os episódios de disputas ideológicas e de confronto direto ou indireto entre as lideranças tradicionais e o Estado nos contextos supracitados, defendo a ideia de que elas influenciam e são, quase sempre, influenciadas pelas dinâmicas políticas estatais. No Estado colonial, as lideranças tradicionais começaram a chamar a atenção dos representantes da metrópole quando se deu início à política de colonialismo barato; da redução da concorrência com os africanos assimilados; e da busca por aliados politicamente mais legítimos nas comunidades nativas. Esses elementos levaram a sua integração na administração colonial e passaram a ser responsáveis pela cobrança de impostos, seleção de pessoas para o serviço militar, trabalho forçado e, principalmente, facilitar o diálogo entre a administração colonial e as comunidades nativas (COAMIQUE, 2022, p.16).

Estas relações, entre os régulos e poderes coloniais, se convertem em certos benefícios, pessoas e familiares, como a forma mais deliciosa de controle cultural destes nativos “régulos”, que ajudaram na campanha de pacificação. Em relação a esta questão, ainda prossegue notando quanto à influência cultural e a postura da assimilação dos “régulos”, que se alinhavam, em prol dos interesses dos colonizadores portugueses. Toda essa realidade

se coaduna com a prática do indigenato⁶. Neste sentido, o que podemos notar é de compreender que o projeto, segundo Carvalho (2004, p.243):

[...] assimilação cultural foi efetuada segundo diversas estratégias, as quais passaram pela escolarização preferencial dos filhos dos soberanos e chefes, pelo apoio aos candidatos com os quais havia uma melhor capacidade de comunicação, nomeadamente por dominarem o crioulo, ou ainda pela integração dos régulos no circuito administrativo.

Se por um lado, os colonizadores portugueses almejavam manter o seu controle através pacificação da palhota e a opressão, por outro, reservava para seus sucessores de controles “régulos”, que lhes temiam e lhes classificavam enquanto poderes superiores. Partindo-se desse princípio, podemos observar que a relação entre colonialistas e os colonizados, eram mediadas pela força e brutalidade (COOPER, 2008).

Acredita-se, que com esses mecanismos da violência e intimidação aos junto aos povos colonizados e os que lhes representam “régulos” só se legitimava com mais frequência nas sociedades que possuem classes hierarquizadas, deixando-se a entender que a ideologia do colonizador era da manipulação, no sentido de deixar estes líderes tradicionais “régulos”, mais confusos para serem explorados (HERNANDEZ, 2008).

Neste sentido, “[...] às relações entre os funcionários da burocracia colonial (os ‘residentes’) e os povos africanos, com a manutenção do poder tradicional dos régulos, para os quais era transferida a responsabilidade pela cobrança de impostos e subtraída a aplicação da justiça” (HERNANDEZ, 2008, p. 536-537). Por assim dizer, essas relações conturbadas entre estes dois universos de poderes “colonizadores” e “régulos” estendiam a exploração.

Segundo Cooper (2008, p.23) “o risco de explorar o binário colonial está na sua redução, seja através de novas variações dicotômicas (o moderno versus o tradicional), seja pela inversão (o imperialista destruidor versus a tolerante comunidade de vítimas”. Na

⁶A política do indigenato praticada na Guiné pelos Portugueses, quer seja na sua versão segregacionista ou assimilacionista, teve consequências desastrosas nas sociedades tradicionais deste país. Com efeito, a aceitação da disciplina tribal implica a aceitação de um sistema de moral com suas regras, os seus preceitos e os seus princípios. Por outras palavras, um sistema de valores contendo imperativos que trava os instintos e assegura um certo comportamento nas relações sociais. A perda da fé nos seus próprios valores e a não-interiorização integral dos novos valores propostos gera uma anarquia moral que se reflete necessariamente na conduta exterior do indivíduo (DJALÓ, 2013, p.163).

persistência desta situação, verifica-se que as sociedades em que existe excesso da centralidade do poder, transformaram-se, muito mais fácil no processo da alienação europeia (DJÁLO, 2013). Conforme coloca o autor, entende-se, que:

Do ponto de vista sociopolítico, parece inegável que as sociedades unificadas, que apresentam uma organização política centralizada e uma estrutura social hierarquizada, se adaptam mais rapidamente ao sistema colonial do que grupos segmentários, desprovidos de autoridade central e de chefes permanentes, que tinham fundado o seu sistema político sobre o conjunto das relações entre grupos de parentesco. [...] as sociedades guineenses que Amílcar Cabral classifica como sociedades de estrutura social horizontal, representadas pelos Balantas, tinham uma relação particular com as autoridades portuguesas. Dada a natureza acéfala destas sociedades, os contatos com o poder colonial só poderiam ser difusos, impessoais e aleatórias. Por outro lado, as sociedades de estrutura social vertical, representadas pelos Fulas, tinham, por intermédio dos seus chefes, estabelecido uma relação qualificada de franca cooperação com o poder colonial (DJALÓ, 2013, p.74).

Essa relação cooperativa se aprofundava inclusive, com “[...] as campanhas de pacificação conduziram à destruição dos regulados africanos e abriram o caminho à administração direta. Os chefes tradicionais que subsistem tornaram-se simples regedores, ou régulos, fiscalizados pela autoridade colonial” (ENDERS, 1994, p.86).

Desta estratégia, os colonialistas conseguem mobilizar grande parte do sistema local da representação dos poderes, a fim, de sair com maiores vantagens, nesta situação entende que “[...] dada a ambivalência das Autoridades Tradicionais e a relação complicada entre as autoridades no centro e na periferia, é de admirar que exista uma controvérsia considerável sobre a balança da dominação política” (LOURENÇO, 2007, p.59). Neste sentido:

Os governos colônias utilizaram esta estrutura política encarregando-a de novas funções: coleta de impostos, recrutamento de mão de obra, recenseamento, medidas econômicas e sociais, função judiciária. Deste modo os poderes do chefe aparentemente cresceram, mas sua legitimidade foi minada pela secularização de sua função e pela deserção ou a revolta dos mais jovens, manifestas desde a chegada dos primeiros colonizadores no final do século passado, e que tomaram a forma de uma insurreição no momento da independência (LABURTHE-TOLRA, 2010, p.152).

Nesta situação, segundo Sara Guerreiro, compreende-se que esta insurreição da justiça tradicional e sua implicância as comunidades étnicas locais, ainda se transita pós-independência, deixando a entender que persiste uma herança do poder simbólico da

legitimação e formalização da justiça tradicional e as relações socioculturais dos diferentes grupos étnicos hierarquizados (GUERREIRO, 2018). Fundamenta-se que:

[...] estes órgãos e estruturas variam de etnia para etnia, sendo que, relativamente à mesma etnia ainda variam de zona para zona. Por vezes a variação depende da tabanca. Finalmente, os respetivos procedimentos são, por natureza, flexíveis, e sujeitos a constante mudança, o que torna difícil–e quiçá desaconselhável–a respetiva codificação” (GUERREIRO, 2018, p.88).

Neste sentido, observar que essa experiência colonial ainda se sobrecarrega em todo território nacional, afinal “[...] existem pequenas organizações comunitárias tradicionais designadas por regulados, dirigidos por chefes tradicionais que por vezes se encontram em situações menos esclarecedoras” (MANÉ, 2014, p.23).

Essas codificações e as mudanças estabelecidas entre diferentes camadas das relações socioculturais são postas, sobretudo, nos setores da justiça tradicional e suas limitações entre instâncias do poder, como podemos observar posteriormente.

Quadro 2: Descrição sobre Autoridades Tradicionais

Autoridades tradicionais	Breve descrição
RÉGULO	O régulo é o responsável máximo, competindo-lhe servir como instância de recurso das decisões dos outros órgãos e administrar a justiça tradicional. Não existe em todas etnias.
O CHEFE DE TABANCA	O chefe de tabanca exerce o poder de decisão em relação à tabanca e administra a justiça tradicional, resolvendo os problemas menos graves e/ou atuando em conjunto com o régulo (quando este faz parte do elenco das autoridades tradicionais).
COMITÊ DE TABANCA	Os comitês de tabanca resolvem apenas as questões de materiais do interesse da comunidade (e não as espirituais ou ligadas ao mundo espiritual). Acima de tudo, o comitê de tabanca serve de elo de ligação entre o poder estatal e as comunidades. Na maior parte das etnias inquiridas no Projeto de recolha de Direito Consuetudinário, esta entidade não é reconhecida como poder tradicional (papeis, fulas, mancanhas), mas não quer dizer que esta entidade não tem poder na aquela zona: a leitura mais correta parece ser a de que simplesmente não o reconhece enquanto pertencendo ao elenco das autoridades tradicionais da daquela etnia [...].
CHEFES DE MORANÇAS	Os chefes de morança têm o poder de gerir a morança. A sua competência limita-se à resolução dos problemas familiares.
CONSELHOS DOS ANCIÃOS/ “HOMENS GRANDES”	Em regra, este conselho dos “homens grandes” consubstancia o órgão consultivo do régulo e/ou do chefe de tabanca.

Fonte: Guerreiro (2018, p.88). Adaptado pelo autor.

Segundo Guerreiro (2018), a ramificação dos poderes, são frutos da relação colonial na tentativa de controlar estas sociedades hierarquizadas, deixando-se, a perceber que mesmo com a modernização do estado guineense, depois da luta da libertação a transição do sistema democrático, o elemento jurídico para resolução dos conflitos tradicionais.

Por este motivo, ainda se assiste a desvalorização e disputas entre os sistemas tradicionais e Estado burocrático guineense. Nessa perspectiva enfatiza autor que:

Os costumes locais são, na Guiné-Bissau, fonte de direito. A diversidade cultural e a multiplicidade de tradições, aliadas ao insuficiente funcionamento do sistema de justiça formal ou estatal, têm como consequência a coexistência de distintos e diversificados direitos consuetudinários no Estado, como se referiu supra, a propósito do pluralismo jurídico. A Constituição não reconhece expressamente o pluralismo jurídico nem faz qualquer referência às autoridades tradicionais ou ao costume como fonte de direito. No entanto, a célebre “Constituição de 2001” que, apesar de ter sido aprovada pela Assembleia Nacional Popular, nunca foi promulgada, reconhece no seu artigo 15.º, “o valor das normas de direito costumeiro” e as “formas de poder tradicional”, devendo o Estado articular os seus atos com os do poder tradicional desde que estes sejam conformes à Constituição e às leis. Assim, de acordo com este projeto de revisão constitucional, o reconhecimento dos usos e costumes teria os seguintes limites: o costume não poderia contrariar a lei e não poderia prevalecer relativamente aos direitos humanos consagrados, quer na Constituição, quer no Direito Internacional (incluindo as diversas Convenções ratificadas pelo Estado guineense). Por outro lado, não há nenhuma legislação que reconheça expressamente as formas tradicionais de resolução de litígios enquanto forma alternativa de resolução de conflitos, embora estas funcionem na prática, sirvam como opção a um sistema estatal com sérias debilidades e insuficiências e sejam aceites enquanto mecanismos de administração de justiça pelas comunidades (GUERREIRO, 2018, p.87).

Pois tido enquanto instituições alternativas na consolidação dos litígios locais, verificam-se, as necessidades da sua manutenção, afinal perpassa enquanto uma estrutura social e institucional constituindo-se, as relações paradoxais como a sociedade guineense.

Aponta-se que “as instituições são organizações ou fatores sociais (pessoas, meios e normas) que orientam o funcionamento da sociedade e, por conseguinte, dos indivíduos, tanto em termos materiais, nas relações entre as pessoas físicas, como nas suas vidas espirituais” (MANÉ, 2014, p.12).

Para Alexis Wick, a particularidade dessa realidade e suas relações institucionais como a própria PAIGC apropriou-se, dessas forças sobrenaturais na orientação da luta da libertação como elencou Cabral numa constante manutenção com estes poderes tradicionais controlados por seus anciãos (WICK, 2012). Esta estratégia política era bem definida pelo Amílcar

Cabral, a quem se mostrava “[...] respeitoso e aberto em relação às estruturas “tradicionais” (sociais, espirituais, ideológicos, políticas). Em referências aos “homens grandes” (“anciãos ou “chefes tradicionais”), [...] e propõe incluí-los nas novas estruturas do poder, no contexto produzido pela luta de libertação nacional” (WICK, 2012, p.92-93).

Essa dinâmica da luta abriu-se, oportunidade para Cabral aprofundar ainda mais sobre as organizações e as resistências políticas e culturais contra a norma colonial, principalmente as sociedades horizontais, essas por sua vez, não se submetem à dominação e manipulação.

Por assim dizer, o próprio PAIGC, enquanto organização política e revolucionária soube fazer uso das resistências étnicas contra o regime colonial, expressas fundamentalmente na rejeição de pagamentos de impostos, “além de alguns outros atos localizados de revolta de alguns grupos étnicos; para assim intensificar nas zonas rurais o processo da mobilização e conscientização das massas camponeses” (M'BUNDÉ, 2020, p.34).

Torna-se importante, realçar que “[...] após a independência, o estado colonial bifurcado foi desracializado, mas não democratizado. A democratização ocorrida com base na independência tornou-se sinônima de desracialização do poder civil, muito mais do que de destrabalização do poder tradicional” (LOPES, 2020, p.42-43).

Nesta situação ao “analisando a questão da institucionalização de democracias novas ou democratização, tornou-se necessário medir o grau de legitimidade do novo regime, em que os países recém-saídos de experiências não democráticas, enfrentam o desafio de instalar novas instituições e regras para o jogo político” (CARVALHO, 2010, p.29).

O jogo político⁷ no contexto da sociedade política guineense retoma a longa estratégia colonial centralizada na mobilização étnica e do poder tradicional na luta e afirmação dos privilégios e a sua manutenção de *status quo* no domínio político, econômico e social. Enquanto efeito das relações, este modelo da governação opressora, foi herdado pela elite política local, deixando-se, caminhos para conflitos entre poder tradicional e estatal.

Visto que de um lado, as interligações dos poderes não são bem aceites pelas elites estatais pós-luta de libertação já numa sociedade política guineense em transição e as mesmas se pautaram na estrangulação desses poderes tradicionais, face uma nova disputa da elite desestabilizada.

⁷Para Pierre Bourdieu vincula-se, sobretudo, ao reconhecimento “social” e “político”, que possibilite alguns indivíduos, ou seja, membros de uma determinada sociedade são aceites mais do que outros no campo político, como sendo atores com legitimidade de agir politicamente mais do que outros” (BOURDIEU, 2011).

2.1 “Movimento reajustador” ou ajustes de contas? Crise identitária guineense/cabo-verdiana

Nesta seção, trataremos sobre movimento reajustador e as crises políticas entre classes elitistas e identitárias guineenses e cabo-verdianas, no que concerne ao mecanismo da governança durante a luta de libertação e depois da independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, fruto de uma ligação de projeto político binacional que não se consolida.

De tantas instabilidades e enquadramentos políticos que se conhece na sociedade política africana, principalmente as que foram guiadas pela estratégia capitalista conduziu-se, a criação do modelo econômica sob qual a realidade não coaduna com as visões endógenas e as narrativas que delas se construíam, e a Guiné-Bissau, sentiu-se coagido a se alinhar as armadilhas das agências internacionais, entre eles, Banco Mundial (BM); Fundo Mundial Internacional (FMI) etc, enquanto paradigmas da dominação (LOPES, 2012).

Ricardo Ossagô de Carvalho, por sua vez, compreende que a Guiné-Bissau, viu-se, mergulhado a instabilidade institucional e constantes desconfianças que perseguiram as elites políticas nacionais no exercício poder, tanto a nível externa como interna coberta pela subversão da ordem institucional construída entre as elites cabo-verdianas e guineenses, num processo árduo de trabalhos iniciais em Bissau (Guiné-Bissau) como na Praia (Cabo-Verde) -, tomou em 10 de Novembro de 1980, aprovado pela Assembleia Nacional Popular (ANP) o texto para uma nova Constituição que se mobilizou a todo custo à materialização do “Programa Maior”, do que acreditava o Amílcar Cabral (CARVALHO, 2016).

Estima-se, que esta situação política-militar, tornou-se, mais complicado no dia 14 do mesmo mês, onde a sociedade política assistiu-se, crise dos conflitos institucionais, pessoas e étnicos, cruzando-as com divergências constitucionais, referenciando-os aos três elementos: Estatutos do Presidente; do Primeiro Ministro; à pena de morte que impeirava para os bissau-guineense, enquanto ausente para os cabo-verdianos, esta última situação, obrigava, por trás uma pregada das expectativas e objetivos da unidade nacional (KOUAWO, 2001).

No entanto, discute-se, que “antes do golpe de 1980, era perceptível a existência de grupos antagônicos de luta pelo poder na estrutura política do PAIGC, no entanto, após esse período, as possibilidades de os grupos manifestarem suas ideias foram negadas pelo líder, que passou a ser a única pessoa e voz a ser seguida” (CARVALHO, 2016, p.67).

Neste sentido, compreende-se, que o intuito dessa ramificação e da constituição do próprio Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), transformava-se, em pleno palco da traição e desconfiança institucional entre seus membros que se

pautavam em expulsar os portugueses e depois da independência formavam-se, um estado binacional pautado na unidade que não se consolidava (MONTEIRO CANDÉ, 2013).

Essa complexidade das forças conheceu-se, a seu embrião no conhecido “Movimento Reajustador”, na qual se batizava também de *reajustamento institucional* das elites no partido, tendo liberado pelas imposições das forças militares e políticos do PAIGC, contra a elaboração da Constituição de 10 de Novembro de 1980 sucedendo-se, na política herdada do regime pós-colonial (KOUAWO, 2001). Observa-se, ainda que:

As mudanças ocorridas no plano internacional a partir dos finais dos anos 80 tiveram uma influência determinante sobre a evolução da crise do sistema descrito. Elas foram um poderoso catalisador da evolução da Guiné-Bissau em direcção ao pluralismo político, uma vez que o país é extremamente dependente da assistência estrangeira e os dirigentes foram tanto mais sensíveis, se não vulneráveis, aos condicionalismos democráticos surgidos no início dos anos 90. Os balbucios da abertura política na Guiné-Bissau começaram no fim dos anos 80. Em Junho de 1988 o Comité Central do PAIGC cria uma Comissão Alargada de Reflexão encarregue de estudar as possibilidades de transformações das estruturas do partido e das relações entre o partido e o Estado. Tratava-se também de preparar as mutações do partido a fim de fazer corresponder melhor as suas estruturas e funcionamento ao novo ambiente social. A composição alargada desta comissão onde estavam representadas diferentes sensibilidades do partido deu a entender que se tratava de uma tentativa de explorações de diferentes vias de instauração do pluralismo. A realidade foi outra. Tratava-se, sobretudo de explorar diferentes vias de adaptação do monolitismo. O pluralismo político não estava ainda na ordem do dia. O que sim estava era a flexibilidade interna do partido único (KOUAWO, 2001, p. 134-135).

Destaca-se o autor, que, esse mal-entendido faz-se, principalmente, numa profunda de colapso político em diferentes circunstâncias internas. Por via dessa observação, ele salienta fatores que estão interligadas com essas realidades resumidas em seguintes pontos, lutas entre uma tendência militar contra comando direcional do PAIGC, culminando-se, nas tensões entre guineenses e cabo-verdianos contra projecção do binacionalismo que o partido lançava a mão, deixando provocações entre esta unidade e barreiras (KOUAWO, 2001).

Conforme Rui Jorge da Conceição Gomes Semedo, que se por um lado, este movimento guineense fazia a frente à ordem constitucional, através da sua principal figura militar e “político”, João Bernardo Vieira, o renomado (Nino), por outro lado, assistiu-se, a primeira onda da conturbação da unidade nacional almejada por Amílcar Lopes Cabral entre cabo-verdianos e figuras desse reajuste político (SEMEDO, 2009).

Depois da independência como o primeiro registro do golpe de estado de 1980 do século passado, abriu caminhos para certas instabilidades viciosas, condicionadas a rejeição e

insegurança no compartilhamento das ideias políticas que proporcionam avanço e respeito sobre papéis e funções da liderança política enquanto fenômeno de caos socioculturais e política entre ala guineense, contra cabo-verdiana e vice-versa, no ajuste de contas, contra suposta desgovernança de Luís Cabral (LOPES, 2012).

Para Koudawo (2001, p.132) “a evolução subsequente ao golpe de Estado de 14 de novembro mostra uma desagregação da herança do período da luta da libertação. Ela põe em evidência a inadaptação à realidade do trinômio que funda o credo do PAIGC”: Estado binacional, economia estatizada e democracia nacional revolucionária.

Segundo afirma, Carvalho (2016, p.49) que a “[...] polarização da elite no seio do PAIGC, dividida entre os guineenses e os descendentes de cabo-verdianos, nos primeiros seis anos, responsável pelas constantes contradições internas no partido que o conduziu ao fracasso ideológico de um Estado binacional entre Guiné-Bissau e Cabo Verde”.

Transcorreram justificadas pelos frentistas de movimento ajustador, enquanto auge das lideranças por parte de cabo-verdianos com certas regalias, políticas, econômicas das quais não se sentem cobertas por guineenses do partido que se sentiam injustiçados, assim para eles esta situação classificava como sendo:

[...] uma ‘outra’ colonização, desta vez, do povo cabo-verdiano. Em razão disso, o alvo principal da contestação era o Presidente da República Luís Cabral, meio-irmão de Amílcar Cabral. Para opositoristas, dentro do próprio PAIGC, uma das principais razões da crítica era o desequilíbrio de poder na administração pública (CARVALHO, 2016, p.55).

Importa-se, afirmar que esta disputa termina numa confrontação entre duas figuras principais do PAIGC, uma que reivindicava desarticulação ideológica do binacionalismo entre guineenses e cabo-verdianos. Esta ferramenta criou-se, a política da projeção institucional de uma identidade separatista dentro do próprio partido, a fim, de se livrar dos demais cabo-verdianos que estavam usufruindo do suor da libertação e dos privilégios concedidos na estrutura hierárquica do poder (CARVALHO, 2016).

Entende-se, que estas tensões e trocas de acusações, resumiam-se entre duas grandes figuras do PAIGC, uma ala com representação guineense, e outra cabo-verdiana, onde se defendia a todo custo para os seus benefícios no centro do partido.

Como podemos observar nos discursos da negociação entre altos membros do partido depois de uma dada instabilidade política causada pela insegurança entre partes, lhes obrigavam a se defender simultaneamente, aos seus interesses e da cópula na qual estão vinculados (SEMEDO, 2009). Ainda opina-se, que os mesmos tencionava as negociações

políticas, a fim de comando da direção do partido, exemplo disso, Semedo (2009, p.60-61) afirma que:

Nino Vieira afirmava-se o seguinte,

[...] estamos prontos e abertos para discussões com o camarada secretário geral sobre os acontecimentos de 14 de novembro e a continuação da obra que nos legou Amílcar Cabral. Qualquer tentativa de influenciar a nossa marcha será categoricamente rejeitada e o camarada secretário-geral poderá daí tirar as conclusões que entender.

Aristides Maria Pereira, por sua vez o respondeu o seguinte:

[...] pensamos que é tempo de cada um assumir de fato a sua responsabilidade frente ao seu povo, à África e à história. Nem os dirigentes de Cabo Verde, nem o povo cabo-verdiano vão tolerar que se pretenda, através de manobras de diversão e de uma sistemática intoxicação demagógica, atribuir-lhes não só pela situação criada na Guiné, mas também pelas consequências do golpe de Estado na vida do partido e no projeto da unidade, que incumbem unicamente aos dirigentes e responsáveis nacionais da Guiné Bissau. Somos obrigados a nos demarcarmos claramente de toda a confusão política e ideológica e de qualquer demagogia.

É importante frisar que nem toda a sociedade política do PAIGC estava-se, satisfeito com o tão proclamado reajuste estrutural, afinal este ato, demonstra outra vez, as deficiências da infidelidade entre membros e a direção superior do partido não se observavam, que no outro momento, prometiam-se, ao povo que estão comprometidos na unificação das identidades num binacionalismo em jogo (KOUAWO, 2001).

Apointa-se, que este projeto, da construção de uma identidade nacional entre Guiné e Cabo-Verde, prometido pelo PAIGC, transforma-se num impasse antagônico, por incrível que parece, foi fruto da contestação que fragilizava em parte a cooperação e entre antigos militares e políticos que assumiam a direção e controle do partido, depois da luta da libertação tornando-se, num ciúme para a manutenção do *status quo* (AUGEL, 2007).

A teimosia instabilidade da liderança a sociedade política guineense, começou-se a beber do seu próprio mal que essa alternância da direção política que pertencia aos guineenses do partido criava rupturas em favor de um discurso promissor baseado no resgate e valorização das culturais e desenvolvimento rural uma situação distante das elites cabo-verdianos que se pautadas no desenvolvimento urbano. Neste equilíbrio de poder torna-se, fundamental entender que:

Essa mudança foi reflexo da crise político-estrutural que se estava agravando desde os primeiros anos da descolonização e era indicador do profundo fosso, tanto político como econômico, que se estava abrindo entre a cidade e o campo, isto é, entre a elite pequeno-burguesa detentora do poder e os produtores camponeses, sobre cujos ombros pesavam os maiores sacrifícios durante os longos anos da luta, mas que continuavam sem representação política e relegados à própria sorte. Essa elite era parte constituída por cabo-verdianos, o que acrescia as insatisfações (AUGEL, 2007, p.63).

Nesta contextualização, apontam alguns observadores que a incapacidade política e da desordem que o PAIGC, se apresentava diante dos outros movimentos políticos centralizados principalmente na zona urbana, viu-se, a jogada estratégica do Amílcar Cabral, cair-se pela terra, sem sucesso emergiu-se, inúmeros nacionalistas que elencaram contra⁸ união dos guineenses com cabo-verdianos (CARVALHO, 2016; AUGEL, 2007).

Neste cenário, pactuado por discursos nacionalistas, emergiram frentistas que estavam contra o desenho do projeto da unidade binacional, fazendo com o mais radical ao este projeto mínimo do PAIGC, a renomada Frente de Libertação Nacional da Guiné como sendo os verdadeiros oponentes políticos do próprio PAIGC, que posteriormente resultava em perseguições e opressões (CARVALHO, 2016). Furiosos com condicionantes da governança e do círculo vicioso da liderança que o partido estava passando com a direção cabo-verdiana obrigava-se por outro lado, a explosão e a recusa da aprovação da Constituição de 1980, por ala guineense, dos quais, alegarem que este documento consistia na exploração política por parte da elite cabo-verdiana (CARVALHO, 2016).

Apointa que essa mesma elite, previa-se, ausência dos guineenses, a se ocupar alto grau hierárquico do partido, justificando também a negação dos direitos da cidadania igualitária com os cabo-verdianos, razão pelo qual se verificava a pena de morte na Guiné-Bissau, enquanto era banida em Cabo-Verde (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Estas e outras justificativas foram levantadas pelo Nino Vieira e os demais aliados do movimento reajustador contra a direção de Luís Cabral e as pessoas que apoiavam a manutenção da elite cabo-verdiana. Estes fatores são frutos e resquícios deixados pelo próprio Amílcar Cabral, um grande combatente da luta. No entanto, nota-se, que:

⁸ Assim, tomando a ordem cronológica como referência, podemos destacar os primeiros movimentos urbanos: o Movimento para a Independência da Guiné (MIG); o Movimento para Libertação da Guiné (MLG) composto por maioria de etnia manjaca; a União das Populações da Guiné (UPG), que apesar da sua denominação reunia apenas alguns bissau-guineenses residentes em Kolda; a União da População para Libertação da Guiné (UPLG), que agrupava a minoria da etnia fula do Senegal; Reunião Democrática Africana da Guiné (RDAG), majoritariamente formado por mandingas do Senegal; o Partido Africano para Independência (PAI), que mais tarde daria origem ao PAIGC; e a Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING), resultante da união de vários grupos políticos (UPG, o RDAG e a UPLG) (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.63).

[...] os grandes homens, quando confrontados com realidades complexas, conseguem evitar cometer erros. Amílcar Cabral cometeu dois e bem grandes. O primeiro foi tentar juntar guineenses e cabo-verdianos na mesma luta. É uma ideia simpática, politicamente correta, mas impossível de pôr em prática na realidade da Guiné dos anos 60-70. Tal como azeite e a água não se misturam, não havia condições para juntar guineenses e cabo-verdianos na mesma luta e naquele contexto histórico. Só o idealismo e teimosia de Cabral não lhe permitiram enxergar isso. O outro erro que ele cometeu foi ter mandado executar muitos guineenses, na sequência do Congresso de Cassacá, em 1964, por estes se terem desviado da linha do PAIGC ou por pertencerem a outro partido. Há quem diga que em tempo de guerra estas decisões são admissíveis, porque está em jogo a sobrevivência do próprio país. Mas existe o reverso da medalha: se o pai da nação, de origem cabo-verdiana, manda matar guineenses, então os guineenses também podem matar o pai da nação. E assim o fizeram, em 20 de Janeiro de 1973. Este crime não foi um ato isolado (CAMPOS, 2012, p.5).

Como se observa, nestas evidências das desconfianças internas e das desestabilizações do PAIGC, resultou-se, na perseguição e morte do seu projetor da luta de libertação, entre diferentes autores matérias e suspeitos do crime⁹ maiorias foram executados mesma com esta situação o seu irmão Luís Cabral, ao suceder-lhe no poder, não se escapava também de um golpe em 1980 (CANDÉ MONTEIRO, 2013; CARVALHO, 2016).

Percebe-se, que, com a memória do assassinato de Amílcar Cabral e deposição política do seu sucessor na estrutura do partido, também vem acontecendo de extremo como acima citado, tem impulsionado outra vez, uma dada tensão, afirma Candé Monteiro que:

marcação simbólica da identidade bissau-guineense é que atribui a diferença entre nós e eles, ou seja, entre os bissau-guineenses e os caboverdianos através dos atributos étnicos, isto é, da nossa guinidade – dos aspectos

⁹ Segundo a lista produzida pelo Aquino de Bragança, (1965), citado por Candé Monteiro (2013) os suspeitos da morte de Amílcar Cabral eram : Rafael Barbosa - antigo presidente de PAIGC; [...] Mamadú Turé (Momo Turé) - antigo membro de comitê central do PAIGC, antes do início da luta armada [...] Aristides Barbosa - Agente português de PIDE, que infiltraram no campo de concentração de Tarrafal, a fim de conquistar a confiança dos nacionalistas; [...] João Tomás - Membro de PAIGC desde a sua criação e membro de comitê central e sindicalista até a sua adesão a kundara; [...] Soares da Gama - membro do PAIGC desde a sua fundação. Foi comandante da operação na frente sul e comissário político de marinha até outubro de 1971; [...] Mamadú Ndiaye - antigo comandante de PAIGC nos diferentes vários anos; [...] Koda Nabonia (Batia) - Membro de guarda pessoal de Amílcar Cabral. Depois de assassinato de Cabral se suicidou; [...] Valentino Mangana - agente de serviços português, depois da deserção da força armada portuguesa, recebido por Soares da Gama que lhe nomeou comandante adjunto da vedeta nº 05; [...] Nene - um dos responsáveis de telecomunicação de PAIGC colaborava estreitamente com os conspiradores, durante os seus contactos regulares com Bissau; [...] Inocência Kanni - membro de PAIGC desde a sua criação e membro de comitê executivo de luta. Ele foi excluído em outubro de 1971 por voto unânime do partido, e depois autorizado a assumir posto de comandante de uma das vedetas. É ele que vai matar Cabral depois de ter dado a chance de retornar o partido (p.195-196).

étnicos culturais que atribuem às classificações simbólicas daquilo que somos, baseadas na configuração cultural do país (2013, p.66).

Neste primeiro momento, torna-se insustentável a divisão étnica, dentro do partido, ou seja, conforme a narrativa luso-urbana. Ainda afirma que “[...] o PAI (GC) seria o único partido que visava à congregação de todos os bissau-guineenses sem a distinção étnica, e ainda estendia à unidade com Cabo Verde como forma de unir os dois países na obtenção da independência” (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.64).

Não podemos negar que o dinamismo do que ocorre a questão da manipulação étnica em prol da formação dos grupos partidários e sua direção torna-se, problemática quanto mais envolve entidades que pactuam pelo regionalismo, nacionalismo e cúpulas do companheirismo no PAIGC, convertendo-as nas tensões discursivas entre alas que apoiavam.

Para Joacine Katar Moreira na sua Tese “*A cultura di Matchundadi na Guiné-Bissau: Gênero, Violências e Instabilidade Política*” argumentava que “os discursos políticos refletem um quadro de vivências, experiências e valores dos atores que os proferem, espelhando também a performance política e o modo de governação do dirigente político” (MOREIRA, 2017, p.257).

Tomando a experiência política enquanto esse lugar performático, o ocorrido no movimento reajustador e possivelmente o rompimento do Estado Binacional, entre a sociedade política guineense e cabo-verdiana dentro do PAIGC, na altura, vê-se, claramente a contradição discursiva envolvida para se justificar a legitimidade dos atos políticos e a sua performatização entre elites políticos. Numa das entrevistas citada pela Moreira:

Nino tinha um papel onde tinha o nome das pessoas que dizia que Luís Cabral tinha mandado matar. Ele até chorou nesse discurso! Foi um discurso emocionante. Todos estávamos com ele. Lembro-me das seguintes palavras dele: “Este 14 de Novembro não é um golpe, é um reajustamento. Este 14 de Novembro é para acabar com a injustiça, acabar com a matança, prisão arbitrária, prisão sem julgamento”. Depois disse que lhe tinham acusado de ser aventureiro, criminoso e golpista, ao que ele reagia: “Eu, Nino, chamaram-me de aventureiro, chamaram-me de criminoso, chamaram-me de golpista. Eu Nino, eu nunca matei ninguém! Na Luta matei porque se não matasse ninguém, alguém me mataria” [...] “Camaradas, mas há uma coisa... eu não sou aventureiro, não!” Depois começou a apresentar uns dados de economia que mostrava que a Guiné estava a produzir e que Cabo Verde é que beneficiava. Depois, sobre o chamarem-lhe de golpista disse: “Eu não quero nada! Eu não tenho ambição de nada! Mas camaradas eu pergunto, então a Guiné é ponta de Cabo Verde? [...] discurso de Nino Vieira de 21 de novembro de 1980, uma semana depois do Golpe de Estado a Luís Cabral (MOREIRA, 2017, p.255).

No que trata dos discursos aqui, eles podem ser vistos, enquanto “[...] alto grau de teatralidade política, onde a dissimulação, a vitimização, o drama, o fingimento e a comédia são os principais ingredientes do discurso. Esta teatralidade política tanto pode apresentar o sujeito como herói ou como vítima, mas em ambas as situações procurará sempre a manipulação da história” (Ibidem).

Segundo Patrick Charaudeau “o campo político é encenado de forma que os diversos atores representam as comédias, os dramas ou as tragédias do poder mediante relações de legitimidade, de credibilidade e de cooptação” (CHARAUDEAU, 2011, p. 64).

Nas ponderações de Semedo (2009, p.65) “essa estrutura criada pelo poder foi responsável por vários outros conflitos, sendo que dois deles marcaram a história do partido na década de 80: casos de 13 de março de 1984 e 17 de outubro de 1985. Entretanto, a configuração de disputa se tornou visível a partir do segundo acontecimento”. Neste sentido, acredita-se, Semedo (2009) que:

[...] a situação do conflito instalado no PAIGC, no período pós 14 de Novembro tem duas grandes explicações: a primeira, é a disputa entre Mandingas e Biafadas liderada, sobretudo, pelos coronéis Iafai Camará e Ansumane Mané ante Balantas sob liderança de Paulo Correia e Viriato Pã; a segunda, foi a consequência do referido antagonismo étnico e que atribui poderes as armações polícia política (civil e militar) que resultarem na prisão e no fuzilamento de militantes e altos responsáveis do partido, majoritariamente da etnia Balanta. Grupo majoritário nas Forças Armadas em razão de que o teatro da luta de libertação ocorreu nas regiões norte e sul povoadas por ele e acabou formando a base da estrutura militar (p. 64-65).

Dentre vários e outros fatores, buscamos alertar que os conflitos de alta ou baixa tensão no cenário político desde unipartidarismo experimentado pelo PAIGC, a formação do governo na Guiné-Bissau, tem assolado a instabilidade identitária entre grupos que se disputam arena dos privilégios da independência há pós-independência.

Analisando esta situação, um estudo de Manuel Jauará publicado em 2006 e intitulado “*os lusoafrikanos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau*” sustenta que, nos primórdios da luta de libertação, essa realidade do conflito entre elite crioula no poder (burocrático) e lideranças do poder alternativas (etnorurais) não se colocavam frente a frente, entre denominados de “luso-africanos e os etnorurais” (JAUARÁ, 2006).

De forma expressiva, mas existem, paradigmas obscuros sobre relação que era estabelecida, enquanto um dos problemas centrais do Partido (PAIGC), afinal era convicto a ideia da unidade entre luso-africanos (descendentes de Cabo Verde e etnorurais da Guiné-

Bissau) com propósito da confraternização entre as forças para a libertação contra jogo colonial (JAUARÁ, 2006).

Infelizmente, passando alguns anos dessa partilha de direção partidária, o acontecimento de 1980, deitou toda expectativa dessa junção entre cabo-verdianos e guineenses, numa das resistências ditadas por uma clara disputa interna pela hegemonia das alas endógenas do partido, emprestado pelo, o protagonismo do general Nino Vieira, mais uma vez, mostrando-se, a incoerência da unidade entre dos polos luso-africanos e etnorurais, se transformando mais uma vez num episódio inacabado.

2.2 O estranhamento do conflito de sete (7) de junho (1998/1999): entre amargos étnico-políticos, quicá?

Discutimos de forma sucinta nesta seção, sobre os elementos teóricos e mecanismos em volta dos amargos étnicos e políticos enquanto metamorfose das instabilidades na Guiné-Bissau. Os conflitos internos na sociedade política guineense conheceram-se, muitos traços de longo prazo, entre uma elite política confrontada por uma alternância polarizada da centralização do poder, ora, bloqueado pela certa camada elitista arrastada desde luta de libertação binacional num contexto total de desequilíbrio do poder (RUDEBECK, 2001).

Afirma-se, Carlos Cardoso que essa concentração do poder, deu-se, pelas heranças políticas colônias, como também “[...] pós-colonial que, por causa de uma política repressiva de partido único, não permitiu igualmente o desenvolvimento de uma sociedade civil autônoma e muito menos a constituição de uma classe política independente das estruturas de poder do partido único” (CARDOSO, 2002, p.20).

Admite-se, que a fragilidade estrutural do poder que se manifestava no PAIGC, acabou-se afetar laços de amizade entre ex-combatentes da luta de libertação, João Bernardo Nino Vieira, enquanto comandante das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), e o Brigadeiro Ansumane Mané, a quem foi exonerado do cargo da chefia militar acusado pelo tráfico das armas aos rebeldes de Cassamansa (KOUAWO, 2001).

Carlos Sangreman, e os demais argumentam que “os conflitos fazem parte integrante da história moderna da Guiné-Bissau, assumindo a forma, quer de resistência contra a sua potência colonizadora, Portugal, quer de lutas e tensões de ordem interna, entre diversas tendências políticas, baseados na luta pelo poder” (SANGREMAN, *et al.*, 2006, p.11).

Podemos observar na análise de Moreira, que essas tensões resultam-se, sobretudo, de uma cultura do patriarcalismo político centralizado, transformando-se, a arena política

guineense, num espaço de “*matchus*”, e da manifestação da força e legitimada na cultura de “*matchundadi*”, “masculinidade”, que se emperrava na política e na liderança militar (MOREIRA, 2017).

A sociedade guineense observa-se, os resquícios que nos levam acreditar que “[...] a construção das masculinidades é um processo complexo, que envolve um meio ambiente de heterogeneidade étnica, religiosa, de práticas culturais e simbólicas diversas, e um ambiente sociopolítico instável e tendencialmente violento, marcado por tensões e conflitos político-militares” (MOREIRA, 2017, p.115). Este desconforto transformava-se:

iceberg de um conflito interno mais profundo e bem mais alargado, reflexo de crescentes insatisfações de ordem política, social e econômica [...]. Ansumane Mané, amigo íntimo e companheiro de armas do Presidente Nino Vieira, [...] conhecedor profundo dos segredos militares do país (e das irregularidades da elite política militar), não podia aceitar sem contestar tais acusações (AUGEL, 2007, p.67).

Essa explicação nos induz a realidade duma elite política-militar conturbada às vezes baseadas nos desafios e desacatos entre chefias e a base política do “partido-Estado” PAIGC. Afirmo Moreira (2017, p.181-182) que “em Cassacá prova-se que o questionamento do chefe é feito através e unicamente do seu afastamento do poder ou/e da sua eliminação física. Já no auge da luta pela libertação, A. Cabral viu a sua posição de chefe do Partido algumas vezes questionada e desafiada”. Por outro lado, podemos observar que:

[...] o poder, a coerção, a violência e a manipulação psicológica serão ferramentas levadas ao extremo na luta pelo poder na Guiné-Bissau. Muitas masculinidades em confronto, como acontece na arena política guineense, criariam inevitavelmente condições para a afirmação de identidades hipermasculinas como a cultura di *matchundadi* (MOREIRA, 2017, p.242).

Emergiu-se, a busca e prisão do seu opositor, Ansumane Mané na sua residência no dia 6 de junho do mesmo ano, a quem não se deixava ser presa, entrando no desacato à voz do comando, mostrando-se por, outro lado, o poder de “*matchundadi*” posteriormente fugiu-se de controle. Como podemos constatar, na sociedade política guineense, esse reflexo de “*matchundadi*”, (ser valente; corajoso, etc); como era pautada ainda é mencionada na modernidade da arena do conflito. A ascensão da cultura de “*matchundadi*” na política guineense, também se recaí à cultura do patriarcado institucional fruto do colonialismo e neocolonialismo imposto às sociedades políticas bissau-guineense (MOREIRA, 2017).

Sílvia Andreia Mateus Roque nos convida a pensar por outro lado, esta prática da importação eurocêntrica na sociedade guineense na qual “ser homem [...] significa, de modo geral, ter poder e exercê-lo em relação às mulheres, às crianças e na comunidade. “Tem poder”, “é o chefe”, “é o porta-voz”, “faz o que quer”, “é o responsável máximo”, “o que domina”, “dono de tudo”, “dono do certo ou errado” (ROQUE, 2014, p.232).

Eusébio Djú afirma que o sistema da governação mal sucedida, teria sido razão da destituição do Nino Vieira, ele enquanto desconfiado tentava se criar reviravolta para melhor acalmar situação fez questão de entrar em contato com elites militares “[...] mas ninguém o atendeu. E percebeu que, sem a guarda presidencial, não teria chance de escapar dos soldados que o esperavam” (DJÚ, 2021, 42-43). Inesperado Vieira decidiu-se:

Em consequência, a apreensão de armas pela polícia guineense, cujo destino era Casamansa, permitiu a criação de uma comissão parlamentar na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (ANP) para investigar o autor [...]. A comissão fez o trabalho de acordo com a lei guineense e apresentou o relatório que identifica Ansumane Mané como aquele que vendia as armas aos rebeldes. Por isso o presidente João Bernardo Vieira (Nino) o chamou para um diálogo institucional. E Ansumane Mané negou a acusação e chegou a citar Vieira como o autor da venda de armas. Desse ponto de vista, nos lembram que os soldados se envolveram nessa prática e por isso não se opuseram a Mané. Vieira expressou que Mané não poderia continuar à frente das Forças Armadas, liderando todas as ações contra o crime organizado no país. Decidiu demiti-lo e, em 6 de junho de 1998, foi nomeado em seu lugar o Brigadeiro-General Humberto Gomes (1941-2021). Mané, uma vez destituído de suas funções, discordou e se revoltou contra Vieira e propôs um plano de golpe de estado. Mesmo assim, já havia sido avisado que, se o golpe fracassasse, Vieira não o toleraria, o teria executado ao pôr do sol (DJÚ, 2021, p.40).

Tanto Nino como Ansumane Mané (*brik-brak*) como era conhecido, eram vistos pelos próprios parceiros, enquanto vilões, o que dividia opiniões e forças de apoios, na sua maioria, os militares insatisfeitos com “sistema” davam ouvidos para Mané e os suportes “[...]. Acuado, sem respaldo de seus militares, Nino Vieira pediu auxílio aos países vizinhos: o Senegal enviou, já nos primeiros dias de conflito, cerca de um milhar e meio de soldados, enquanto que a República da Guiné-Conakry, meio milhar” (AUGEL, 2007, p.68).

Nas palavras de Antonieta Rosa Gomes, compreende-se, que neste momento de crise e da fragilidade da segurança interna, a única alternativa que restava ao Nino, era recorrer-se aos seus parceiros enquanto fruto de um Acordo da Cooperação que se articula, sobretudo, no viés da Segurança e Defesa em 1986, para melhor controlar as inseguranças postas pelos alguns

parceiros da luta de libertação ao seu regime (GOMES, 2014). Aponta Kohl, que este conflito armado, resultava-se numa:

[...] tentativa de golpe do supremo comandante das forças armadas demitido, Ansumane Mané, e facções do exército sob seu comando, o presidente do Estado Vieira solicitou assistência militar dos governos do Senegal e Guiné e tropas dos dois países entraram na Guiné-Bissau. O que se seguiu foi um conflito militar que afetou predominantemente a capital Bissau até a paz ser restaurada oficialmente em 11 de maio de 1999. No entanto, o interior da Guiné-Bissau foi afetado especialmente de forma indireta pelo conflito armado. Ambos os lados em conflito clamavam representar e lutar em nome da nação guineense. Por um lado, a facção de Vieira insistia na constitucionalidade do governo e dependia de acordos existentes de assistência militar mútua firmados com o Senegal e a Guiné. Por outro lado, a chamada Junta Militar formada por Mané e seus aliados clamava estar lutando pelo bem-estar da nação e acusava Vieira e seus partidários de corrupção extrema e mau governo (KOHL, 2011, p.58-59).

Segundo Arnaldo Sucuma, a adesão de certos militares a Junta o movimento anticorrupção, enquanto justificativa da revolução, também, viu-se, um apoio significativo da massa populacional “Não obstante, havia muita hostilidade interna entre os dirigentes políticos cuja maioria era de militares e combatentes de liberdade da pátria que lutaram gloriosamente para tirar o país do domínio imperialista” (SUCUMA, 2013, p.29).

Ainda aponta autor, que esta energia positiva que a Junta militar recebia por parte dos ex-combatentes se aplica na própria hostilidade do regime, e do seu líder autoritário político, na qual se contribui para o cerne da polarização da vingança dos que sentiam injustiçados pelo sistema (SUCUMA, 2013). Porém, o que se observa durante este cenário, é que muitos progressos almejados pós-independência afundou-se ainda mais nas grandes instabilidades políticas, alastrando para um alarmante conflito armado, seguido de uma cronologia de onze meses entre junho de 1998 a maio de 1999, numa densidade que afetava quase todo território nacional direta ou indiretamente (KOUDAWO, 2001).

Com essa situação turbulenta despertava-se, de um lado o sentimento da rejeição por parte da população angustiada do conflito como também a qualquer ajuda política que Vieira poderia ter, tanto pela Guiné-Conakry, dos acordos militares assinados altura quanto pelo Senegal, estes “[...] atacaram a Mansoa, subindo o canal do rio Geba, o rio mais extenso do país, repetindo a mesma operação realizada pelas tropas portuguesas durante a guerra colonial, desembarcando em pequenos botes, tencionando tomar o controle da principal artéria de comunicação terrestre do país” (AUGEL, 2007, p.69). Por um lado, o mesmo conflito resultava em derrames de sangues de muitos civis que estavam cobertas de balas de

forças estrangeiras que se revoltaram com perdas significativas dos seus soldados, tendo as massacres das populações como mecanismo para melhor fragilizar os impactos armados de Junta Militar que se viam aceites pela maioria dos guineenses, em detrimento do próprio governo (DJÚ, 2021). Por esta razão torna-se, evidente observar que:

[...] o fracasso do projeto nacional tornou patente aos guineenses que não se pode confiar no Estado nem na elite urbana, a ocupação do país por tropas estrangeiras e queda de Nino Vieira, com sua consequência perda de prestígio, tiveram o efeito de reacender a chamada do espírito nacional, imbuindo o povo da necessidade de superar as divisões e as divergências em prol de um bem comum e superior às tensões. [...] A guerra e a ocupação por tropas estrangeiras puseram a nu a existência de um tipo de “nacionalismo sem Estado”. Enquanto o Estado e suas estruturas foram reduzidos a um mínimo, e seu máximo representante, o Presidente da República, foi transformado em joguete de militares, tanto guineenses quanto estrangeiros, um outro tipo de espírito de unidade nacional (AUGEL, 2007, p.70).

Nesta circunstância dos sentimentos e a defesa da unidade nacional entre muitos guineenses na altura era da proteção da territorialidade que estava sendo ocupado pelos militares estrangeiros a mando do Presidente, a Junta Militar, por sua vez, era “almejado”, e aceite pela camada populacional, atribuindo-lhes slogan dos heróis.

Segundo Sangreman e outros (2006), a perseguição e a utilização da violência como recurso legítimo do poder que era assumida de maneira escancarada por Nino Vieira, mais de uma década tem provocado tensões sociopolíticas; socioeconômica e cultural, estagnadas no conflito. Essas contradições armadas tiveram deixado logo de cara o ataque à residência do Ansumane Mané, em Santa-Luzia, um dos bairros ao redor da cidade, posteriormente à caravana presidencial que se dirigia ao Aeroporto de Bissau, alguns acabaram ser assassinadas no “*Poilão de Brá*”, árvore atribuído o simbolismo do sagrado (DJÚ, 2021).

O antropólogo Dingana Paulo Faia Amona, afirma que essa realidade se constitui na “[...] identificação simbólica que os diferentes grupos têm com o *tchon* é entendível a partir da interação da pessoa com o ambiente, carregando o espaço de significados de forma que o lugar passa a constituir-se em elemento representativo da identidade social e individual das pessoas” (AMONA, 2020, p.50).

Nessa base, a guerra de sete (7) de Junho de 1998, passa assumir característica diferencial em relação afinidade com *tchon*, algo que pode estar numa possível “[...] vitória militar sobre as forças estrangeiras apenas reforçou a identidade guineense, diminuindo o peso político negativo que o então presidente Nino Vieira poderia carregar por ter chamado em seu socorro os exércitos vizinhos” (SANGREMAN, et al., 2006, p.8).

Recorda-se, Moema Parente Augel, que a presença dos militares estrangeiros junto ao território da Guiné-Bissau, iluminava-se, a experiência vivida em (1980) entre cabo-verdianos e guineenses dentro do PAIGC, era “[...] o território nacional estava de repente ameaçado. Mais do que as fronteiras geográficas, era a fronteira social, e mesmo emocional, que estava em perigo. O território passou a adquirir uma transcendência” (AUGEL, 2008, p.6).

Por este motivo, para além de uma pertença étnica, com exceção de algumas elites que faziam parte do sistema e aproveitavam também mobilizar membros do seu grupo para se fazer parte da defesa do governo do Presidente (Nino), algo que a sociedade civil e política e a Junta Militar fizeram frente para estagnar (AUGEL, 2008). Nessa contextualização:

O papel da etnicidade (o sentimento de pertença, de um ‘nós’) e o da alteridade (a percepção do ‘outro’) [...] se fez notar de forma aguda no momento extremo desse conflito armado de 1998/99. O ‘outro’ passou a ser exclusivamente o invasor, esquecendo-se qualquer tipo de rivalidade ou de concorrência entre as etnias do país (AUGEL, 2008, *Ibidem*).

Claro que [...] “é oportuno considerar-se aqui uma outra conotação, mais abrangente: a de uma ‘construção social de etnia’, uma vez que tal fenómeno ocorre em situações de crise ou conflito e onde forçosamente se estabelece um binarismo polarizante entre o ‘próprio’, o ‘nós’, de um lado e, do lado oposto, o ‘alheio’, o ‘estranho’ ”(AUGEL, 2008, p.5). Todavia essa realidade obrigava a sociedade política guineense assumir outra rotina, que por sua vez, deixava marcas na mente da população:

Os detalhes pormenorizados da tragédia ainda estão por saber, mas as estimativas conservadoras citam centenas de mortos entre a população civil e milhões de dólares de danos à já frágil infra-estrutura social e física do país. Em adição, o intenso bombardeamento de artilharia durante os primeiros cinquenta dias de estado de sítio da cidade de Bissau forçou uns 250 000 habitantes a buscarem refúgio dentro e fora do país, alguns dos quais regressaram dois meses mais tarde para serem sujeitos a um estado de sítio de cinco dias ainda mais terrível e destrutivo, que resultou numa assinatura de um tratado de paz em Abuja (Nigéria) no dia 1 de Novembro de 1998 (LOPES et al., 1999, p.473).

Conforme podemos observar, “durante a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, realizada em Abuja (Nigéria), os dois líderes beligerantes, Nino Vieira e Ansumane Mané, foram ouvidos pelos Chefes de Estado presentes, tendo esta ronda negocial surtido efeito” (SANGREMAN, et al., 2006, p. 18). Ambas as partes se comprometeram e assinaram um acordo de Paz em Abuja (Capital de Nigéria), onde rubricaram o seguinte:

QUADRO-3: ACORDO DE PAZ DE ABUJA – 01 DE NOVEMBRO DE 1998

A reafirmação do acordo de cessar-fogo assinado em 26 de Agosto de 1998 na Cidade da Praia.

A retirada total da Guiné-Bissau das tropas estrangeiras. Esta retirada será efectuada simultaneamente com o envio de uma força de interposição da ECOMOG que substituirá as tropas retiradas.

A força de interposição garantirá a segurança ao longo da fronteira entre a Guiné-Bissau e o Senegal, manterá as partes separadas e permitirá às organizações e agências humanitárias o livre acesso às populações civis afectadas. Ao mesmo tempo, o aeroporto internacional Osvaldo Vieira e o porto de Bissau serão imediatamente abertos.

A criação de um governo de unidade nacional, que em conformidade com as posições do acordo já assinado pelas duas partes compreenderá entre outros os representantes da auto-proclamada Junta Militar.

A organização de eleições gerais e presidenciais o mais tardar até fim de Março de 1999, as eleições serão supervisionadas por observadores da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Comunidade Internacional.

Fonte: Guilherme Zeverino & Luís Castelo Branco, 2000; *apud*, Sangreman, et al., (2005, p.18).

Para a manutenção desse acordo foi criada uma comissão Executiva Conjunta, para a concretização de Paz, tanto pela integração de seis (6) elementos de Junta Militar, e cinco elementos de confiança que representava na altura o Nino Vieira, e alguns diplomatas que representavam países envolvidos, (Portugal, França, Suécia) como estratégias para uma possível superação do conflito (SANGREMAN, et al., 2006). Para Vagner Gomes Bijagó:

As preferências ou opções de Portugal e da Junta Militar pela CPLP, em oposição às preferências da França e do Presidente Vieira pela CEDEAO estão relacionadas ao poder de barganha, à afinidade e aos aliados que cada um possui em sua instituição de preferência (BIJAGÓ, 2011, p.118).

Por sua vez, Silva, compreende que:

[...] Acordo celebrado em Abuja, sob os auspícios da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a 1 de Novembro de 1998, entre ‘o Governo da Guiné-Bissau’ e ‘a auto-proclamada Junta Militar’, embora frágil, favorecia a Junta Militar e continha de cláusulas de âmbito militar e de âmbito político (SILVA, 2010, p.9).

Nas palavras de Alfa Oumar Diallo, “a vida diária provoca várias tensões entre indivíduos ou grupos de pessoas. Quando elas não são aceitas, satisfeitas, elas podem provocar conflitos violentos. Alguns destes conflitos são considerados de ordem étnica ou

tribal” (DIALLO, 2015, p.130). Ainda de primeira mão, o conflito militar de 1998, não se relaciona especificamente à questão étnica, afinal na sociedade guineense, torna-se complicado levantar logo de cara que este conflito militar tem relação direta com esta questão, mas, persistem indícios destas tensões (DIALLO, 2015).

Essa ocorrência faz-se, aproximar o exemplo, do caso da memória de 17 de outubro, de 1985, onde foram fuzilados grandes quadros da etnia Balanta, acusados de tentativas de golpe de estado, algo que não foi comprovado, e se transforma num dos fatores pelo qual alguns militares desse grupo revoltaram-se, e alinham a Junta Militar em 1998/1999 quanto teve conflito armado político-militar (KOUAWO, 2010). Referindo-se, esta situação:

[...] foi nesse clima de conflito político-militar que o país assistiu a uma manifestação de pertencimento étnico por parte de um contingente significativo da etnia Pepel, que se colocou à disposição do Presidente Vieira para ajudá-lo na guerra. O Presidente por sua vez aceitou a ajuda e os enviou para a República da vizinha Guiné-Conacri para uma preparação de manejo de armas e de práticas de guerrilha de curta duração. Ao regressarem, se autodenominavam “anguenta”– que significa em português aguenta ou sustenta, cuja a missão era sustentar o Presidente no poder, o que significa dizer que reconheciam as suas limitações em não conseguir ganhar a guerra, mas que iriam assegurar a manutenção do Presidente da mesma pertença étnica (BIJAGÓ, 2011, p.116).

Conforme Roque o que se denota aqui, não é intenção generalizar que todos pertencentes do grupo étnico pepel saiam em defesa do Nino, mas havia de forma significativa os jovens do mesmo grupo que se comprometeram a fazer frente. Quem são estes jovens, na qual se fala? Podemos nos apontar todos os jovens desse grupo de forma particular de Bissau maior palco do conflito “como um todo homogêneo”? (ROQUE, 2014).

Segundo realça a autora, estes jovens que se procuram mencionar aqui, são maiorias de zonas urbanas, na qual confrontam as armadilhas de status quo, de uma geração da luta de libertação, sobretudo, no jogo do poder “[...] associado à desesperança e às impossibilidades permanentes. [...]. A análise da mobilização dos jovens Aguentas (jovens que participaram na guerra de 1998-99 ao lado das forças governamentais)” (ROQUE, 2014, p.211).

Observa-se, que toda essa aderência juvenil se resultava também nas buscas das possibilidades futuras, pois conflito por parte do governo, acabava-se, aguçando mais tensões por parte de Junta Militar ao vendo um massivo apoio e a solidariedade étnica prestada por camadas desses jovens inexperientes, tudo isso, se evolui devido ao sentimento de pertença e laços de consanguinidade, afinal, na sociedade tradicional étnica guineense, a familiar

transcende questão da proteção social e coesão da pertença (BIJAGÓ, 2011). Essa prática é o fruto da construção da possibilidade e solidariedade mútua numa relação marcada pelas tendências. Eugénio Carlos da Conceição Rodrigues Moreira, faz nos lembrar:

[...] de facto, as sociedades tradicionais estão talhadas em bases de grupo de indivíduos unidos pelo sangue, que se organizam em famílias, onde a coesão e o espírito de entreajuda entre os seus membros fundamentam a existência de uma comunidade ou colectiva [...]. Nelas o tipo de economia e as relações sociais inclui todos os indivíduos marcados por laços ancestrais. O mosaico social, o atraso económico e a degradação social dessas sociedades constituem limites reais à configuração de esquemas de protecção social que toma sobretudo em consideração a capacidade individual de garantir o sustento pessoal e familiar (MOREIRA, 2010, p.16).

Porém, faz lembrar que, após conflito militar de 1998, Guiné-Bissau, viveu uma constante instabilidade política e militar, ora colocando-se, desafios no que toca ao exercício Constitucional, entre instituições governamentais, colocando em xeque as identidades sociopolíticas e partidárias, como sendo mecanismo de um ciclo inacabado das tensões étnico-políticas (BIJAGÓ, 2011). Esse colapso conheceu-se, o seu apogeu, “[...] no âmbito do que estava estabelecido no Acordo de Abuja, a Junta Militar lançou uma operação militar em Bissau com o objectivo de derrubar Nino Vieira. Passadas pouco mais de 24 horas, os homens fiéis a Nino Vieira renderam-se” (SANGREMAN, et al., 2006, p. 19).

Pode-se dizer que no caso de conflito de 1998-1999, com rendimento por parte de tropas aliados à Junta Militar, também se viu, no momento pós-conflito caído no “[...] aguçamento das tensões étnicas [...] Brigadeiro Ansumane Mane, da etnia Mandinga, durante aquele período, recebendo muitos apoios dos Mandingas e Beafadas; algumas chefias eram da sua etnia e pairava no ar certa ostentação do poder” (BIJAGÓ, 2011, p.68).

Segundo Carvalho (2010, p.51) “o processo de transição política envolvendo questões étnicas, forças armadas e consolidação da democracia permanecerão vulneráveis, a menos que algum processo seja feito atualmente na direção de encontrar solução para esse legado”. Nesta direção, “questões dessa natureza tornam o processo político mais suscetível a disputas e ao conflito, acirrando as diferenças culturais (étnicas) no seio da sociedade civil organizada” (CARVALHO, 2010, p. 50). Nas afirmações do autor, ao longo desse período:

[...] nota-se que esse problema é essencialmente político, tendo como finalidade o controle do poder político do estado, o que, de certa forma, as forças armadas estão conseguindo fazer desde 1998/99, período em que se deu o primeiro conflito político-militar pós-abertura política e democrática (CARVALHO, 2010, p. 71).

Nessa conjuntura política, observa-se que “além do mais, desde 1998, a Guiné-Bissau nunca mais teve paz, no molde tradicional de um país democrático em vias de consolidação. Há mais de uma década depois do conflito político e militar de 07 de junho de 1998, ainda hoje se ostentam na conjuntura do país” (CARVALHO, 2010, p. 84).

Portanto, a título de uma conclusão nesta secção, o que nos parece que na Guiné-Bissau, o conflito armado de 7 de Junho de 1998/1999, proporcionou a mudança de estratégias para a disputa do poder e as estruturas sociopolítica numa sociedade constituída por vários grupos sociais e étnicas, bastantes inquietas, sobretudo, no que testemunham os bloqueios do poder que em dado momento se transforma naquilo que era vivenciada durante a crise do conflito político-militar.

Constata-se, da situação em questão que a transição conflituosa se desenvolva no novo cenário político a partir das relações étnicas desiguais baseadas na promoção de uma camada etnopolítico na qual alguns se colocam enquanto menos representados no sistema do poder que ainda se encontra pelo circo da formação partidária.

3 A FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES POLÍTICAS E PARTIDOS POLÍTICOS

A nível dessa secção, discute-se, o processo da formação das identidades políticas e partidárias e as suas influências ideológicas na sociedade.

Em “Pensar a política na África” (2000), Abel Kouvouama chama atenção para uma reflexão filosófica da política e não do “sujeito político”, na sociedade africana.

Pensar a política na sociedade africana, de modo particular na Guiné-Bissau, significa, sobretudo, analisar quais são as bases dos pressupostos políticos e os fundamentos que são tomadas no quesito de “*querer viver junto*” uma reivindicação que as próprias identidades políticas ainda se constatam ausentes.

Num contexto da transição política colocada nas sociedades africanas pelo mundo exterior aos fundamentos do liberalismo político e do mercado financeiro as demandas políticas internas passam a ser cobertas pelas exigências da democratização da sociedade civil intercruzar-se as com linguagens políticas (KOUVOUAMA, 2000).

Entende-se, autor que “[...] dos diferentes conceitos centrais da modernidade política e sobre a necessidade de lhes traduzir em línguas vernaculares para facilitar a domesticação da

democracia importada, ele lança luz sobre as interações complexas entre as estruturas da linguagem e as evoluções dos imaginários políticos” (KOUVOUAMA, 2000, p.4).

Segundo autor, essas situações, “[...] abriu espaço para interrogações políticas sobre as relações entre o indivíduo e a comunidade, sobre a identidade africana, sobre a questão do desenvolvimento e sobre a natureza e historicidade dos Estados africanos – em suma, abriu espaço para as reflexões sobre a desalienação política” (KOUVOUAMA, 2000, p.6).

Nessa perspectiva, autor observa que “os projetos de invenção e/ou de reinvenção democrática na África [...] produzida nas Conferências Nacionais, deram voz, através de racionalidades contextualizadas, a uma das formas de produção endógena da modernidade política” (KOUVOUAMA, 2000, p.6-7). Nessas circunstâncias:

O acesso à verdade política é assim submetido às combinações de normas e valores políticos relativos à busca da justiça, à fundação do Estado de direito, ao respeito das liberdades e da expressão individual democrática. Essas normas e esses valores políticos abriram o caminho da verdade na política para a cisão no campo da conflitualidade democrática, mas os jogos de poderes, as artimanhas e as interações de forças fizeram surgir o projeto de democratização [...]. As interrogações sobre a democracia, o espaço público, a legitimidade, a “boa governança” (KOUVOUAMA, 2000, p.7).

O pensar política nas particularidades das realidades africanas sobressai nas reformulações das suas políticas democráticas e institucionais enquanto necessidade que possam ajustar as relações políticas para assim, “conceber o viver-junto no espaço público como uma exigência democrática passa, portanto, pela autoconstituição da política em um espaço autônomo aberto ao Outro e à livre discussão pública” (KOUVOUAMA, 2000, p.6-7).

As formas que são pensadas o viver a política dada sua característica de constante disputa o que lhe transforma em jogos de interesses. Deste modo, mesmo com a expulsão dos colonizadores português junto ao sistema de controle político através da luta armada pelos guineenses abriu-se, por outro lado, a nova corrida entre as elites políticas nacionais no que tange o controle do espaço de poder numa total transformação de disputa (AUGEL, 2007).

Afirma-se, Pierre Nzinsi, no seu estudo de artigo sobre: A democracia na África: a ascendência platônica (2022), que a sociedade africana devia-se aproveitar com base crítica da sua filosofia os pressupostos da democracia que dela mesma se vive. Dessa forma, autor opina-se, que o modelo democrático na qual vem perseguindo o continente, fundamenta-se, sobretudo, na ideia do “neoplatonismo” político tomando a sua forma como a primazia em

relação ao seu conteúdo, isto é, ela nega a soberania do povo, deixando abertura para outros obstáculos do viés culturais não especificamente na sociedade africana (NZINZI, 2022).

Consagradamente, as instituições políticas são tidas como sendo forças oriundas dentro do processo da interação de acordo e desacordo entre diferentes entidades sociais que se procuram lidar com o campo da disputa política (HUNTINGTON, 1975).

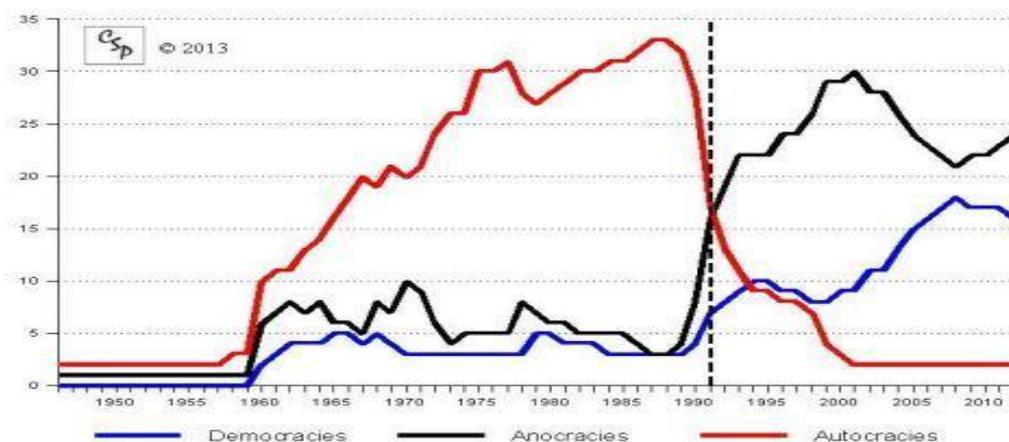
Neste contexto, elas se constituem dentro das evidências equivocadas e foram atribuídas interpretações não homogêneas, ou seja, “a palavra partido possui uma ligação indissolúvel com a palavra parte. Partido é derivado de parte” (VIANA, 2003, p.11).

Os partidos políticos e os regimes democráticos contemporâneos assumem papéis fundamentais, enquanto elementos institucionais que proporcionam recrutamento político e social dos sujeitos em constante disputa, deixando-se, a entender que a democracia representativa, só se torna viável a partir do surgimento dos partidos políticos, se consolidam (BARACHO, 1980).

Conforme Thaís de Oliveira Queiroz, na sua análise feita a partir de (*Center For Systemic Peace*, 2016) que a quantificação dos países no continente africano na qual se experimentava o sistema democrático Pós-Guerra Fria tornou-se apreciável mesmo resultando um intercâmbio significativo entre as anocracias que transformam e dificultam as verdadeiras peças do funcionamento dos sistemas democráticos.

Esses fatores passam por transformações “[...] principalmente no início do século XXI, observou se que as democracias apresentaram uma curva ascendente, enquanto as anocracias e autocracias demonstravam um relativo declínio” (QUEIROZ, 2017, p.11).

Gráfico: 3- As características do Regime Político na Guiné-Bissau: inversão do gráfico de (*Center For Sytemic Peace*, 2016).



Fonte: Queiroz (2017). Readaptado pelo autor.

Ao nos basear no estudo produzido pelo Queiroz, observa-se, que o modelo do regime político guineense não se apresenta na mesma linearidade do que foi apresentado pelo gráfico, afinal, ao basearmos no que retrata o sistema do regime político na sociedade guineense, podemos constatar que este, tomou uma proporção colapsada fazendo-se, o cruzamento entre a experiência da menção autocrático e anocrático (QUEIROZ, 2017).

O aspecto centralizador do poder e a sua experimentação no Estado-guineense, tem produzido as lógicas da narrativa, sobretudo, na base desse partido dominante cria-se, espaços para a manutenção da força e opressão, contra os diferentes pilares da democracia, tornando-se, a política e partidarização das instituições enquanto mecanismos usados para instrumentalização da governança (QUEIROZ, 2017). A transição dos regimes na Guiné-Bissau conheceu-se as ondas segundo Huntington (1975); estas diversificações das próprias ondas presentes na culturalização política que se mobilizam em relação às transformações dos regimes três (3) momentos: *autocráticos*, *anocracia* e por último, a democracia.

Por via dessa apropriação, o desenvolvimento político na Guiné-Bissau, enquadra-se, sobretudo, numa total *anocracia*, condicionados por uma instabilidade governamental e ineficácia do cumprimento das regras de jogos democráticos, deixando-se, abertura para uma junção da democracia e ditadura, o que condiciona as constantes sucessões das lideranças políticas numa advertência conflituosa (QUEIROZ, 2017).

No campo das teorias políticas, entende-se, que a política agrega às vezes certas posições reducionistas; enquanto tesouro de jogo de interesse individual, com intuito de desfechar a história particular “funcionalista” deixando-se, guiar pela certa tomada da posição enquanto foco da própria vida política em que as formações partidárias procuram mobilizar (SILVA, 2018). Conforme pressupõe Viana:

Os partidos políticos são organizações burocráticas que visam à conquista do Estado e buscam legitimar esta luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou outra classe ou fração de classe existentes. Assim, os quatro elementos principais que caracterizam os partidos políticos são: a) organização burocrática; b) objetivo de conquistar o poder do Estado; c) ideologia da representação como base de sua busca de legitimação; e d) expressão dos interesses de classe ou fração de classe. [...] Eles são organizações burocráticas devido seu objetivo de conquistar o poder político, pois para realizá-lo é necessário ter eficácia, o que pressupõe recursos humanos e financeiros, disciplina, unidade, etc. Os partidos políticos que buscam conquistar o poder através da democracia representativa (processo eleitoral) precisam movimentar enormes quantias de dinheiro para financiar a campanha eleitoral (VIANA, 2003, p.12-13).

Para Mezzaroba (2001) a conceituação do Estado e partidos (Parteinstaat) se fundamenta no dinamismo e na construção da dinâmica e no desempenho do estado, e com a liberalização política, se constitui as alternâncias da representação política, e própria desmistificação da democracia.

A democracia representativa se coaduna principalmente na dinâmica dos partidos políticos, como sendo o mecanismo chave, na sua construção estrutural jurídica e política, dentro duma lógica das regras do jogo político-partidários e as suas concepções ideológicas na qual serve do “capital político” enquanto elemento estratégico da manipulação do poder (BOURDIEU, 2011). Por assim dizer, compreende-se que:

Atualmente, o partido é uma espécie de banco de capital político específico, e o secretário geral de um partido é uma espécie de banqueiro (talvez não seja por acaso que todos os nossos presidentes, passados e futuros, são antigos secretários gerais...) que controla o acesso ao capital político, burocratizado, burocrático, garantido e autenticado burocraticamente pela burocracia de um partido. Os interesses políticos específicos de que eu falava há pouco tornam-se cada vez mais ligados ao pertencimento a um partido e, ao mesmo tempo, à reprodução de um partido e à reprodução assegurada pelo partido (BOURDIEU, 2011, p.204-205).

Neste sentido, entende-se, que a política assume estágios controversos dentro das sociedades civis, desde a primeira metade do século XIX, na altura que se relacionava a política diretamente com as “ideologias”, em função dos interesses que estão mascarados na vida política. Nesta situação, ela se fundamenta, sobretudo, naquilo que pode ser vista na manifestação da própria estrutura sociocultural e política dos partidos, enquanto as conversações dos interesses das “elites” no cotidiano político associado à imagem do partido (BARACHO, 1980).

Segundo Bourdieu, (2011, p.204) “[...] o partido é uma espécie de banco de capital político específico, e o secretário geral de um partido é uma espécie de banqueiro (talvez não seja por acaso que todos os nossos presidentes, passados e futuros, são antigos secretários gerais...) que controla o acesso ao capital político”.

Ainda afirma Bourdieu (2011, p.210) “[...] que é difícil pensar a política porque ao mesmo tempo a conhecemos e não a conhecemos. Ouve-se falar sobre ela todos os dias nos informativos, somos banhados em uma espécie de familiaridade com a política”.

Na percepção de Philippe Laburthe-tolra, a política pode ser vista como campo do poder “[...] Esta administração nas nações modernas é confiada ao *estado*. O objetivo ‘político’ aplica-se, às maneiras de conceber o estado (sistemas políticos) e aos regimes que

delas resultem. Aplica-se também aos partidos, e, de modo geral, ao *poder* que os partidos ou os homens disputam” (LABURTHE-TOLRA, 2010, p.133). Por outro lado, podemos ver que:

A política consiste, assim, no exercício do poder com vistas a estabelecer ações comuns de cooperação entre grupos e indivíduos e também com vista a regular eventuais conflitos entre eles. Cabe ao estado harmonizar os interesses divergentes e proporcionar ao conjunto dos cidadãos condições materiais e morais concretas que permitam a cada um viver da melhor forma possível. Estas são condições que a filosofia tradicional denomina “bem comum”. Todos os homens, à medida que vivem em sociedade, estão implicados nesta busca do bem comum e têm alguma coisa a ver com a política, queiram ou não. A busca do “bem comum” exige que todos os membros de uma sociedade tenham a possibilidade de expressar, de uma maneira ou de outra, como o concebem e o querem. É o motivo pelo qual a *monarquia* (governo de um só), *aristocracia* e a oligarquia (governo de grupos restritos) são frequentemente substituídas pela democracia (demos: povo, e cratos: poder) ou governo do povo, que supõe a participação de todos os cidadãos adultos no poder (LABURTHE-TOLRA, 2010, p.134).

Por outro lado, acrescenta-se, que “os sistemas de partidos não podem ser vistos apenas em seus aspectos formais, desde que devam estar presentes os dados reais sobre os quais assentam as estruturas partidárias. Muitas das investigações, ou mesmo tentativas de criação de Partidos são vistas fora da realidade social que irá possibilitar o funcionamento do sistema adotado” (BARACHO, 1980, p.145).

Portanto, entende-se que “outro elemento definidor dos partidos políticos é o seu objetivo de conquistar o poder do Estado. Mesmo os pequenos partidos sonham com a conquista do poder estatal e enquanto isto é um horizonte quase impossível de se atingir, buscam conquistar espaços através das eleições, às vezes aliando-se aos grandes partidos em troca de cargos públicos” (VIANA, 2003, p.21).

Com base nessa fragilidade partidária, no que concerne a sua representação e continuidade política, o partido passa a servir como sendo o campo das oportunidades entre forças envolvidas. Por esta razão, Viana (2003, p.36-37) entende que:

O partido político torna-se, para muitos indivíduos oriundos das classes exploradas e também das classes auxiliares, um meio de ascensão social. Isto pode ser conquistado tanto através de um cargo no partido quanto através de uma candidatura a cargo público ou nomeação por parlamentares e/ou membros do poder executivo que são do partido, o que faz surgir pequenos grupos em torno destes líderes. [...] A mercantilização das relações sociais se revela na valoração que os indivíduos do partido dão ao ter em detrimento do ser, ou seja, o critério utilizado para se medir as coisas e pessoas é puramente mercantil. Isto reforça a valoração dos chefes do partido, pois são estes que possuem o melhor carro, a melhor roupa, etc.

Pois salienta Joanice Katar Moreira que a, “[...] luta pelo poder político, não tem como fim a luta pelo Estado propriamente dito, mas sim a luta pelos recursos que os lugares político administrativos e os cargos cimeiros na administração do Estado proporcionam a quem os ocupa” (MOREIRA, 2018, p.267). A democracia política em si, pressupõe muitas aberturas na representação e disputa pelo poder e o seu exercício, no contexto político guineense, abertura democrática, sobrecarrega transformações, sobretudo, no núcleo das elites políticos que procuram camuflar-se, nos exercícios dos bens públicos e privados, transformando-se no mecanismo da manipulação e do sobressalto para se eleger e reeleger (FIANI, 2011). Afirma António Teixeira Fernandes que:

A participação verdadeiramente democrática da população circunscreve-se quase sempre aos actos constitutivos e legitimadores do poder. As eleições, são de ordinário, as poucas ocasiões, na vivência democrática, em que os indivíduos e os grupos podem exprimir a sua satisfação ou o seu desagrado, as suas necessidades ou as suas aspirações, o desejo de estabilidade ou a vontade da mudança. Mas mesmo nesta expressão extremamente limitada, os eleitores não formulam escolhas nem oferecem alternativas. Não fazem mais do que sancionar a escolha de pessoas e sufragar projetos apresentados pelos partidos. As eleições constituem um mercado em que aos cidadãos são expostos produtos políticos variados e se usa um *marketing* adequado, destinado a orientar e a determinar as suas preferências. Nesta dimensão, em grande parte se esgota quer a democracia eleitoral quer a democracia formal que dela deriva. A sociedade não se pronuncia mais sobre as grandes questões nacionais. Estas serão apenas assunto do governo, governo que, por sua vez, aplica um programa do partido, subordinando-se a ela. Tal poder governamental é, em consequência, essencialmente partidária e ainda que tenta prosseguir-la. [...] São os partidos que fazem eleger os seus deputados para poderem governar de acordo com seus programas. Este Estado é, então partidocrático e, como tal, tende a servir os interesses constituídos dos *lobbies* partidários. É fácil, por isso, que os partidos, longo tempo retirados do aparelho governamental, por não poder distribuir prebendas ou satisfazer certas aspirações de poder de alguns, entrem em crise interna e dêem lugar a sucessivas mudanças de lideranças (FERNANDES, 2012, p.32-33).

Por estas intermediações, da formação política dentro do sistema democrático, deve-se, a responsabilização e a obrigação em aceitar as regras de jogos, apontado por Norberto Bobbio¹⁰, a quem esta regra facilite a disputa política no sentido mais viável dentro da

¹⁰ Segundo Bobbio (2015, p.105) “[...] para as regras de jogo com as quais se desenrola a luta política num determinado contexto histórico. O discurso sobre regras de jogo é extremamente importante, e não pode ser eliminado se não se deseja cair em um problema mal posto e, nesta medida, insolúvel. E isto ao menos por duas razões. Antes de tudo, porque o que distingue um sistema democrático dos sistemas não democráticos é um conjunto de regras do jogo”.

formação partidária e da democratização do próprio sistema do jogo político. Deste modo, os partidos políticos devem e suas elites, devem absorver os elementos democráticos que criam vínculos democráticos no sentido de possibilitar a construção de nova forma de exercício político nas regras dos jogos constituem os instrumentos necessários.

Para Bourdieu (2015, p.109-110) “[...] num discurso sobre sujeitos e sobre os instrumentos do ‘fazer política’ está no fato de que é impossível desconsiderar que existe um estreitíssimo nexos entre as regras dadas e aceitas do jogo político, de um lado, e os sujeitos que são os atores deste jogo e os instrumentos”. Nesta situação, a política se transforma num campo das oportunidades para ascensão “social”, ‘política’, ‘econômica’ e demais elementos da própria formação partidária e da sua simbolização no campo da representação (BOURDIEU, 2011). Ainda afirma, Bourdieu (2011, p.204) que:

Há, no campo político, lutas simbólicas nas quais os adversários dispõem de armas desiguais, de capitais desiguais, de poderes simbólicos desiguais. O poder político é peculiar no sentido de se parecer com o capital literário: trata-se de um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido, notável. Daí o papel muito importante da televisão, que introduziu algo extraordinário, pois as pessoas que só eram conhecidas pelas reuniões eleitorais nos pátios das escolas não têm mais nada a ver com esses subministros que, suficientemente poderosos em seus partidos para aparecerem na televisão, têm seus rostos conhecidos por todo mundo. O capital político é, portanto, uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido. À medida que o campo político avança na história e que, notadamente com o desenvolvimento dos partidos, se institucionalizam os papéis, as tarefas políticas, a divisão do trabalho político, aparece um fenômeno muito importante: o capital político de um agente político dependerá primeiramente do peso político de seu partido e do peso que a pessoa considerada tem dentro de seu partido.

Nesta articulação da instabilidade da liderança e controle do poder, nos faz entender como aponta Urbinati (2006, p.214):

Cria-se, assim, no interior do partido, uma divisão entre dirigentes e dirigidos, entre ‘chefes’, ‘líderes’, por um lado, e ‘massas’, ‘liderados’, por outro. Estes dirigentes formam a burocracia partidária. Esta burocracia comanda o partido, embora existam variações de grau na burocratização entre os diferentes partidos”. [...], o caráter da competição democrática é, entretanto, moldado não apenas pelas regras do jogo, mas também pelos meios utilizados pelos cidadãos para expressar e resolver seus desacordos.

Nesta situação, estima-se, que estes descumprimentos podem tomar proporções de regra de jogos na sua complexidade, justamente ao problematizar o próprio campo da representação democrática, afinal estamos perante a materialização dos interesses e da não neutralidade tanto por parte dos políticos, como por parte dos cidadãos, que de alguma forma procura-se, identificar com a ideologia partidária e das concepções filosóficas dos líderes que estão à frente (URBINATI, 2006).

Essa representação transborda a visão simplista que lhe reduz somente às eleições, ou seja, ela pode ser “[...] a instituição que possibilita à sociedade civil (em todos os seus componentes) identificar-se politicamente e influenciar a direção política do país. Sua natureza ambivalente – social e política, particular e geral – determina sua ligação inevitável com a participação” (URBINATI, 2006, p.218). Por assim dizer, “[...] os cidadãos devem consentir com certos valores ou princípios, e os vencedores e perdedores devem confiar que seus adversários irão abrir mão das armas independentemente do resultado das eleições” (URBINATI, 2006, p. 216). Neste sentido, afirma-se, Urbinati (2006, p.196) que:

[...] as eleições se tornaram um requerimento solene e indispensável de legitimidade política e formação de magistraturas, Estado e sociedade não puderam mais ser desligados e o traçado das fronteiras separando – e conectando – suas esferas de ação tornou-se uma questão persistente de reajuste e negociação. A representação espelha esta tensão.

Estas circunstâncias de certa forma possibilitam, demandas nas desconfianças instituições e partidárias onde se resume em limitações do exercício da democracia representativa ao ponto de não criar as credibilidade nos partidos políticos (LOPES, 2020; BOURDIEU, 2015; URBINATI, 2006).

Por assim dizer, entende-se, que a democracia se encontra no centro da desconfiança e limitações que reativa as novas possibilidades das pressões e ressurgimento do ativismo nas redes sociais, ora comprometidos com a estabilização do processo democrático, ora em constantes desconfianças. Em contrapartida dessa narrativa, Viana (2003) alega que:

[...] na democracia representativa somente se conquista o poder do Estado através do processo eleitoral, ou seja, somente conquistando o apoio de um número considerável de eleitores é que se pode ascender ao poder. Num golpe de Estado, é necessário possuir um mínimo de apoio popular e ter o respaldo de forças militares (estatais ou não). No primeiro caso, um partido conservador para ganhar a eleição deve dissimular (esconder algo que efetivamente existe) seus reais interesses e simular (fingir algo que não existe) ser o representante do “povo”, das “massas”. Esse processo de

dissimulação-simulação também se encontra presente nos partidos conservadores que tentam conquistar o poder por via do golpe de Estado (VIANA, 2003, p.15).

Os inter cruzamentos desses elementos entre a política e o poder na Guiné-Bissau, tem estimulado um debate conscientizado para uma verdadeira democracia. Enquanto fruto da construção, ideológica e de confrontos, torna-se, necessário, desnaturalizar tendências que transportam ódios e perseguição dos sujeitos oponentes, do sistema de controle do poder.

Dessa maneira, como são sabidos, as ações políticas na sociedade guineense, têm se dificultado em certos momentos grupos de minoria, o que torna a própria conciliação sem direitos a proteção e a exclusão sociopolítica.

3.1 Constituição partidária na Guiné-Bissau

Nesta seção, procuramos destacar a constituição partidária na sociedade política bissau-guineense. Tomando os princípios ideológicos, endógenos e exógenos, emergidos com a adesão da democracia que o país vem seguindo.

Paulatinamente o processo político democrático, que se vive na Guiné-Bissau, consiste numa democracia “pluralista e multipartidária”, fato que culmina com a capacidade política do reconhecimento entre forças partidárias que compõem o país, sobretudo, no que concernem atribuição e valorização da igualdade do direito sobre o exercício do poder político e os procedimentos eleitorais claramente definidos¹¹.

O exercício dessa teorização torna-se imparcial numa sociedade em que a própria democracia ainda se enquadra como sendo “pedra no sapato”, por parte dos sujeitos

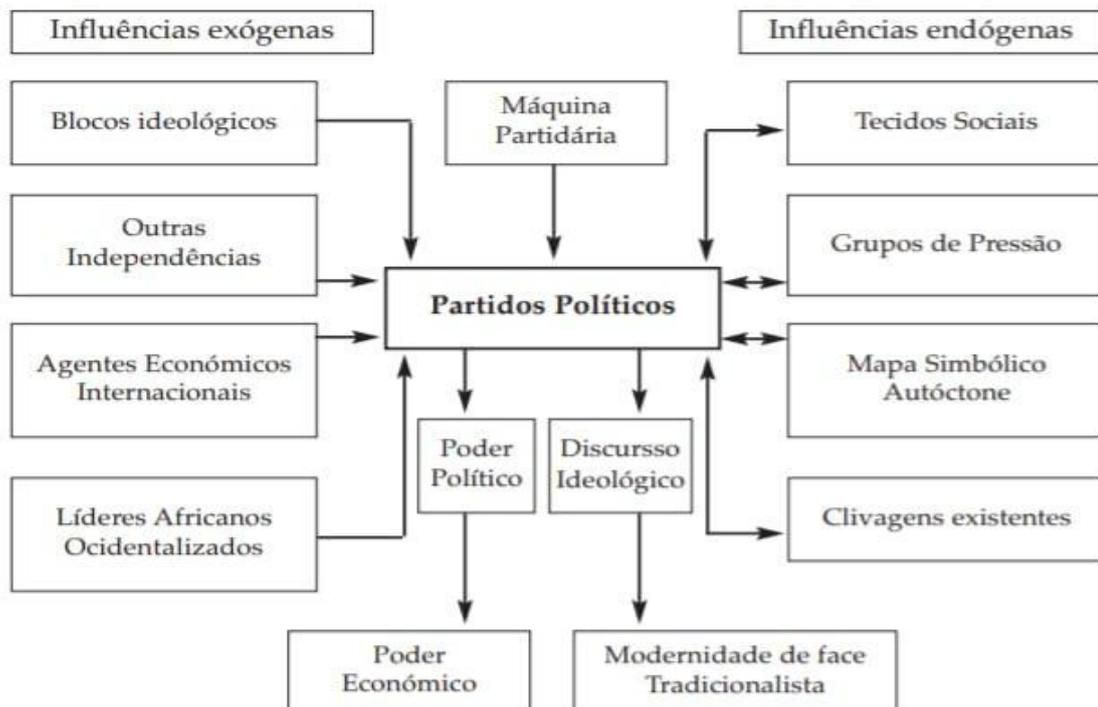
¹¹Justifica-se, a Constituição da República da Guiné-Bissau: 1- Na República da Guiné-Bissau é livre a constituição de partidos políticos nos termos da Constituição e da lei. 2- Os partidos políticos concorrem para a organização e expressão da vontade popular e do pluralismo político. 3- Os partidos devem respeitar a independência e unidade nacional, a integridade territorial e a democracia pluralista, devendo na sua organização e funcionamento obedecer às regras democráticas. 4- É proibida a formação de partidos de âmbito regional ou local, de partidos que fomentem o racismo ou tribalismo e de partidos que se proponham empregar meios violentos na prossecução dos seus fins. 5- A denominação do partido não poderá identificar-se com qualquer parcela do território nacional, nem evocar nome de pessoa, igreja, religião, confissão ou doutrina religiosa. 6- Os dirigentes máximos dos partidos devem ser cidadãos guineenses originários. Disponível em: <<https://static1.squarespace.com/static/5e8c8ca71556cd7eab527147/t/5f0e2c9c03d6962c9702d1f4/1594764445533/Constituic%C3%A7%C3%o3o+da+Repu%C3%81blica+da+Guine%C3%81-Bissau.PDF>>. Acesso em: 12 de set.2022.

envolvidos em pluralismo das ações políticas. Nas palavras de António Carlos Wolkmer (2020, p.145) entende-se que,

[...] o Pluralismo engloba fenômenos espaciais e temporais com múltiplos campos de produção e de aplicação, os quais compreendem, além dos aportes filosóficos, sociológicos, políticos ou culturais, uma formulação teórica e prática de pluralidade no Direito. Ora, o Pluralismo no Direito tende a demonstrar que o poder estatal não é a fonte única e exclusiva de todo o Direito, abrindo escopo para uma produção e aplicação normativa centrada na força e na legitimidade de um complexo e difuso sistema de poderes, emanados dialeticamente da sociedade, de seus diversos sujeitos, grupos sociais, coletividades ou corpos intermediários.

De fato, esta realidade sobre a formação política, se enquadra numa dualidade interna e externa, no processo da maximização dos privilégios entre ganhos e perdas, deixando-se, entender que as máquinas partidárias na representação identitária e disputa dos poderes (BRAGA, 2005). Torna-se necessário observar esses elementos, através do que o autor denomina das influências por trás dos partidos.

Figura 4: Aspectos que influenciam o comportamento dos partidos



Fonte: Braga (2005, p.70). Adaptado pelo autor.

Uma das análises que podemos levantar desse quadro político deixa-nos a entender que as construções dos partidos na Guiné-Bissau, tende-se, a referir nas suas estruturas tanto influências ideológicas exógenas, feito pelas agências (internacionais e suas barganhas) como endógenas, tomado enquanto recursos da emancipação (culturais). Por outro lado, no que se referem os Blocos ideológicos, não se torna clara os modelos seguidos na arena política guineense, fato estes que deixam a compreensão também que os próprios tecidos sociais ainda estão em constante disputa ideológica no que tange a identidade partidária.

Portanto, ao observarmos essa disparidade entre membros dos partidos na procura da manutenção das suas políticas e recursos à máquina partidária, viu-se, migrado para instituição estatal como sendo mecanismo da manutenção do poder político (BRAGA, 2005).

Vimos que o sistema político adotado na Guiné-Bissau deu-se, sobretudo, o que o autor denomina de “grupos de pressão”, tanto a nível internacional, como nacionalmente. Entendermos também que, os discursos ideológicos são levantas às vezes sem fundamentos consistentes, abrindo de modo, as vacaturas de cultura de calúnias e difamações, às vezes baseadas nos perfis pessoas, todos estes atos violentos, são sustentados num dado momento nas clivagens institucionais e do próprio exercício da cidadania garantida pela Constituição.

Nesta ordem de ideia, torna recorrente algumas vezes, a exibição do poder econômico e político para a manutenção do mapa simbólico dos poderes autóctones, abrindo a porta para uma modernidade desses mesmos poderes deixados simplesmente ao simbolismo cultural.

Afirma Cardoso (2004) que o controle do poder do estado e da sociedade política na Guiné-Bissau transforma-se, numa disputa entre a “*vida e morte*”, numa situação fragilizada das elites políticas, em que todo custo e poder da dominação, faz-se, o conveniente para alcançar o topo, mesmo colocando em risco o bem coletivo do país, sob um constante jogo pelo poder, fato que pode ser renomado da “*recolonização da instituição pública*” ao culminar-se, com a sequestração e partidarização da máquina governativa. Esta situação, torna-se, corrente na política guineense e sua instrumentalização, resultou naquilo que refere Cardoso & Imbali, *apud*, Moreira, (2018, p. 276-277):

[...] a fraca institucionalização do Estado permite, ainda, aos dirigentes políticos disporem de uma margem de manobra bastante grande no domínio da administração, em particular no domínio da gestão pessoal. O Presidente (geralmente é o responsável máximo do partido político no poder) pode utilizar a sua arma favorita: o decreto de nomeação. Ele faz as nomeações para os cargos ministeriais, na Administração Pública e nas empresas estatais. Só que estas nomeações correspondem mais a um carácter de potenciais recursos políticos do que à necessidade racional do ato em si. O

exemplo é que quando existem mais pessoas para distribuir “responsabilidades” o Presidente não hesita em criar mais estruturas (Ministérios, Secretarias, Direções Gerais...). [...] Esta situação “conduz a uma precariedade política e a um clima de insegurança para as elites que serão obrigadas a rivalizar em fidelidade ao Presidente”: intrigas, boatos, conspirações, complôs, aliança de uns contra outros... são os métodos mais utilizados e também os mais eficazes para atingir este objectivo. “E tudo isso sob o olhar atento do “Príncipe” situado acima de tudo e que sabe que o espetáculo que está a observar não somente é desejado por ele mas também é indispensável para manter o seu controlo político e sua autoridade. O presidente é o único verdadeiro político. A sua autonomia, a sua estabilidade e a sua sobrevivência política dependem da sua capacidade de manipular os decretos de nomeação e exoneração e explorar melhor as rivalidades das elites”. “Este factor conduz de maneira incessante a uma luta feroz pela sobrevivência política de uma só pessoa. Isto, na maioria dos casos, pode ser contrário à prosperidade econômica. O princípio do poder personalizado encontra o seu fundamento na relação de clientelismo, na coerção e no princípio de fidelidade.

No entender da Ana Maria Duarte Frade, este processo das mobilizações, também às vezes transforma-se, em subordinações administrativas, e usos de dinheiros públicos por parte das elites do governo nas compras de consciências desde questões matérias e daqueles que são feitas simbólicas. Neste sentido, torna-se notável que:

[...], o Estado está ao serviço da classe dominante e esta assegura o seu poder através de relações verticais de clientelismo. O clientelismo altera a lógica de acção do Estado. Não se procura a decisão mais racional, mais justa, mas aquela que melhor promove os interesses pessoais (FRADE, 2007, p.26).

Importa-se demonstrar que essas influências decorrem em funções dos modelos assumidas por partidos políticos, no processo das formações ideológicas, que às vezes não se transparece as verdadeiras características basilares e fundamentais para compreender tipos das teorias democráticas que os partidos políticos no contexto da Guiné-Bissau.

Essa complexidade sobre o papel do partido e da sua programação política fazia também do PAIGC, estabelecer as suas metas, na altura tida enquanto partido-Estado culminando-se, com a independência nacional, com a liquidação da dominação colonialista.

Observa-se que “o regime republicano, democrático, civil, anticolonialista e antiimperialista; a política econômica de estatização e a economia centralmente planificada; o Estado com funções social, previdenciária e de instrução; o monopólio da informação e da política” (HERNANDEZ, 2008, p. 545). Essa situação política do PAIGC, na altura “partido-Estado” se resumia principalmente na busca da sua autonomia territorial, política e cultural, obrigando-o a si lutar contra o sistema colonial e imperial português, em busca da sua

autonomia e de todos os grupos étnicos que compõem a sua sociedade e seu destino político, deste modo, se pressupõem que autonomia que o partido se pretendia consolidar (KOUDAWO, 2001).

Carlos Cardoso (2004) por sua vez, defende que a consolidação partidária na Guiné-Bissau ainda está em crise, por esta razão, assimia ainda persiste na mesma conjuntura da sociedade política guineense, muitas contradições e fragilidades no âmbito da adesão e construção institucional da democracia partidária e da legitimação das suas elites políticas que num momento deixam-se cair em constantes rupturas entre continuidades e descontinuidades governativas. Ainda autor compreende, sobretudo, que:

Com a implementação das estruturas de Estado moderno colônia, e graças à política assimilacionista prática pelo colonialismo português, são criadas condições que permitem a sobrevivência da elite política das ditas sociedades políticas tradicionais, mas há uma ruptura no processo de constituição de unidades políticas de grande dimensão, susceptíveis de “produzir” elites que correspondessem à envergadura dos novos espaços políticos. Por outras palavras, as estruturas do Estado moderno não foram capazes de integrar a elite política tradicional no novo espaço político. Salvo raras exceções, a implantação destas estruturas fez-se pela via de confrontação direta, por vezes militar (CARDOSO, 2004, p. 2).

Por este processo assimilacionista do sistema estatal colonial, se faz a genética sociopolítica colonial, faz da nova elite pós-colonial guineense, se transformar-se, em “egocêntricos” na disputa pelo poder, afinal essa estrutura da corrida por privilégios, se dão, sobretudo, na abertura política herdada nas mãos dos colonizadores portugueses.

Amílcar Cabral o mentor da luta de libertação servia desse lugar do privilégio oferecida pela estrutura burocrática colonial, junto à sociedade política guineense, e essas realidades não se resumiram simplesmente na afirmação política das elites políticas nacionais, mas em contrapartida, fornecida do que ele talvez “bebesse” do sistema colonial, sobre administração dos poderes.

3.2 A negociação das “identidades” entre governantes e governados no campo da representação política

Nesta seção, trataremos sobre as teorias que procuram explicar os comportamentos eleitorais, e o que está por trás das atribuições e não atribuições dos votos no candidato X, ou

Y, em contrapartida do partido, Y e não no X, ou seja, vice-versa, como sendo variáveis que os tornam paradoxal, levando em conta as diversidades, culturais, políticas e identitárias.

As tomadas das decisões políticas no seu percurso da execução se confrontam com grandes incertezas e perspectivas, em função do tempo e espaço como têm estado acontecer no processo político eleitoral na Guiné-Bissau (LOPES, 2020; RADMANN, 2001).

De fato, desde a independência, o panorama político da grande parte de países africanos foi e ainda está sendo permeado, pelas questões das representações, sobretudo, “por recorrentes protestos das minorias étnicas, a respeito da dominação, desigualdade, divisão do poder, autonomia, identidade, marginalização, distribuição de recursos, cidadania e entre outras coisas” (COAMIQUE, 2022, p.57).

Compreende-se que a administração da vida política na sociedade guineense atualmente, se desenrola a mando da “democracia representativa”, promove-se, abertura política e da formação partidária, com várias intenções e interesses por parte das elites, sobretudo, no momento da campanha eleitoral, deixando-se, oportunidades numa realidade política, em que certas camadas dos eleitorados (as), procuram colocar os seus votos, enquanto mecanismo de seleção dos dirigentes políticos num sobressalto de exigências.

Percebe-se, que vivenciamos momentos políticos muitos perturbados, e inconsistentes, afinal as classes políticas, não se discutem as questões estruturais da própria política, mas em todo caso, transforma-se, o campo político arena da obsessão do cotidiano, ou seja, das bajulações personalizadas, entre uns e outros. E estas bajulações empolgantes, acabam deixar cidadãos a não usufruir numa mente crítica numa análise aprofundada e imparcial sobre o desenvolvimento político guineense (LOPES, 2020).

Percebe-se, neste contexto, que sem a margem da capacidade crítica, a política se transforma num beco sem a saída, às vezes os que fazem essa análise crítica são postas de fora e mal vistos na senda do terror da “*política de contra golpe e demarcação polarizada*”, que de certo modo procura condicionar aos integrantes na regra do jogo democrático e as suas exigências, sobretudo, a quem está no controle do poder político (LOPES, 2020).

As representações das identidades na política contemporânea conheceram-se novas lacunas e demandas democráticas no campo da representação, entre governantes e governados. Este fenômeno, a cada dia que passa, torna-se, uma preocupação vigente dentro das sociedades políticas e culturais, formadas pelas perspectivas e interesses, ora conjugal com questão nacional, ora na sua singularidade (LOPES, 2020).

A partir dessa sistematização singular do sujeito no campo da atuação e da manipulação dos seus interesses, compreende-se, o processo da negociação entre

representantes e representados, enquanto forma fundamental da desmistificação dos partidos políticos na democracia deliberativa. Nas palavras de Garcia citado por Orides Mezzaroba a democracia representativa funciona como sendo:

[...] democracia de partidos (ou Estado de partidos) — neste modelo, além de mediar os interesses dos órgãos representativos e dos representados, os partidos também funcionam como fator decisivo na mediação entre os cidadãos e seus representantes, caso em que estes últimos ficam submetidos ao mandato partidário, ou seja, à vontade única e exclusiva do partido, pois considera-se que a vontade do indivíduo é inerente à vontade da organização partidária. Desta forma, o representante perde o seu caráter de exclusividade na atividade de representação “e, conseqüentemente, as eleições adquirem um caráter plebiscitário”, já que o eleitor passa a outorgar a sua confiança e a sua capacidade de decisão ao partido como organização, e não aos candidatos apresentados por ele (GARCIA, 1986, *apud*, MEZZAROBA, 2001, p.32).

Conforme realça Elis Rejane Heinemam Radmann, a questão dos votos e as suas canalizações, faz-se, sobretudo, nos princípios das subjetividades da formação política:

Parte-se da premissa de que a cultura política, que constitui-se no sistema de crenças do eleitor, com base no funcionamento do sistema político [...] influencia a direção do voto destes eleitores. Sob esta ótica, as camadas populares do eleitorado decidem como agir dentro das circunstâncias que as limitam, dentro de suas alternativas e com base nas informações e percepções da realidade política que as circunda. Os eleitores comportam-se harmoniosamente, de acordo com a cultura política do país. O resultado dessa influência incide diretamente em seu comportamento eleitoral (RADMANN, 2001, p.10).

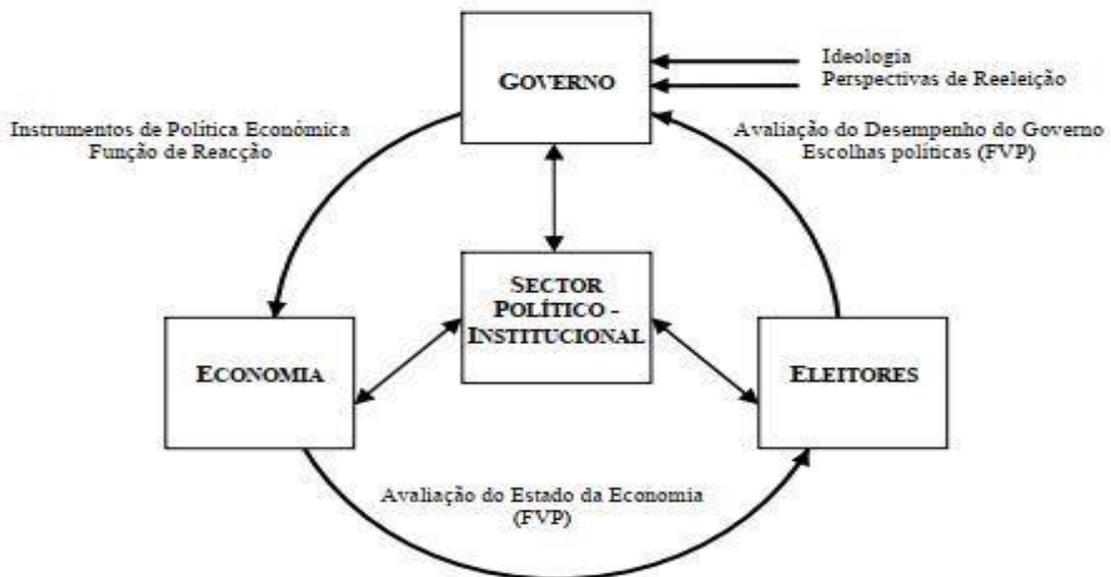
Costuma-se, elencar de forma empírica que o tempo da realização política, na qual os eleitorados (as) são convidados a se experimentar a verdadeira capacidade da cidadania por parte das elites resumisse, simplesmente no ir às urnas. Dessa forma, a sua participação política, através do voto e na escolha de um representante, transforma-se, também no momento oportuno, nas criações de laços de aproximação entre representantes políticos e eleitorados (as) no processo de mapeamento dos votos (RADMANN, 2001).

Argumenta-se, César Alberto Campos Coelho, na sua dissertação: “*Ciclos político econômicos e o poder local*” afirma-se que ao longo dos tempos, “a interação entre a economia e a política tem vindo progressivamente a tornar-se um dos principais objectos de estudo pelos investigadores de economia e de ciência política, facto confirmado pelo número

de publicações crescentes nesta área nos últimos anos” (COELHO, 2004, p.1). Para ele, estes ciclos debruçam-se, nas relações construídas entre sectores político e económico. Por meio dessa análise, argumenta-se, que a ideia fundamental dos agentes políticos são resultados influenciados diretamente pelo sector económicos e políticos e vice-versa. Ambos exercem impactos na evolução e resultados de uma sociedade (COELHO, 2004).

Opina-se, ainda que nesta relação faz sentido, destacar a responsabilidade da “*opinião pública*”, em avaliar os desempenhos dos ciclos políticos económicos, nesta via de ideia compreende Coelho (2004, p.5) que “a inter-relação entre o sistema político e o sistema económico é, assim, feita em dois sentidos. Por um lado, os resultados económicos vão influenciar os resultados políticos e estes, por outro, irão ser determinantes na evolução da economia”. Ademais, sob mesmo ponto de vista, ele aponta a sustentabilidade desse diagnóstico reflexivo entre sectores políticos e económicos nas decisões das escolhas do Governo pelos eleitorados, da seguinte maneira:

Figura-5: Esquema da inter-relação entre a economia e a política



Fonte: Coelho (2004).

A delineação colocada acima, nos demonstram a relevância e a conexão entre sectores, abrindo mecanismo da intervenção entre eles na definição da agenda política económica: o “*Governo, a Economia, os Eleitores e o sector político institucional*” (COELHO, 2004). Se pegarmos essa relação para o contexto da sociedade política guineense, concordamos que as

influências das instabilidades políticas institucionais continuam a ditar as regras, alastrando, sobretudo, nas direções dos eleitorados e nas escolhas dos votos.

Nesta medida, sustenta-se, autor que:

[...] o papel do sector político institucional aparece destacado, na medida em que afecta todos os agentes do sistema político económico. Podemos definir o sistema político institucional como o ambiente em que estes agentes interagem. É caracterizado por aspectos como o número de partidos existentes, o grau de coesão no poder, as regras institucionais (ou constitucionais) a seguir pelos agentes políticos e económicos, a forma de organização económica e política. Este ambiente político institucional varia de país para país, e afecta o sector político, o sector económico, e os eleitores. Por exemplo, diferentes regras eleitorais afectam o comportamento estratégico dos eleitores (COELHO, 2004, p.7).

Nas palavras de Georges Nzongola-Ntalaja, compreende-se que:

[...] as eleições podem ser manipuladas quer por meio de regras do jogo que reduzem a transparência, quer por meio de fraude eleitoral. A questão da democracia ultrapassa as eleições e a liberdade de expressão para atingir o exercício dos princípios universais do consenso popular e a participação popular, bem como a legitimidade, a responsabilidade e a receptividade dos governantes, por um lado, e até o aparecimento de um equilíbrio equitativo das forças sociais na comunidade política, por outro. E isso implica também benefícios concretos ou materiais. Assim, para os pobres e grupos vulneráveis a democracia não tem significado sem os direitos económicos e sociais. Isso não significa nada para as pessoas que não conseguem comer adequadamente, ter um teto sobre suas cabeças, encontrar um emprego, mandar filhos para a escola ou ter acesso a um mínimo de cuidados [...]. Esses são os benefícios sociais que muitos haviam ganhado no período pós-independência, mas que políticas impostas externamente, tais como o ajustamento estrutural, conseguiram destruir durante as décadas de 1980 a 1990 (NZONGOLA-NTALAJA, 2012, p.131).

Perante esta situação, a escolha de voto, se explica por muitas demandas interpretativas, e os pensamentos sobrecarregados por ele, desde questões, racionais, psicossociais, e sociológicas, sobre as atribuições dos votos num determinado partido, ou seja, o candidato (a) em plena corrida eleitoral numa situação às vezes confusa, que nos remetem às explicações. Ainda nesta senda política, constatamos que:

[...] na literatura sobre comportamento eleitoral a predominância de várias perspectivas que procuram interpretar os condicionantes de voto. [...] A perspectiva sociológica utiliza o princípio macro de análise e parte do contexto do grupo. Para a sociologia as decisões individuais são compreendidas dentro do contexto dos diversos grupos sociais. Enfatize a importância dos determinantes sócio-econômicos, culturais e da estrutura de

classe das clivagens sociais. Os grupos sociais se expressam através dos partidos políticos com os quais se identificam e a participação política se processa a partir das interações sociais dentro de um contexto. Para a psicologia, ao contrário da sociologia, o indivíduo e a sua motivação psicológica é que se constituem como a unidade de análise. O comportamento eleitoral baseia-se na estrutura de personalidade dos indivíduos e no seu sistema de crenças, independente do contexto social em que vivem. Segundo a abordagem psicológica, a identificação partidária e a participação política estão vinculados diretamente às percepções e motivações dos indivíduos em relação à política e os partidos. [...] A escolha racional utiliza como referência de análise do individualismo metodológico e parte do princípio de que indivíduos são racionais e objetivam sempre maximizar seus ganhos. Neste sentido, a participação política condiciona-se a partir de uma decisão racional do indivíduo. O condicionante do voto, na teoria racional, encontra-se na preferência partidária e o eleitor utiliza a ideologia do partido como instrumento de informação para minimizar os custos de sua decisão (RADMANN, 2001, p.14-15).

Segundo Niemi e Weisberg, o comportamento eleitoral, se explica por seis controvérsias essenciais, a saber:

A persistente diminuição das participações dos eleitores nas votações; influência das alterações na organização do sistema partidário; o papel desempenhado pela informação; os fatores determinantes da escolha eleitoral; a influência da divisão e do equilíbrio de poderes no comportamento eleitoral e do papel da identificação partidária (NIEMI & WEISBERG, 2001, *apud* ANTUNES, 2008, p. 43).

Pois em consequência disso, observa-se que todas essas fórmulas da representação política se traduzem em sistemas que eleições se transformam quase nas principais preocupações entre partidos políticos e seus candidatos, tal como os eleitorados, em função da escolha de quem os representam (ANTUNES, 2008). Estima-se que, para:

[...] vencer uma eleição sob condições multipartidárias significa ganhar de outros partidos: a não ser que a multiplicidade de partidos divida as lealdades dos eleitores a tal ponto que os resultados não sejam propícios – uma situação que, paradoxalmente, pode induzir a uma disposição limitada ao consenso – quando um partido vence e toma o poder, outros partidos perdem e saem do poder ou continuam fora dele. Mas pense no que significa estar fora do poder. A não ser no caso em que as ideias do partido derrotado são apenas trivialmente diferentes daquelas do partido vencedor, isto significa que, pela duração relevante, elas não serão consideradas na formação da política de governo. De fato, isso não seria um segredo para eles, uma vez que tudo isso está pré-ordenado na Constituição. Mas o leitor poderá querer lembrar as infelicidades psicológicas que esta situação traz para os derrotados e suas consequências (WIREDU, 2016, p.1832).

As realizações das eleições nos recomendam com antecedência as preparações cautelares das organizações políticas, em que os seus sujeitos políticos devem estar aptos em conviver e enfrentar as divergências (HUNTINGTON, 1995).

Torna-se oportuno mostrar que a execução política e democrática deve ser avaliada para além da sua “[...] forma de governo mas ao seu grau de governo. As diferenças entre democracia e ditadura são menores que as existentes entre os países cuja política compreende consenso, comunidade, legitimidade, organização, eficiência, estabilidade e os países cuja política é deficiente nessas qualidades” (HUNTINGTON, 1995, p.13).

A sustentabilidade democrática e combate à corrupção eleitoral na sociedade política guineense, tem sido e ainda está deixando marcas preocupantes sobre corrupção enquanto fenómeno de muitas interpretações, intercalando-se, aos desafios profundos perante controle do poder, numa situação de ilegalidades que assolam a própria democracia (LOPES, 2020).

O processo eleitoral na Guiné-Bissau, conheceu-se, “*ciclo vicioso*”, entre idas e vindas, numa instabilidade constante, fato este que se constituiu a partir de uma “marcha retrospectiva” no que concerne a vivência da própria democracia representativa onde o processo eleitoral se faz presente com todas as suas lacunas e reivindicações (LOPES, 2020).

Conforme descreve Oliveira (2018), essa realidade se transcende a corrupção e compra dos votos através dos eleitores e dos seus engajamentos no jogo político, centralizando-se, sobretudo, na arena da competição de cargos executivos, e as conexões destes, quanto mecanismo fundamental na vida política, como nas familiarizações das informações por parte dos candidatos e dos partidos políticos na mobilização dos bens públicos a seu favor na competição política partidária. Ainda opina Oliveira (2018, p.190) que:

As informações sobre os partidos são elementos fundamentais de representação política e também como formas de compreensão sobre a identidade que os partidos possam promover, em especial durante o jogo de competição eleitoral. Trata-se de momentos em que os mandatos anteriores passam pela avaliação do eleitor, notadamente, o desempenho dos atores políticos e de suas legendas partidárias torna-se o principal meio de tomada de decisão do eleitor. Por isso, os escândalos de corrupção e consequentemente, a percepção do eleitorado sobre ações corruptas atuam de forma decisiva para o direcionamento do voto nas eleições.

De ponto de vista estratégico, Viana (2003, p.60) aponta que “o sistema eleitoral condiciona também o discurso dos partidos políticos. O voto é um ato individual e as classes sociais, principalmente as exploradas, não produzem, por diversos motivos, uma unidade suficiente para apresentar nas eleições um “voto de classe”. Por este viés, continua-se,

mostrando que Viana (2003, p.58) “a razão de ser da disputa eleitoral pelos partidos se encontra na busca da vitória eleitoral e, por conseguinte, do poder”. No entanto, ao se analisar a partir desse contexto, observa-se que:

A instância política encontra-se no lugar em que os atores têm um “poder de fazer” – isto é, de decisão e de ação – e um “poder de fazer pensar” isto é, de manipulação. É o lugar da governança. Por conta disso, a instância que os reúne está em busca de legitimidade, para ascender a este lugar, de autoridade e de credibilidade, para poder geri-lo e nele se manter. No entanto, a instância política não pode afirmar de forma explícita que é movida pelo desejo de ocupar o lugar do poder e nele se manter; isso seria contraproducente. Não há outra justificativa para o poder senão a própria situação de poder (quer seja obtida pela força ou pelas urnas). Portanto, o discurso da instância política pode apenas se dedicar a *propor* programas políticos quando se trata de candidatar-se aos sufrágios eleitorais, a *justificar* decisões ou ações para defender sua legitimidade, a criticar as ideias dos partidos adversários para melhor reforçar sua posição e a *conclamar* o consenso social para obter o apoio dos cidadãos, tudo com ajuda de diversas estratégias de persuasão e sedução (CHARAUDEAU, 2011, p. 56).

Por outro lado, afirma Moisés (2005), que a corrida pela disputa do poder entre partidos e candidatos se dão nas eleições democráticas, neste sentido, verifica-se por esta demanda, complementa-se, que devem persistir as instituições democráticas que assegurem e controlam estas práticas, para que as pessoas possam usufruir as possíveis confianças.

Percebe-se, que “o compromisso dos cidadãos com os fundamentos que incluem direitos e deveres de cidadania, traduzido pela mediação de instituições desenhadas para regular a esfera pública, conformaria o que alguns autores chamaram de cultura a partir da qual se pode falar em confiança política” (MOISÉS, 2005, p.52).

Os controles das instituições transcendem nada menos que um campo da atuação das forças, em que os poderosos sobrecarregam junto estas instituições, ordens de controle e comando, traduzindo-lhes, “automaticamente” em poderosos (MOISÉS, 2005).

Neste sentido, “as instituições operam, portanto, como marcos de previsibilidade da ação de governos e de seus responsáveis a partir de regras que organizam o seu desempenho e permitem que sua ação seja controlada socialmente através de normas de imparcialidade e de correção de desvios” (MOISÉS, 2005, p.54). Para Teresa Maria Frota Haguette as políticas:

[...] representam uma rede que não funciona automaticamente por causa da certa dinâmica interna ou sistema de requerimentos; funciona porque as pessoas, em momentos diferentes, fazem alguma coisa, como um resultado da forma como definem a situação na qual são chamadas a agir (HAQUETTE, 2013, p.38-39).

Portanto, torna-se, muito importante para os eleitores (as), perceber a jogada política que está em disputa nacional, devem construir avaliações sérias que procuram desde os históricos dos candidatos, e os elementos fundamentais para futuros julgamentos na urna e na concessão dos votos (OLIVEIRA, 2018).

Por outro lado, observa-se, o escritor de nacionalidade ganesa, Assibi O. Abudu que:

[...] os eventos mais democráticos em tempos recentes – as eleições no país geralmente apresentaram: discursos e mensagens dos candidatos que estavam concorrendo focados em personalidades, fatores étnicos, fidelidades entre benfeitores e clientes e o uso de depoimentos de chefes para influenciar o comportamento do eleitor. O partido político no poder rapidamente organiza projetos de infraestrutura simbólicos na localidade para ganhar votos. É claro quem já está no cargo leva uma tremenda vantagem eleitoral neste sentido. Eleições se degeneram em leilões em que os candidatos vencedores tendem a ser aqueles que distribuem mais dinheiro e outros presentes a chefes locais, chefes de família e outros indivíduos. A política é um negócio no mundo todo. Os vencedores devem encontrar maneiras de pagar dívidas que financiaram os leilões por votos anteriores. Eles também devem se tornar ricos o suficiente para [...] inclusive disputar com sucesso eleições futuras (ABUDU, 2016, p.1815-1816).

Ora, segundo aponta Kofi Awoonor, (2016) que esta multiplicidade da corrupção eleitoral, não se minimiza apenas na classe política ou nos partidos que lhes representam. Deste modo, os hábitos da corrupção perseguem também as camadas eleitorais de baixo porte política, transformando esta prática num beco sem saída, onde “[...] os fins justificam os meios. Enquanto o objetivo for o poder, todas as restrições morais são removidas no caminho para obter poder” (AWOONOR, 2016, p. 1791-1792). Por esta razão, a compra dos votos na sociedade política guineense transborda-se, não só questões econômicas, como também se:

[...] baseia em negociações coletivas, em valores não materiais e em compromissos de longo prazo, esta relação de troca se descaracteriza. Surge uma outra relação mais complexa, que se aproxima do modelo representativo onde eleitores utilizam o voto para atribuir confiança ou retirar apoio ao representante político. Enquanto na eleição baseada na troca, o compromisso do candidato com o eleitor tende a limitar-se ao curto espaço de tempo da campanha eleitoral, na eleição que atribui ou retira crédito a um representante, a relação de confiança e crítica pelo eleitor refere-se a todo o período do mandato. O candidato que compra o voto se livra do compromisso posterior de prestar contas sobre a sua atuação política. Ao contrário, o voto de confiança do eleitor nega qualquer condicionamento específico, reservando-se o direito de acompanhar criticamente a atuação do representante, de forma integral e permanente (SPECK, 2003, p.156).

A intensidade que se vivencia a eleição e as suas campanhas na sociedade política, se transcende quase assunto do dia a dia, em toda a mídia, as comunidades locais, residências dos eleitores (as) e nos corredores das instituições públicas, numa situação, ora, furiosa.

Nas palavras de Radmann (2001, p.8) “[...] as ações e os discursos dos políticos são repetidos e, muitas vezes, cooptados pelos eleitorados. Dependendo da situação e do interesse, os discursos de um candidato são transformados, pelos eleitores, em argumentos contra ou a favor deste”. Como argumentado por M’bundé, o campo do jogo político na sociedade bissau-guineense tem experienciado nas suas variedades de conquista do poder uma determinada “cíclica interrupção da democracia em um país pode decorrer de uma multiplicidade de fatores causais, sendo que esses fatores podem ter a sua origem fora do sistema partidário, como também podem advir do próprio ambiente intra e interpartidário” (2017, p.43).

Porém esta situação proporciona às vezes debilidades que advém de certa forma no interior dos partidos políticos e de seus representantes no contexto da disputa eleitoral, deixando-se, caminhos para uma identificação e suposta manipulação democrática num contexto que lhe demarca como processo de consolidação e manipulação.

4 MANIPULAÇÃO DEMOCRÁTICA NO XADREZ POLÍTICO GUINEENSE: IDENTIDADE POLÍTICA E RELAÇÕES ÉTNICAS

Examinaremos nesta secção, algumas discussões já protagonizadas por autores à volta da democracia, e o processo da sua instrumentalização, principalmente nos países em constante transição política, tomando-se concepções vigentes que se cruzam sobre a disputa política e a sua transição na sociedade guineense. Para Frank Karsten (2000) a democracia na sua interpretação classifica, é definida de forma geral por “democracia”, enquanto demos significa (povo) e kratos de (governos ou poderes), esse fenómeno social era visto em disputa, tanto por parte de povo, como pelos monarcas, e aristocratas.

Segundo o pensamento marxista, a democracia deve-se à concepção majoritária, visto enquanto democracia formal, ou seja, da burguesia. Evidentemente, a democracia se deu no tempo e no espaço, e construiu-se, fundamentalmente a partir de uma lógica estatal, que priorizava principalmente as classes elitistas e economicamente estabelecidas. Perante esta premissa, observa-se que na contemporaneidade, a própria abordagem da democracia e sua administração assumem várias expectativas e dimensões. De fato, a democracia em si, não se limita unicamente no princípio formativo da vontade coletivo, tal como no exercício da

liberdade e igualdade, ou seja, dela cria-se, constantes lutas e conquistas políticas, em que o povo participa tanto no controle legislativo como na sua participação e fiscalização do poder executivo. Segundo aponta autor, que:

[...] a essência da democracia só pode ser compreendida tendo em mente a antítese ideológica e realidade, antítese que, no problema democrático desempenha um papel muito importante. A democracia, no plano da idéia, é uma forma de Estado e da sociedade em que a vontade geral, ou sem tantas metáforas, a ordem social, é realizada por quem está submetido a essa ordem, isto é, pelo povo. Democracia significa identidade entre governantes e governados, entre sujeito e objeto de poder, governo do povo pelo povo (KELSEN, 2000, p. 35).

Pois com o processo da globalização atual, constatamos que não se pode contextualizar a democracia a partir de muitas vertentes, fato este que se transforma no elemento da pluralização da própria democracia, desejado tanto por parte de governantes (elites do poder), tanto pelos governados numa situação do desejo prático da manipulação e a disputa do poder (KELSEN, 2000). Conforme coloca Detoubab Ndiaye “[...] o termo de democracia parecia se comprometido em mau uso, de que cada um havia o conteúdo de sua escolha, ao ponto que os regimes notoriamente ditatoriais jogavam sobre esta ambiguidade para fazer-se premunir do casaco “de democracia” (NDIAYE, 2014, p.18).

Portanto, observa-se, que o estudo da democracia não se concentra simplesmente na ciência política, como também não se resumem simplesmente, sobre os atores políticos, mas desfaz a sua centralidade para a democracia e os conceitos por ela, atribuída, e interpretada, seguem-se, modelos diferenciados na contemporaneidade, dando-lhe as possibilidades de muitas interpretações (NDIAYE, 2014). Segundo Dahl (2001, p. 25) a “democracia é uma denominação que os gregos encontraram para definir sua forma de cunho popular e outros nomes poderiam classificar outras formas de governo baseadas, de alguma maneira, no povo”.

Nas palavras de Gonçalves (2002, p.13) “as democracias modernas foram construídas através da conquista, por meio de um processo de guerras e reivindicações, pela autonomia do indivíduo em relação à lógica da estruturação racional da sociedade”. Processo esse que a Guiné-Bissau, não fique de fora. Conforme afirma, Leopoldo Amado que:

[...] assistiu na Guiné-Bissau, [...] uma prática política que, voluntariamente ou não, reforçou a tendência que já se gozava de definhamento do papel do Estado: incapacidade técnica e política dos titulares dos cargos públicos; a deliberada perversão das regras democráticas para fins políticos e eleitoralistas; acentuada erosão do espírito da observância estrita das normas

e das leis; excessiva personalização do poder; e, entre outros, um ambiente fortemente matizado por longas e duras lutas fratricidas pelo controle das estruturas do poder que afectaram claramente a necessária unidade nacional em volta dos aspectos cruciais do desenvolvimento e a democratização do país (AMADO, 2005, p.131-132).

Para Leonardo Barreto (2006, p.17) “a democracia fica restringida aos procedimentos que regulam a disputa entre grupos políticos pelo poder”. [...] “se a democracia está restrita às regras que regulam a disputa eleitoral entre grupos políticos, suas principais instituições só podem estar relacionadas aos mecanismos de funcionamento desse sistema”.

Persiste Fidel Tereciano, apontando que:

A realização das eleições em primeiro lugar significa que a comunidade política aceita as regras democráticas da escolha dos seus governantes por via de uma competição eleitoral. Ainda assim, existem sociedades e contextos em que, as eleições sempre são contestadas, resultante da fragilidade dos órgãos de gestão eleitoral (TERECIANO, 2020, p.22).

A instabilidade política e administrativa na Guiné-Bissau proliferou-se, aquilo que Moisés (2005) chama de “*desconfiança*” nas instituições públicas e este fato tem tornado a democracia ineficiente ao longo dos percursos que se instalou no país.

No entendimento de Pedro Henrique Alcantara a democracia deve transcender as lutas entre líderes no poder. Ou seja, essa dualidade “[...] da democracia [...] torna-se, para a própria concepção hegemônica, insuficiente por não compreender a multiplicidade de relações de poder existente na sociedade a partir da organização desses indivíduos em grupos de interesse” (ALCANTARA, 2017, p.19). Assim para Nzongola-Ntalaja:

A democratização é um processo contínuo de expansão do espaço político para aumentar a participação de todos, incluindo os grupos e os estratos da população excluídos até agora. Em períodos de transição do colonialismo para a independência ou do autoritarismo para a democracia multipartidária, é também uma luta contínua entre as forças da mudança e o *status quo*, não só internamente, mas também externamente. Como terreno primário dessa luta, o ambiente interno é absolutamente crucial quanto aos seus efeitos sobre a transição democrática e sobre o processo de formação de um Estado democrático. Uma das maiores fraquezas da transição é que há dentro do movimento democrático uma flagrante contradição entre as inspirações mais profundas das massas que constituem a sua base e os interesses egoístas de classe no que respeito à liderança. Essa classe é constituída na maior parte dos casos por desertores dos círculos dirigentes do *ancien régime*, que estão mais interessados em acertar as contas com o ex-chefe e o seu séquito do que em transformar o Estado radicalmente, democratizando-o e aumentando a sua capacidade para servir o povo (NZONGOLA-NTALAJA, 2012, p.125).

Ao analisarmos os jogos de interesses políticos, Tereciano (2020) viu-se, que:

Esta indispensabilidade não é surpreendente, considerando o papel desempenhado pelos partidos políticos. Como o elo forte da democracia, os partidos políticos são essenciais para articular diversos interesses da sociedade, ao formular soluções políticas para os desafios que surgem, eles (os partidos) não só respondem aos interesses sociais, mas também influenciam a estrutura política de cada nação moderna. Desta certa forma, os partidos são os principais atores da representação política e desempenham um papel crucial na arena eleitoral. E uma vez atingindo o governo, por via do executivo ou legislativo, os partidos são cruciais na definição de políticas dentro do quadro democrático (TERECIANO, 2020, p. 24).

Torna-se evidente, como aponta Furtado (1998), que a compreensão do processo da democratização nas sociedades africanas, de modo particular, guineense, envolve análise o conhecimento teórico da democracia emprestada do mundo colonial, afinal as sociedades africanas conheciam-se, esse processo, antes da invasão dos colonialistas, e das suas aplicações estratégias fase uma “democracia importada”.

Retomando Karsten a “[...] democracia é, por definição, uma ideia coletivista, ou seja, a ideia de que temos que decidir tudo juntos e todos devem então, cumprir essas decisões” (KARSTEN, 2013, p.32). Nesta situação, “os atores envolvidos legitimam o sistema democrático quando aceitam essa regra e percebem que os custos de uma ação extra-eleitoral para obtenção do poder são maiores do que sua manutenção dentro dos regimes institucionais normais” (BARRETO, 2006, p. 28).

Conforme Livonildo Francisco Mendes, “a Guiné-Bissau não possui um sistema de autarquias locais, o que demonstra a concentração do poder e a centralização dos serviços, que são aspectos graves para a democracia” (MENDES, 2010, p.76).

Segundo esta análise a construção da classe política na sociedade política bissau-guineense depois da luta de libertação nacional, não consegue lidar com as complexidades da democracia e as exigências impostas de organizações internacionais sobre a sua adesão a classe política na altura:

Os nacionalistas, constituídos por uma elite de formação ocidental, reclamaram a independência sem reclamar a democracia. Esta era encarada como uma sequela burguesa, passível de ser manipulada pelos sentimentos de pertença étnica, que seriam tanto perigosa quanto mais centralizada a definição de pertença. O mosaico sócio-antropológico foi visto como inimigo da consolidação nacional e a expressão democrática das vontades

individuais não teve lugar nos novos estados independentes, como no período colonial (NDIAYE, 2014, p.16).

Essa ruptura colonial, para Mendes (2010), também se transportava, junto ao debate que condicionam as oportunidades de formação de modelos estatais e os regimes que prosseguem a emancipação das elites políticos guineenses, sufocados de uma ditadura que não se enquadra a perspectiva do exercício dos poderes. Segundo contextualiza Marilena Chauí, “a democracia é, assim, reduzida a um regime político eficaz, baseado na ideia de cidadania organizada em partidos políticos, e se manifesta no processo eleitoral de escolha dos representantes, na rotatividade dos governantes” (CHAUI, 2008, p. 67).

Por assim dizer, a autora ainda realça de forma resumida os traços que se caracteriza a democracia para além de uma simples definição, mas sim de uma visão geral e complexa. Ainda afirma Chauí (2008, pp. 67-69) a democracia parte das seguintes reflexões:

— Forma sócio-política definida pelo princípio da isonomia (igualdade dos cidadãos perante a lei) e da isegoria (direito de todos para expor em público suas opiniões, vê-las discutidas, aceitas ou recusadas em público), tendo como base a afirmação de que todos são iguais porque livres, isto é, ninguém está sob o poder de um outro porque todos obedecem às mesmas leis das quais todos são autores (autores diretamente, numa democracia participativa; indiretamente, numa democracia representativa). Donde o maior problema da democracia numa sociedade de classes ser o da manutenção de seus princípios – igualdade e liberdade – sob os efeitos da desigualdade real.

—Forma política na qual, ao contrário de todas as outras, o conflito é considerado legítimo e necessário, buscando mediações institucionais para que possa exprimir-se. A democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho dos e sobre os conflitos. Donde uma outra dificuldade democrática nas sociedades de classes: como operar com os conflitos quando estes possuem a forma da contradição e não a da mera oposição?

—Forma sócio-política que busca enfrentar as dificuldades acima apontadas conciliando o princípio da igualdade e da liberdade e a existência real das desigualdades, bem como o princípio da legitimidade do conflito e a existência de contradições materiais introduzindo, para isso, a idéia dos direitos (econômicos, sociais, políticos e culturais). Graças aos direitos, os desiguais conquistam a igualdade, entrando no espaço político para reivindicar a participação nos direitos existentes e sobretudo para criar novos direitos. Estes são novos não simplesmente porque não existiam anteriormente, mas porque são diferentes daqueles que existem, uma vez que fazem surgir, como cidadãos, novos sujeitos políticos que os afirmaram e os fizeram ser reconhecidos por toda a sociedade.

—Pela criação dos direitos, a democracia surge como o único regime político realmente aberto às mudanças temporais, uma vez que faz surgir o novo como parte de sua existência e, conseqüentemente, a temporalidade como constitutiva de seu modo de ser.

—Forma política na qual a distinção entre o poder e o governante é garantida não só pela presença de leis e pela divisão de várias esferas de autoridade,

mas também pela existência das eleições, pois estas (contrariamente do que afirma a ciência política) não significam mera “alternância no poder”, mas assinalam que o poder está sempre vazio, que seu detentor é a sociedade e que o governante apenas o ocupa por haver recebido um mandato temporário para isto. Em outras palavras, os sujeitos políticos não são simples votantes, mas eleitores. Eleger significa não só exercer o poder, mas manifestar a origem do poder, repondo o princípio afirmado pelos romanos quando inventaram a política: eleger é “dar a alguém aquilo que se possui, porque ninguém pode dar o que não tem”, isto é, eleger é afirmar-se soberano para escolher ocupantes temporários do governo.

É preciso tornar-se claro, que este modelo governativo, se consolida ainda mais nos partidos de massas populares, em que se adota uma política competitiva pré-eleitoral e pós-eleitoral em busca de poder. Fundamentam Gunther & Diamond (2015, p.24) “[...] ganhar eleições como sua principal via de acesso à conquista de seus objetivos programáticos, e suas estratégias de mobilização de votos muito dependem do desenvolvimento e da ativação de uma base de filiação em massa”. Segundo Gunther & Diamond (2015) observa-se, que as estratégias partidárias, e “o recrutamento de membros é bastante aberto, e, quanto maior for a base do partido, tanto melhor, considerando sua principal preocupação, que é garantir a maioria dos votos, e sua tradicional dependência da capacidade de seus membros para mobilizar o eleitorado” (p.24). Essas atitudes acabam condicionando o grande ciclo do clientelismo político e a corrupção. Para Frade (2007, p.13-20):

[...] a corrupção não conhece fronteiras geográficas nem históricas. O fenômeno atinge todas as sociedades e poderá pôr em causa o próprio sistema democrático. O sufrágio, mesmo quando, efectivamente, é universal e directo, pode não ter em conta certas realidades ocultas que contribuem para adulterar a justiça dos seus resultados [...]. A corrupção é uma realidade transnacional que abrange todas as sociedades, sejam de norte ou sejam do sul. Nos países subdesenvolvidos, ao nível cultural e económico, esta atinge, contudo, proporções mais alarmantes gerando verdadeiras oligarquias, Estados dentro do Estado, originando para alguns (poucos) a acumulação de fortunas colossais e para outros (muitos) a mais ignóbil miséria.

Essa incapacidade de controle da administração política, e seus elementos, no cenário nacional, transborda-se, também a questão, identitária na política e na democracia guineense, deixando-se, subcarregamento, em nível da corrupção e etnicidade enquanto mecanismo prepotente no exercício do poder, fato esse que condiciona uma emergência no campo das mobilizações políticas às questões étnicas (FRADE, 2007). Neste contexto, a democracia:

[...] não se resume simplesmente na realização de eleições [...] o ato de votar deve significar a responsabilidade de saber selecionar o melhor governo entre os concorrentes (partidos ou candidatos) e não um simples ato de favorecer o candidato mediante princípios familiares, étnicos ou religiosos (SEMEDO, 2009, p.52).

Por assim dizer, os políticos procuram usufruir proveitos e privilégios da permanência no poder, às vezes mesmo mobilizando e manipulando essa realidade.

As lutas pela conquista da autonomia socioeconômica e política num contexto da democracia na Guiné-Bissau e sua consolidação torna-se, destinada, sobretudo, nas narrativas e disputas de vozes que outra ora, nos deixem a entender que uma democracia só é possível, a partir de momento, que são tomadas as variáveis teóricas e enquadrando-as, as realidades sociopolítico e cultural, inter cruzando-as para melhor desmistificar as fronteiras políticas junto às multiplicidades de grupos étnicos vigentes na sociedade bissau-guineense.

4.1 Impactos da etnicidade na sociedade política guineense

Por esta dinâmica decorre num espaço de tempo e circunstância que lhe enquadra afinal esta situação veio-se, tornar o sucesso político em causa.

Pois ao longo do projeto da formação política guineense, inter cruzam com as questões históricas, sobretudo, a retomada da questão da etnicidade na política. Nesta dinâmica explicativa e, “como categoria analítica, a etnicidade refere-se a um conjunto de traços políticos, econômicos, biológicos e culturais que determinam o sentido de pertença ou não a um determinado grupo identitário” (COAMIQUE, 2022, p.52).

A discussão sobre etnia, etnicidade e identidade étnica, torna-se, mais complexas e problemáticas, conforme Jean-Loup Amselle e Elikia M’bokolo, na sua obra denominada: “*No centro da etnia: etnia, tribalismo e Estado na África*”, que às interpretações e significados sobre questões étnicas e o discurso tribalista no centro da política africana ainda, sobrecarrega, as demarcações estratégicas enquanto base para conquista do poder.

Neste sentido, ambos acreditam que o tribalismo é uma categoria teórica criada pela antropologia colonial utilizada pelos colonizadores a fim de “dividir para conquistar” dimensões territoriais para a manutenção da sua violência (AMSELLE e M'BOKOLO, 2017).

Por outro lado, podemos perceber que estas estratégias serviam-se, desestabilização política contra os poderes locais ao “dividiram os pequenos espaços sociais e construíram-se em várias “raças”, “tribos” e “etnias”, acabando com as unidades sociais dos grupos e

desarticularam suas relações e colocaram isolados cada grupo social nos seus territórios específicos” (SILVA, 2022, p.29). No entanto, a busca da pluralidade dentro do processo equilibrado da identidade para a sintonização interna na qual os esforços são mobilizados conduz as pessoas a aderir uma dada socialização consigo e dos grupos da sua pertença (AUGEL, 2007). Por esta narrativa define a:

[...] etnicidade em uma lógica mais ou menos construtivista em que se reconhece o entendimento de que é uma construção social determinada por fatores [...] – quanto valorativos – cultura, honra, prestígio, reconhecimento etc. Não é algo dado e reproduzido da mesma forma a todo tempo, faz-se e refaz-se em cada contexto (COAMIQUE, 2022, p.18-19).

Portanto ele pode assumir muitas interpretações deixando-se, entender que de certo modo, parte de um “o processo de desconstrução [...] como objeto ideológico exige a detecção, no interior da realidade africana pré-colonial, de um certo número de “traços” que, na falta de melhor, podemos qualificar de “culturais” e cujos mapas é importante desenhar” (AMSELLE; M’BOKOLO, 2017, p.55).

Castelo Branco e Luís Bernardo Nunes Mexia, apontavam que:

Para além das suas configurações territoriais, os atuais estados africanos devem um número significativo das suas características à colonização. Na época da luta pela independência, é evidente que os diferentes grupos empenhados nos movimentos nacionalistas conceberam projetos quanto às formas de Estado e de governo. Parece que, para as elites africanas, o objectivo primordial, mais ou menos claramente formulado, era o de substituir o “Estado colonial” pelo “Estado nacional”. Nesse sentido, essas elites, muitas delas formadas nas antigas potências coloniais, queriam manter o essencial do estado colonial (BRANCO & MEXIA, 2013, p.72).

Esse modelo colonial, não conseguia e nem consegue com a sua manutenção por parte das elites revolucionárias controlarem a questão da etnicidade na política. Nas palavras de Philippe Poutignat, “estudar a etnicidade consiste, então, em inventariar o repertório das identidades disponíveis em uma situação pluriétnica dada e descrever o campo de saliência dessas identidades nas diversas situações de contato” (POUTIGNAT, 2011, p.117).

Antonieta Rosa Gomes nos lembra de que o problema da etnicidade envolve as complexidades interpretativas na sociedade política africana, exemplo, disso, ela entende que etnicidade “[...] muitas vezes é utilizada para explicar o conflito, como no caso típico do conflito étnico entre Hutus e Tutsis no Ruanda, em 1994; e se associam aos fatores religiosos

de divergência entre cristãos e muçulmanos como é o caso do conflito entre muçulmanos e cristãos no norte da Nigéria” (GOMES, 2014, p.91).

Pegando-se, nessa afirmação, nos cabe chamar atenção aqui, ao leitor (a) que no caso da sociedade política guineense, não chega ocorrer à semelhança do que se passava na Ruanda e Nigéria. Uma abordagem discursiva da questão identitária (étnico) e da etnicidade, induzida numa instabilidade sócio-histórica em constantes relações de conflitos na repartição de bens públicos numa natureza inter-relacional e familiar (GOMES, 2014).

Neste contexto, sociopolítico, a etnicidade toma a gama de uma construção social levando-se, em consideração o seu percurso histórico, na qual é utilizada, ora como a forma de autoafirmação na sociedade guineense, ou seja, a etnicidade em si, tem ressurgido com bastante frequência na política da manipulação (política, econômica, e sociocultural) deixando-se, a entender que a construção da identidade perpassa pelas relações dos poderes (GOMES, 2014). Segundo Werbner e Ranger, citado por Gomes (2014, p.97):

A etnicidade também pode surgir como resposta à dominação ou imposição de valores culturais estranhos a um determinado grupo étnico, como no passado por força da colonização; e ainda pode ser concebida como relações de poder, de interesses políticos.

Conforme aponta Kwasi Wiredu, que:

Uma das causas mais persistentes da instabilidade política [...] deriva do, certos grupos étnicos encontraram-se em minoria numérica e politicamente. Sob um sistema de democracia majoritária, isto significa que, mesmo com todas as garantias, eles estarão sempre fora dos corredores do poder (WIREDU, 2000, p.9).

Considerava-se, que [...] qualquer que seja o grupo étnico a que pertençam foi fácil levar as pessoas a considerar que somos um povo, uma nação “[...] o que entre nós subsistia de tribalismo foi destruído pela luta armada que conduzimos. [...] Só os oportunistas políticos são tribalistas” (CABRAL, 1969, *apud*, LOPES, 1974, pp. 70-71).

Este processo da mobilização política das comunidades étnicas envolve invariavelmente competição e conflito por poder político, “benefícios econômicos e estatuto social entre as elites competidoras, as classes e as lideranças de grupos, tanto no interior como entre grupos étnicos diferentes” (BRANCO, 2006, p. 135). Neste sentido “[...] os grupos

étnicos funcionam apenas como meras «máscaras» que são utilizadas para obscurecer a identidade de classe, na luta pelo poder político ou econômico” (BRANCO, 2006, p.36).

O que se sustenta na sociedade política na Guiné-Bissau depois da adesão do multipartidarismo, as lutas classes políticas, limitou-se, nos discursos sobre os quais os próprios partidos políticos caírem-se, fundamentalmente no exercício daquilo que “dificultou a regularidade e a operacionalidade de suas atividades, restando-lhes o período eleitoral como o momento privilegiado de suas ações” (BIJAGÓ, 2017, p.222). Segundo Alfa Oumar Diallo, que este fenômeno deve-se, sobretudo, a responsabilidade de toda a sociedade política:

No entanto, uma sociedade justa vai além do sistema legal. Para evitar os abusos do poder do Estado é necessário que haja uma verdadeira separação de poderes e um Estado de Direito. Tais medidas impedem que os funcionários do Estado utilizem o seu poder para beneficiar os grupos étnicos a que pertencem em detrimento de outros grupos. Em grande parte da África é o poder executivo, e não o poder legislativo, que estabelece a maior parte das políticas relativas à terra. Os sistemas eleitorais e as eleições constituem outra área de foco de tensões. As eleições em si mesmas não estabelecem necessariamente as bases de um sistema estável. Pelo contrário, podem até ser uma fonte de tensão e violência étnicas. A prática de eleger um vencedor absoluto num Estado multiétnico e subdesenvolvido no qual o governo controla a maior parte dos recursos transforma o resultado das eleições numa questão de vida e morte (DIALLO, 2015, p.128).

Conforme Diallo, (2015, p.125) “a etnicidade tornou-se uma questão crucial durante as recentes eleições [...] devido à luta política pelo poder que exacerbou os fortes sentimentos étnicos com o fim de mobilizar apoios”. Segundo ex-deputado do (PRS)¹² Paulo Bodjam afirma que “[...] pessoas não estão preparadas para a democracia. Todos os partidos têm a sua vocação tribal. E dentro de um partido, se disseres uma verdade, corres o risco de seres mal vistos se não pertenceres à etnia maioritária” (BODJAM, 2008, *apud* PAZ, 2010, p.99).

Nas palavras de Daniele Ellery Mourão (2006), no seu estudo sobre as identidades e nacionalidades em construção, deu-se a entender que “o assunto mais urgente na Guiné-Bissau é gestão dos conflitos [...] no interior da política guineense um processo denominado etnização da política” (MOURÃO, 2006, p.95). E para M'bunde:

[...] a criação de partidos decorre de uma busca por outras maneiras ou novas alternativas de representação política, a partir de um conjunto de interesses, visões, valores e vontades compartilhados por um determinado grupo de pessoas de uma sociedade política, visto que os interesses sociais não são singulares e unânimes (M'BUNDE, 2017, p.47).

¹² Partido na Guiné-Bissau.

Para Reynolds 1997 citado por Teixeira (2015, p.75), observa-se que:

Ampliação de eleições pluralistas [...] fomenta polarizações étnicas e regionais entre os grupos por causa do seu aspecto ‘soma zero’. Ou seja, dada a complexidade sociopolítica das organizações e demandas dos grupos étnicos, a participação política eleitoral na construção da democracia tende a refletir a diversidade étnica.

Como explica Lopes (2003, p.48) “Se é certo que a realidade étnica, mesmo tratando-se de uma falsa realidade é hoje uma evidência da política atual, numa análise mais cuidada veremos que, na maioria das situações, ela é manipulada por grupos em competição pelo poder no seio das elites dirigentes”. Nesta circunstância “[...] os presidentes tendem a ser pressionados pelas diferentes etnias e diversos interesses regionais e podem ter incentivos para oferecer privilégios aos seus grupos étnicos e regionais, como forma de chegar ao poder ou garantir a reeleição” (TEIXEIRA, 2015, p. 75).

Perante a situação, “foram vários golpes de Estado e tentativas de exclusão dos grupos étnicos minoritários, principalmente entre lideranças de partidos políticos concorrendo a cargos do Executivo, do Legislativo e do Presidente da República, apoiando-se abertamente nos discursos” (TEIXEIRA, 2010, p.25). Portanto o que se compreende como voto da pertença identitária se passe também pela questão da afinidade intergrupala, ou seja, “o voto étnico presente na democracia guineense tem a sua origem na postura dos partidos” (SEMEDO, 2009, p.165). Para Frank Karsten e Karel Beckman:

Os políticos são eleitos para manipular este sistema. Eles gerem os bens ‘públicos’. Eles não os possuem, por isso eles não têm de ser econômicos. Pelo contrário, eles têm o incentivo de gastar tanto quanto possível, para que eles possam receber os créditos e deixarem a conta aos seus sucessores (KARSTEN & BECKMAN, 2013, p.39).

Conforme Elikia M'bokolo, citado pelo Monteiro (2013, p.219) defendia que “os partidos únicos asseguraram o imperativo absoluto de criar a nação, e para conseguir, fundir as múltiplas componentes étnicas resultantes das fronteiras artificiais da colonização num só cadinho e sob autoridade de um único chefe”. Segundo Monteiro (2013, p.242) “[...] o advento de multipartidarismo ressuscitou as velhas manifestações de cunho tribais antes repreendidas por Cabral durante a luta de libertação; as distinções étnicas antes vistas como

riqueza cultural do país, hoje estão servindo de recurso de atração de votos para eleger um determinado candidato”. Consequentemente:

A etnicidade não é obrigatoriamente o fato gerador dos conflitos [...], mas sim um argumento utilizado pelos políticos para mobilizar os seus apoiadores em busca de poder, riqueza e recursos. Se, por um lado, o grupo étnico é a forma predominante de formação de identidade social na [...], a maior parte dos grupos étnicos coexiste pacificamente, verificando-se os altos níveis de mistura étnica através de casamentos interétnicos, parcerias econômicas e valores comuns. De fato, se assim não fosse, quase todas as aldeias e províncias africanas seriam um poço de conflitos. A noção de conflito étnico é uma noção cômoda, particularmente para aqueles, que no Ocidente, desempenham um papel que determina a paz nos lares africanos. Porque trata-se de uma noção que permite ocultar as responsabilidades de uns e outros no surgimento dos referidos conflitos (DIALLO, 2015, p.122).

Numa contextualização prática, ainda não se pode falar categórica do conflito étnico na sociedade política guineense, apesar de indícios da sua instrumentalização.

Pois nesse sentido, cabe assinalar que a relação entre poder político e democracia na Guiné-Bissau trouxe consigo uma série de desafios para o Estado-nação, “no tocante às formas de conciliar interesses coletivos (nação) e grupais (partidos políticos), [...] através da disputa pelo poder político” (MONTEIRO, 2013, p.37).

Nas palavras de “[...] Amílcar Cabral, “pai” da nacionalidade guineense, mostrava-se convencido de que a luta de libertação transformaria o povo e lhe daria uma outra identidade, mais ampla, a da ‘unidade nacional’, base para uma nação independente e desenvolvida” (AUGEL, 2010, p.24). Ao desenvolver o seu estudo sobre etnicidade, Wick (2012) demonstrava que para compreendermos esta realidade na Guiné-Bissau, portanto é necessário:

Uma análise lexicológica dos escritos de Cabral revela a caracterização negativa do “tribalismo”, e geralmente positiva da “eticidade” para Cabral é a articulação política de uma organização social “racialista”. Ela corresponde a uma instituição política, a um dado grupo social, definido por critérios identitários preestabelecidos e fixos. Ela reenvia à expressão política exclusivamente o sentimento identitário que representa a “eticidade”. O “tribalismo” é uma expressão política possível de etnicidade. Para Cabral, o valor positivo da etnicidade increve-se no quadro da sua importância na perseverança das populações a que respeita. Tendo em conta que ele concebe o imperialismo primeiramente como a negação da identidade autóctone, a luta de libertação é antes de tudo a afirmação do direito à singularidade local. A sua ligação com as manifestações identitárias locais (e, portanto, com a etnicidade) é ideologia, política e ética, mas- sobretudo- realista. Cabral situa no sentimento identitário o germen da resistência contra o colonialismo. A “eticidade” torna-se assim o *lucos primus* da articulação histórica (WICK, 2012, p.88).

Tony Tcheka, afirma-se, que “no período da formação nacional, eram a construção e a estabilização da nação guineense no seu conjunto, não sendo considerada como estorvo a diversidade entre as muitas etnias do país. Ninguém perguntou a ninguém/quem era/nem de onde vinha” (TCHEKA, 1996, *apud* AUGEL, 2010, p.25). Partindo-se desse princípio de que a formação social dos sujeitos políticos e culturais se construa em constantes paralelos e complexidades, fatores estes que nos impulsiona decodificar as suas influências discursivas no contexto político guineense.

4.2 Identidades e suas influências no discurso político guineense

Numa das reflexões retomando Ianes Augusto Cá (2020), podemos observar que as narrativas sobre a construção da nação bissau-guineense, perpassa pelas as literaturas, ora vistas pelos sujeitos envolvidos, enquanto dualidades interpretações das suas realidades, tudo isso, foi moldada as fronteiras impostas pelo sistema da literatura colonial ainda vigente.

O autor percebe que “a função política dessas literaturas foi e ampliada depois dos processos de independências, especificamente no que concerne à denúncia da violência interna, da miséria e do desrespeito aos direitos humanos” (CÁ, 2020, p.34).

Nas palavras de Stuart Hall (2006) percebe-se a identidade como instrumento de classificação social e de controle, atribuindo-lhe uma característica de marco pessoal e coletivo em que identificamos quem somos e como somos reconhecidos.

Neste contexto, “o conceito da identidade é múltiplo e aplicado em várias disciplinas científicas. Fase à heterogeneidade e transdisciplinaridade do conceito e à amplitude e diversidade da sua significação [...]. Essa ideia está contida em uma ampla gama de noções teóricas, como raça e etnia, povo, nação e Estado” (AUGEL, 2007, p.234).

Ecyla Saluy Moreira Borges, afirma que “a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato [...] a identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental [...] podemos dizer que a identidade é uma construção” (BORGES, 2009, p.15). Tomaz Tadeu da Silva aponta que:

[...] identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição - discursiva e linguística - está sujeita a vetores da força, a relação de poder. Elas não são simplesmente

definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias, elas são disputadas. [...] Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e matérias da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações do poder (SILVA, 2014, p.81).

Segundo Hobsbawm, et al, podemos refletir que:

[...] a identidade étnica é marcada pelo sentimento de pertença de um indivíduo a um determinado grupo diferente de outros grupos étnicos. A identidade social étnica não é senão “um sentimento de pertença a um grupo étnico, com uma componente emotiva e valorativa associada, e que apresenta um padrão de comportamento adequado (HOBSBAWM, *et al.*, 1983, *apud* GOMES, 2014, p. 96).

Para Hall (2006) ainda que a identidade possa ser compreendida em três dimensões, situando-as entre sujeito do iluminismo, sociológico e pós-moderno. Nesta circunstância, o que podemos observar que:

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo centrado e unificado dotado das capacidades de razão [...], e com ele se desenvolvia ainda que permanecia essencialmente o mesmo continua ou idêntico a ele ao longo da existência do indivíduo. Sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência [...], formado na relação com outras pessoas importantes para ele que mediavam para o sujeito os valores e os sentidos. O sujeito pós-moderno conceptualizado como não ter uma identidade fixa, essencial ou permanente (HALL, 2006, pp. 10-12).

Como definiu Clifford Geertz (2000), o pertencimento a uma nação refere-se ao sentimento de identidade e identificação com aqueles de quem se descende, com quem se parece no pensar, na aparência, na maneira de falar, de comer, de rezar, de gesticular e a quem se está empaticamente ligado, haja o que houver.

Mas, se por um lado, Geertz ressalta o caráter unificador dada pela pertença dos grupos identitários à uma nação multicultural, às vezes, transformam-se, sobretudo, nas tensões e choques no quesito as interpretações e aceitações culturais, ou seja, para ele “quanto mais as coisas se juntam, mais ficam separadas” (GEERTZ, 2000 *apud*, MOURÃO, 2006, p.88). Portanto, devemos observar que:

[...] a identidade é, dessa forma, a continuidade das características do indivíduo através do tempo, enraizadas na memória, no hábito e nas formas de tradições comunitárias. É algo que se modifica de maneira lenta e imperceptível, por sofrer pequenas mudanças e variações em relação à sociedade a qual faz parte (BORGES, 2009, p.16).

Sendo assim, percebe-se na Guiné-Bissau é que a participação no sistema político, “a partir da identificação da unidade étnica, não foi capaz de incluir todos os grupos de modo equilibrado, pois na prática a participação no governo e na representação parlamentar tem sido marcada pelo poder de mobilização e de ativismo” (MONTEIRO, 2013, p.243).

Ainda ela observa, que “[...] em uma profunda crise de autoridade ao transformarem-se numa arena de conflitos, de disputas políticas e de acesso pelo poder político entre diferentes partidos políticos, impelindo à reconfiguração do campo identitário de cunho étnico” (MONTEIRO, 2013, p.243). Enfatize, Nzongola-Ntalaja que:

[...] as identidades sociais não são fenômenos naturais. São historicamente constituídas e podem, por isso, mudar como resultado das transformações sociais e políticas. Por consequente, em si próprias as identidades não causam conflitos. Uma identidade de grupo ou individual não é uma questão de preocupação especial em situações de relativa calma e segurança. A solidariedade com a nossa identidade é mais eficazmente mobilizada quando o grupo enfrenta uma ameaça real ou imaginária em relação aos seus interesses ou à sua própria existência como grupo. Por essa razão, há um aumento de conflitos baseados na identidade durante os períodos de crises econômicas e políticas (NZONGOLA-NTALAJA, 2012, p.114-115).

Afirma Dias (2012, p.37) que “[...], as identidades étnicas não são estanques, pois são (re) construídas ao longo da História, mas também não são um mero instrumento para a conquista do poder, pois representam em si um valor”.

Justifica Sangreman e outros, (2006, p.11) que “os conflitos fazem parte integrante da história moderna da Guiné-Bissau, assumindo a forma, quer de resistência contra a sua potência colonizadora, Portugal quer de lutas e tensões de ordem interna, entre diversas tendências políticas, baseados na luta pelo poder”.

É possível notar, por outro lado, que mesmo com a democratização ainda persistem estas tendências, as regras processuais da democracia eleitoral foram rapidamente instituídas, mas, a incorporação delas por parte do Estado e da sociedade civil continua problemática e difícil, sobretudo, “no momento em que o país marcou suas primeiras eleições livres, a transição para a democracia estava fadada ao fracasso” (TEIXEIRA, 2008, p.16). Deste modo, “[...] a competição étnica surge pela incompatibilidade de coexistência de diferentes

identidades étnicas no interior do mesmo regime político e estrutura económica correspondente, e existe uma tentativa por parte de cada comunidade de tomar o monopólio do aparelho estatal” (DIAS, 2012, p.36). Constata-se, que este fenômeno teve os impactos:

[...] mas com os partidos políticos veio ainda outro problema. Qualquer partido que mereça seu nome tentará chegar ao poder para implementar seus programas. Com o objetivo de chegar ao poder ou retê-lo, partidos políticos tiveram que recorrer a estratégias maquiavélicas. Agindo de acordo com o notório princípio de que os fins justificam os meios, os partidos políticos do Estado moderno têm drenado da prática política todas as considerações éticas. Contudo, tais considerações tinham sido uma característica fundamental da prática política tradicional. Como os valores tradicionais que foram atirados ao mar eram o mecanismo que guiava a formação de consenso, o que nos resta são considerações materialistas que promovem o bem-estar não da sociedade em geral, mas de certos indivíduos e grupos convenientemente alinhados. Os partidos políticos entraram em cena com muitas promessas, mas ao mesmo tempo com muitos problemas inerentes. O sistema partidário destrói o consenso por tirar a ênfase do papel do indivíduo na ação política. Com a ascensão do sistema partidário, o partido substitui o “povo”. Deste modo os candidatos propostos por um partido não mais aparecem como homens e mulheres individuais de carne e osso. O que você tem são membros resplandecentes de partidos com propostas partidárias (WAMALA, 2004, p.8).

Segundo Teixeira (2008, p.76) “[...] havia, no seio da sociedade civil e da sociedade política um certo receio das implicações que as articulações culturais e identitárias pudessem trazer com a negação da ‘unidade nacional’” e o aprofundamento das diferenciações e lutas políticas entre sujeitos étnicos e políticos guineense. Nesta perspectiva, as propostas (étnicas) dos candidatos políticos às vezes, mobilizam as instabilidades (políticas, econômicas e sociais), fato este que numa sociedade pluriétnica e multicultural como da Guiné-Bissau, ainda se faz necessário combater. Por esta razão, opina-se, Silva (2014) que:

Afirmção da identidade e a marcação de diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de exclusão. Como vimos, dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos”. A identidade e diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar identidade significa demarcar as fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. “Nós” e “eles” não são, neste caso, simples distinção gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de sujeitos fortemente marcadas por relações de poder (SILVA, 2014, p.82).

Entende-se, Michael Pollak, que, “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros” (POLLAK, 1992, p.5). Por via dessa reflexão, compreendemos que a identidade pode ser vista por outro lado, enquanto contrato social negociado entre diferentes sujeitos em ações.

Porém vale lembrar que essas negociações envolvem outras vezes conflitos e interesses como a sociedade bissau-guineense tem estado a se deparar e essas realidades se faz presente tanto no discurso quanto na vida política (AUGEL, 2007; KOUDAWO, 2001).

Nas palavras de Ianes Augusto Cá, podemos observar que, “[...] depois das independências pode-se assistir à distopia e desilusão caracterizada pela desigualdade social e de oportunidade, enquanto a pequena burguesia e a classe política dirigente do país viviam de forma ostensiva, a maioria da população estava nas mazelas” (CÁ, 2020, p.76).

A partir dessa reflexão entendemos que na Guiné-Bissau “[...] a independência do país é emblemática, uma vez que se situa diante do abismo e da tragédia de golpes militares, guerra civil e sucessivos atropelamento da ordem democrática do país” (CÁ, 2022, p.94).

Cabe ressaltar que a dimensão da política enquanto palco das tensões na Guiné-Bissau, ainda sobrecarrega as perturbações das mazelas do colonialismo e do neocolonialismo em curso, deixando-se, as armadilhas ao país, numa farsa adesão do processo democrático, e não pensar, sobretudo, as sensibilidades identitárias e das crises que delas se colocam.

Neste sentido, quando entram em contatos diferentes identidades e sujeitos e submetidos, aos outros, torna-se evidente o processo da transformação e reconhecimento que pode ser aceito, ou recusado. Por via dessa justificativa, pode-se sustentar que numa sociedade multicultural, as definições das identidades passam a tomar e reconhecer espaços centralizados na política em que supostamente as relações se disseminam em disputas.

5 Considerações Finais

O intuito desta investigação e análise desenrolou-se, sobre a volta de Xadrez da disputa democrática na sociedade guineense: identidade política e relações étnicas na Guiné-Bissau. De essa forma aproveitarmos de maneira crítica analisar um viés interdisciplinar como a identidade étnica foi guiada em diferentes estágios político e disputas pelos poderes na senda do modelo da democratização que se instalou na Guiné-Bissau, tomando em conta as relações étnicas no xadrez político que o país experimentou no advento do multipartidarismo.

Embora a democracia e os elementos da sua implantação na sociedade política guineense ainda se encontram em trânsito, apesar de ser mobilizada pela cronologia dos diferentes correntes teóricos de modo específica no campo da ciência política podemos constatar que ainda não se envolve o espírito verdadeiro do desenvolvimento do tempo democrático e sua institucionalização, sobretudo, naquilo que possam ser tomadas enquanto pensamentos de uma cultura cívica e democrática que o país carece.

Diante disso, podemos entender que no decorrer do cenário político nacional essas relações tomam significados particulares, o que têm apontados barreiras no sistema democrático guineense, interrupções esses que impossibilita a consolidação dos interesses nacionais em detrimento da subjetividade, pelo qual persiste a grande profundidade das claras intenções na agenda política, e de quem a todo custo procura transformar o povo em xadrez dos seus interesses.

Durante o trabalho compreendemos que a fragilidade das leituras sociopolíticas sobre os jogos identitários e disputa democrática na sociedade política bissau-guineense, e a sua má interpretação, tem promovido as instabilidades governativas ao longo dos tempos. Ao de entrar nesta situação, constatamos que o modelo da transição política assumida na Guiné-Bissau, com o liberalismo político, orientou-se o país ao novo ciclo embrionário das contradições partidárias, e as disputas eleitorais passam acentuar-se nos discursos identitários étnicos, munidas enquanto suportes da manipulação e implicações de tirar proveitos pessoas e institucionais nos diferentes cenários.

Como foi colocada anteriormente, a burocratização do Estado na Guiné-Bissau pode ser vista como uma apropriação do sistema eurocêntrico, o que colocou em xeque a centralização do poder e supostamente a opressão do local do poder endógeno e a sua formação castrense, essa luta simbólica entre estes poderes, e as representações que cada um desempenha, tem significado muitas interpretações e manipulações. Percebemos que antes da

formação da sociedade política estatal burocrática que atualmente temos, os poderes eram intercruzados entre gerações, com fins culturais similares, tomadas como elementos da afirmação identitária e da manifestação do poder tanto interno como externo. O choque entre estes poderes e a sua condução, tanto pela elite burocrática como pelo poder local que se apropriam dos privilégios simbólicos para a manutenção dos *status quo* entre ambas as partes.

Em consonância desta situação, destacamos que a etnicidade em si, na sociedade guineense não se coaduna como ponto dos conflitos entre grupos socioculturais do país em seu exercício consciente, mas em contraponto, das instabilidades que se vive, a etnicidade passa a tomar outras visões, isto é a política na qual as elites políticas passam a aproveitá-las, para a manipulação dos eleitores em trocas de favores em situações de campanhas eleitorais.

No desenrolar desta investigação, observamos que o sentimento e pertencas das redes das relações familiares; parentesco; e amiguismo na política no contexto da Guiné-Bissau oportunizada entre outros fatores da acessibilidade e manutenção do poder na jornada política conjugada entre as armadilhas e jogos outro ora antidemocrático deixando-se, elementos evidentes sobre quais, cairmos sempre nos duros golpes do que foi planejado enquanto Estado nação perplexa de diversidades. Com base dessa dissolução política, as combinações integrais e culturais da unidade nacional que foram mobilizadas durante a luta de libertação, não se vincularam num período pós-independência aos cotidianos guineense, mas sim foram subjugadas as práticas estrategistas das instituições partidárias como quesitos da manutenção dos *status quos* perante as flexibilidades impostas pelo xadrez político.

Consta-se, que a identidade bissau-guineense e cabo-verdiana emprestado das experiências colônias tem privilegiado esta última, tem assumido as altas funções de controle administrativo, e num período da luta de libertação e depois dela, causaram as contradições entre estas dualidade de grupos identitários que se uniram antes, mas caírem-se, no conflito interno pela disputa do poder, deixando-se, abertura das crises pelos os quais deu-se, no movimento reajustador que separou a unidade entre estes povos como projetava Amílcar Cabral.

Como havíamos afirmado que a identidade na Guiné-Bissau está em crise, esta realidade foi transportado, sobretudo, no exemplo do conflito político de 7 de junho 1998 á 1999, na qual mais uma vez, os sentimentos da identidade foram tomadas, tanto para afirmações de apoios militares, como pela boa parte de sociedade civil que se apoiava nos discursos da libertação da pátria juntos aos estrangeiros. Além disso, entendemos que este conflito político militar acima citado, tem promovido a nível nacional uma participação ativa

dos militares na vida política, deixando-se, resquícios de um ciclo vicioso no exercício da cultura democrático enquanto regra do jogo.

Evidenciamos que os diálogos democráticos e formação partidária na sociedade política guineense encontram-se, em choques, impulsionando a conhecida cultura de *matchundadi* e da violência e perseguição política, contrapondo a visão da estabilidade governativa e respeito pela liberdade, igualdade entre diferentes pilares que constitui uma boa cidadania, enquanto condição fundamental para a emancipação democrática na Guiné-Bissau.

Verificamos que com adesão do multipartidarismo no território bissau-guineense surgiu logo de cara as fragmentações das camadas e mentes entre identidades políticas concorrentes às eleições de 1994, sob alternância do poder, a todo custo transferiram os seus capitais culturais dentro de discurso “nós” e “eles” rejuvenescendo o que era colocado pelo sistema colonial, dividir-se, para tirar proveitos. No decorrer dessa reflexão, tomamos aqui o Xadrez político, enquanto mecanismo estratégico que são aprimorados pelos diferentes entes em disputas. Por este arranjo, propõe-se, que à base política guineense e sua cultura persistem-se na insegurança democrática e institucional na qual o país viu-se moldado.

Neste caso, vimos que a exploração da política torna-se Xadrez da manipulação e ressignificado das táticas de conquistas de barganhas no novo cenário político. Em virtude dos aspectos elencados, observamos que a instrumentalização das identidades e questões étnicas na vida política além de um xadrez passa a assumir novos polos discursivos na mobilização do poder e as imposições que dele advertem. Tendo em vista do que foi mencionado acima, o xadrez político aqui chegamos, aponta que na Guiné-Bissau, repõe-se, as “lutas de classe política” “violência simbólica em compilação de regras pré-definidas da democracia” “estratégias antidemocrática”, manifestadas na arena política bissau-guineense.

Por assim, sinalizamos que transparece de forma clara, que a democratização política na Guiné-Bissau ao possibilitar o desenvolvimento dos regimes políticos, congela ainda mais a democracia, afinal na sua articulação com as instituições sociais e humanas, entra no centro de conflitos, sobretudo nas distribuições de cargos públicos em função do amiguismo seja lá qual for étnico-político, econômico, cultural. Em síntese vimos que as narrativas políticas no processo da luta de libertação para a independência construídas sob unidade nacional entre grupos étnicos sobre emancipação e libertação sob jugo colonial hoje na conjuntura política bissau-guineense segue pelos espaços cobertos de tensões e disputas políticas partidárias, deixando-se, cair por terra as mais altas reflexões sobre criação dos sentimentos nacionalista enquanto macropolítica face o uso das pertenças étnicas micropolítica para o ciclo político. Diante do que foi exibido, torna-se necessário a reformulação da democracia

importada na Guiné-Bissau, e posteriormente conectá-lá, às realidades e vivências políticas da própria palavra “democracia” sem quaisquer tendências da divisão do povo enquanto o seu pilar. Ademais, entendermos que a manipulação dos jogos identitários na cultura política bissau-guineense demonstrou claramente a fragilidade da cultura democrática nas instituições partidárias e seus elencos centrais, por essas inclinações vimos que mesmo com chamadas de atenções entre vozes dos que observam estes fatores ainda permanecem em parte na Guiné-Bissau e se afunda simbolicamente no discurso estratégico para a definição da geografia dos votos, como também a politização das eleições em modelo étnico identitário enquanto Xadrez político.

Referências Bibliográficas

- ABUDU, Assibi O. SALVANDO O SURREAL PROCESSO DEMOCRÁTICO DE GANA. In: LAUER, Helen; ANYDOHO, Kofi (Org.). **O resgate das Ciências Humanas e das Humanidades através das perspectivas africanas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016. p. 1799- 1820.
- ALCANTARA, Pedro Henrique. As elites contra a democracia: a concepção minimalista no campo hegemônico da teoria democrática. **Revista crítica e sociedade**, v. 7, n. 2, p. 5-29, 2017.
- AMADO, Leopoldo. Guiné Bissau, 30 anos de independência. **AFRICANA STUDIA**, Nº 8, 2005, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- AMONA, Dingana Paulo Faia. **Narrativas Sobre a Guineidade/i: identidade nacional e diversidade étnica na Guiné-Bissau** /Dingana Paulo Faia Amona.–2020. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Fortaleza, 2019.
- ANTUNES, Rui Jorge da Silva. **Identificação partidária e comportamento eleitoral: factores estruturais, atitudes e mudanças no sentido de voto**. 2008. Tese de Doutorado.
- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- _____. Os segredos da “barraca”. A representação da nação na literatura de guerra da Guiné-Bissau. **Revista Crioula**, n. 4, 2008.
- _____. Vozes que não se calam. Heroização, ufanismo e guineidade. **Scripta**, v. 14, n. 27, p. 13-27, 2010.
- AWEDOBA, Albert K. A CORRUPÇÃO E A NECESSIDADE DA CLAREZA CONCEITUAL. In: LAUER, Helen; ANYDOHO, Kofi (Org.). **O resgate das Ciências Humanas e das Humanidades através das perspectivas africanas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016. p. 505-534.
- AWOONOR, Kofi. DEMOCRACIA E A DEMOCRACIA DELES: NOSSA PARTE DO DISCURSO. In: LAUER, Helen; ANYDOHO, Kofi (Org.). **O resgate das Ciências Humanas e das Humanidades através das perspectivas africanas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016. p. 1783-1798.
- BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, v. 3, n. 3, p. 107-131, 1993.
- BARACHO, Jose Alfredo de Oliveira. Teoria geral dos partidos políticos. **Revista Brasileira Estudos Políticos**, v. 50, p. 19, 1980.
- BRANCO, Castelo; MEXIA, Luís Bernardo Nunes. O mito das fronteiras em África. 2013. Disponível em:<http://dspace.lis.ulusiada.pt/bitstream/11067/1023/1/LPIS_n8_4.pdf>. Acesso em: 14 de Abr.2022.

BARRETO, Leonardo. **Quanto de que? Debate teórico e os estudos de democratização**. 2006. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade Estadual de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6607/1/DISSERT_Leonardo%20Barreto.pdf>. Acesso em: 01 de mar. 2022.

BARTH, Fredrik. **Los Grupos Etnicos y sus Fronteras**. México. Fondo de Cultura y Economía, 1969.

BIJAGÓ, Vagner Gomes. **O processo de democratização na África: a difícil transição na Guiné-Bissau**. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, n. 23, p. 217-244, 2017.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**/ Norberto Bobbio; tradução de Marco Aurélio Nogueira. - 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

BORGES, Ecylla Saluy Moreira. Estudo de caso em Gabú: Será que o casamento explica a gravidez precoce das jovens islâmicas (fulas e mandingas)? 2009.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, nº 5, pp. 193-216, jan/jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010333522011000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 de maio. 2022.

BRANCO, Carlos. **Etnicidade e violência étnica: as diferentes abordagens teóricas e a sua utilidade na gestão de conflitos**. Relações Internacionais, v. 11, p. 129-150, 2006.

BRANCO, Castelo; MEXIA, Luís Bernardo Nunes. O mito das fronteiras em África. 2013.

CABAÇO, Jose Luis de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CAMPOS, Américo. **História da Guiné-Bissau em datas**. *Guiné-Bissau. Docs*, 2012. Disponível em: <<https://guinebissaudocs.files.wordpress.com/2012/04/histc3b3ria-da-guinc3a9-bissau-em-datas.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2022.

CÁ, Ianes Augusto. **Identidade e a violência na construção da nação guineense: uma leitura das narrativas de Abdulai Sila**/, Ianes Augusto Cá. – Redenção, 2020.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional**: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994) / Artemisa Odila Candé Monteiro. – Salvador, 2013.

CAOMIQUE, Policarpo Gomes. Estado e poder tradicional na Guiné-Bissau: uma análise da (re) inserção dos líderes tradicionais de Caió no cenário político e administrativo (1991-2020) / Policarpo Gomes Caomique. - 2022.

CARDOSO, Carlos. Formação e recomposição da elite política moderna na Guiné-Bissau: Continuidades e rupturas (1910-1999). In: **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. 2004.

_____. **A formação da elite política na Guiné-Bissau.** Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2002.

CARVALHO, Clara. Uma antropologia da imagem colonial: poder e figuração entre os manjaco da Guiné-Bissau. **Anuário Antropológico**, p.225-250, 2004.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. Política externa e Estado frágil na Guiné-Bissau: crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais" CPLP & CEDEAO" (1973-2014) / Ricardo Ossagô de Carvallho. -- 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS).

_____. Que democracia? O processo de transição política guineense e a atuação das forças armadas na condução da política nacional (1994-2009). 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso político / Patrick Charaudeau; tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. – 2.ed. – São Paulo: Contexto, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia.** Crítica y Emancipación, (1): 53-76, junio 2008.

CÓ, João Ribeiro Butiam (2010). **Representação e confinamento de estruturas sociais na Guiné-Bissau: uma abordagem sobre conflitos e consensos.** Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/4223/1/WP_11_2010%20Socius.pdf>. Acessado em: 18 de maio. 2022.

COOPER, Frederick. Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África. **Anos**, v. 90, p. 21-73, 2008.

COELHO, César Alberto Campos. Ciclos político económicos e o poder local. Dissertação apresentada no programa de pós-graduação na Escola de Economia e Gestão junto a Universidade do Minho (Braga), 2004.

CRESWELL, Jonh W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto / Jonh W. Creswell; tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. -3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAHL, Robert. A. Sobre a democracia. Brasília: UnB, 2001.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo/ Pedro Demo. — 14. ed. — São Paulo: Cortez, 2011.

DESLANDES, Suely Ferreira (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

DIALLO, Alfa Oumar. [Retratado] Os conflitos “étnicos” na África. **Fronteiras**, c. 17, não. 29 pág. 120-139, 2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/usuario/Downloads/eduufgd,+Artigo+Alfa+com+marca+d'%C3%A1gua+\(1\)%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/eduufgd,+Artigo+Alfa+com+marca+d'%C3%A1gua+(1)%20(1).pdf)>. Acessado em: 12 de Abr. 2022.

DIAS, António Luís Loureiro de Vasconcelos. **A competição eleitoral nas democracias emergentes da África Subsariana.** Diss. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012.

DIAS, Antônio Luís; LÚCIO, José Manuel Rodrigues; COELHO, Thierry Dias. Corrupção e pobreza em África: os legados coloniais em perspectiva comparada. **Revista do Serviço Público**, v. 66, n. 3, p. 395-424, 2015.

DJALÓ, Tchernó. O mestiço e o poder: identidades, dominações e resistências na Guiné. Nova Veja, 2^a. Edição, (2013).

DJÚ, Eusébio. Uma terra de reminiscências horripilantes: uma análise da memória coletiva na poética de Odete Semedo. 2021.

ENDERS, Armelle. História da África Lusófona. trad. **Mário Matos e Lemos. Mem Martins: Editorial Inquérito**, 1994.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; VARELLA, Ana Maria Ramos Sanchez; DE OLIVEIRA ALMEIDA, Telma Teixeira. Interdisciplinaridade: tempos, espaços, proposições. **Revista e-curriculum**, v. 11, n. 3, p. 847-862, 2013.

FERNANDES, António Teixeira. Poder local e democracia. Revista da Faculdade de Letras: Sociologia, série I, vol. 2 (1992), p. 29-59, 2012. Acesso em: 10 de jun de 2022. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9190/2/artigo6651.pdf>>.

FIANI, Ronaldo. Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico/ Ronaldo Fiani. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FRADE, Ana Maria Duarte. A Corrupção no Estado Pós-Colonial em África: duas visões literárias. **Porto: Edições Eletrónicas CEAUP-Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto**, 2007.

FURTADO, Claudio. Democracia em África: possibilidades e limites. **África**, n. 20-21, p. 199-217, 1998.

GOMES, Antonieta Rosa. **A Guiné-Bissau no processo de resolução do conflito de Casamansa**. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, 2014.

GONÇALVES (Org.), António Custódio. 2001. **Multiculturalismo, Poderes e Etnicidades na África Subsariana**. Papers at IV Colóquio Internacional "Multiculturalismo, Poderes e Etnicidades na África Subsariana", 2002, at FLUP- Porto.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa. 8^o. Ed. Rio de Janeiro: Record**, 2004.

GUNTHER, Richard; DIAMOND, Larry. Espécies de partidos políticos: uma nova tipologia. **Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política**, v. 4, n. 1, 2015.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia / Teresa Maria Frota Haguette. –14. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** / Stuart Hall; tradução Tadeu Tomaz da Silva, Guaracira Lopes Louro- 11.ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na sala de aula: visita a história contemporânea* / Leila Leite Hernandez. — 4. ed. — São Paulo : Selo Negro, 2008.

HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política em sociedades em mudanças*; tradução de Pinheiro de Lemos, revisão técnica [de] Renato Raul Boschi. Rio de Janeiro, Forense-Universitária; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Imago editora, 1976.

JAUARÁ, Manuel. Os lusoafrianos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau. In: **CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO, 9., 2006, Luanda. Anais... Luanda, 2006**. Disponível em: <[file:///C:/Users/usuario/Downloads/73949-Texto%20do%20artigo-99463-1-10-20140207%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/73949-Texto%20do%20artigo-99463-1-10-20140207%20(2).pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2022.

KARSTEN, Frank; BECKMAN, Karel. *Além da democracia*/Frank Karsten; Karel Beckman; Tradução de Fernando Manaças Ferreira – São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013. 102p.

KI-ZERBO, Joseph. Os métodos interdisciplinares utilizados nesta obra. In: **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2. ed. rev. – Brasília : UNESCO, p. 387-399 , 2010.**

KOHL, Christoph. Construindo a nação na África pós-colonial: o exemplo de Guiné-Bissau. **Tensões Mundiais**, v. 7, n. 13, p. 39-71, 2011.

KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: Da democracia revolucionária à democracia liberal**. (Vol.14). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 2001.

KOUVOUAMA, Abel. Pensar a política na África. Tradução para uso didático de KOUVOUAMA, Abel. *Penser la politique en Afrique. Politique africaine*, n° 77, mars-2000, p. 5-15, por Thiago Ferrare Pinto.

LABURTHE-TOLRA, Philippe. *Etnologia-Antropologia* /Philippe Laburthe-Tolra, Jean-Pierre Warnier; tradução de Anna Hartmann Cavalcanti; revisão da tradução Jaime A. Clasen, revisão técnica Antônio Carlos de Souza Lima. 5. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LOPES, Carlos. África e os desafios da cidadania e inclusão: o legado de Mário de Andrade. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, v. 26, n. 1, 2008.

_____. Amílcar Cabral: *uma inspiração para os dias de Hoje*. In: Carlos Lopes (Org.) *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*. São Paulo, Unesp, 2012. Cap.1. p.7-13.

_____. **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral** (org.); [tradução Roberto Leal/Fundação Amílcar Cabral]. – São Paulo: Ed.Unesp, 2012.

_____. **Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Edições 70, 1982.

_____. **Construção de identidades no rios de Guiné do Cabo Verde**. AFRICANA STUDIA, N°. 6, 2003. Edição da Faculdade de Letras da Universidade de Porto.

_____. **Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau**. Lisboa: Edições ES, n° 2, 1988.

LOPES, Carlos; CARDOSO, Carlos; MENDY, Peter Michael Karibe. Destruição da memória colectiva de um povo A tragédia do Inep da Guiné-Bissau. **Lusotopie**, v. 6, n. 1, p. 473-476, 1999.

LOURENÇO, Vitor Alexandre. Do Conceito de Campo Político em África: contornos teóricos e exercícios empíricos. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 13/14, p. 51-80, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação / Cipriano Carlos Luckesi*. – São Paulo: Cortez, 1994.

M'BUNDE, Timóteo Saba. *Efeitos políticos e institucionais da cooperação de Brasil, China e Portugal em Cabo-Verde e Guiné-Bissau*. 2020. 349f. Tese (Doutorado em Ciência Política)- Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade de Estado de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

_____. **Comportamento partidário e cíclica interrupção da democracia na Guiné-Bissau**, 2017.

MANÉ, Fodé Abulai. **A mediação na resolução de conflitos: o caso de Bambadinca**. Universidade de Coimbra (Portugal), 2014.

MENDES, Paulina. **Entre os "Saberes Locais" e o "Saber Universal": a modernização das comunidades Manjaco e Mandjização do Estado da Guiné-Bissau**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra (Portugal).

MENDY, Peter Karibe. Amílcar Cabral e a Libertação da Guiné-Bissau: contexto, desafios e lições para uma liderança africana efetiva. In: **Carlos Lopes (Org.). Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo, Unesp, 2012. Cap.2. p.15-33.

MENDES, Livonildo Francisco. **Democracia na Guiné-Bissau: por uma mudança de mentalidades**. Diss. FEUC, 2010.

MEZZARROBA, Orides. A democracia, os partidos políticos e o Estado. **Sequência Estudos Jurídicos e Políticos**, p. 29-44, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia?. **Saúde e sociedade**, v. 3, p. 42-63, 1994. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sausoc/1994.v3n2/42-63/pt>>. Acessado em: 15 de fev.2023.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião pública**, v. 11, p. 33-63, 2005.

MOREIRA, Eugénio Carlos da Conceição Rodrigues. **Segurança Social Guineense: (Contributo Para o Estudo e compreensão)**. Universidade de Lisboa (Portugal), 2010.

MOREIRA, Joacine Katar. **A Cultura di Matchundadi na Guiné-Bissau: Género, Violências e Instabilidade Política**. 2018. Tese de Doutorado. ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Portugal).

MOURÃO, Daniele, Ellery. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção**. Pro-Posições [online]. 2009, vol.20, n.1, pp.83-101. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n1/v20n1a06.pdf>>. Acesso em: 17 de Abr.2022.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3 Seminário Nacional sobre Relações Raciais e Educação—PENESB. **Rio de Janeiro**, v. 5, 2003.

NAMONE, Dabana. A luta pela independência na Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do PAIGC: etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional. 2014.

NDIAYE, Detoubab. O difícil processo de transição da Democracia política africana. **África [s]-Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África**, v. 1, n. 2, 2014.

NZONGOLA-NTALAJA, Georges. Desafios para a formação do Estado na África. In: **Carlos Lopes (Org.). Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo, Unesp, 2012. Cap.5. p.107-132.

NZINZI, Pierre. A democracia na África: a ascendência platônica. **Revista Reflexões de Filosofia**, a. 11, n. 20, p. 72-89, 2022.

OLIVEIRA, Adilson Vagner de. Por que políticos corruptos se reelegem? um estudo sobre racionalidade e corrupção. **Revista de Estudos Sociais**, v. 20, n. 41, p. 187-203, 2018.

PAZ, Relatório Voz di «**Guiné-Bissau - As causas profundas de conflitos: a voz do povo- Resultados da auscultação nacional realizada em 2008**». Disponível:<https://www.interpeace.org/wpcontent/uploads/2010/08/2010_GB_Interpeace_Voz_Di_Paz_The_Voice_Of_The_People_PT.pdf>.Acesso: 09 de mai.2018. Acesso em: 20. mar. 2022.

PEIXOTO, Maria Denize S. *Estudantes guineenses na Universidade Federal da Uberlândia— sociabilidade de identificações em terras além-mar*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal da Uberlândia, 2014, 216 f.

PEREIRA, Aristides. O meu testemunho: uma luta, um partido, dois países. Notícias, 2003.

POUTIGNATP, Philippe. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras** de Fredrik Barth/ Philippe Poutignant, Jocelyne Streiff-Fenart; tradução Elcio Fernandes.-2.ed.São Paulo: Ed.Unesp, 2011.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>>. Acesso em: 16 de jul. 2022.

QUEIROZ, Thaís de Oliveira. Trajetórias Democráticas e Estratégias de Liberalização: a Evolução da Democracia nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa no Pós-Guerra Fria. XXX p. (UnB/IREL, Política Internacional e Comparada, 2017). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Instituto de Relações Internacionais.

RADMANN, Elis Rejane Heinemann. O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral. 2001.

ROQUE, Sílvia Andreia Mateus. Das revoluções por cumprir às resistências (im) possíveis: jovens e percursos de violências em El Salvador e na Guiné-Bissau. 2014. Tese de Doutorado.

RUDEBECK, Lars. Uma interpretação das teorias de Cabral sobre a democracia. In: **Carlos Lopes (Org.). Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo, Unesp, 2012. Cap.5. p.133-145.

SANGREMAN, Carlos et al. A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil, 2006.

SCANTAMBURLO, Luigi. O Léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português: ensino bilingue português-crioulo guineense. 2013.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. **As mandjuandadi – cantigas de mulher na Guiné-Bissau**: da tradição oral à literatura. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Letras, Belo Horizonte, 2010.

SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. **PAIGC: A fase do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)** / Rui Jorge da Conceição Gomes Semedo. – São Carlos: UFSCar, 2009.

_____. **Ponto de vista. São Carlos/Brasil**: Pedro & João Editores, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kattryam Woodward.15.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 73-102.**

SILVA, ANTONIO E. DUARTE. As Constituições da Guiné-Bissau. Que constitucionalismo?. In: **workshop “Debater a Constituição da Guiné-Bissau”, Bissau. 2010.** Disponível em: <[https://www.didinho.org/Arquivo/SeminarioDebater\[1\].pdf](https://www.didinho.org/Arquivo/SeminarioDebater[1].pdf)>. Acessado em: 03 de fev. de 2023.

SILVA, Domingas da. O tabu e o visível: tribalismo e política na eleição de 2019-2020 em Guiné-Bissau. 2022.

SUCUMA, Arnaldo. **Estado e ensino superior na Guiné-Bissau 1974-2008**. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

TEIXEIRA, Olívio Alberto. Interdisciplinaridade: problemas e desafios. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 1, n. 1, 2004.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **A sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau**. Recife. (Dissertação de mestrado em Sociologia) PPGS-UFPE, 2008.

_____. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado**/Ricardino Jacinto Dumas Teixeira. – Recife: Ed. Do Autor, 2015. 519 p.

_____. **Consciência nacional, democratização e conflito político: semelhanças e diferenças entre Guiné-Bissau e Moçambique**. (2010).

TERENCIANO, Fidel. **DEMOCRACIA ELEITORAL E O PAPEL DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA ESTRUTURAÇÃO DO VOTO - UM CASO AFRICANO: MOÇAMBIQUE (1994-2014)** / Fidel TERENCIANO. -- 2020.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação/ Michel Thiollent. – 18. ed.São Paulo: Cortez, 2011.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática?. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 191-228, 2006.

VIANA, Nildo. O que são partidos políticos. **Goiânia, Edições Germinal**, 2003.

VILLEN, Patrícia. Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo: entre harmonia e contradição. 1 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes. As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia. **UNESP**, 2012.

WAMALA, Edward. Government by Consensus: An Analysis of a Traditional Form of Democracy. In: WIREDU, Kwasi (ed.). A Companion to African Philosophy. Malden, Oxord, Victoria: Blackwell, 2004, p. 435-442. Tradução para uso didático por Luan William Strieder.

WICK, Alexis. A nação no pensamento de Amílcar Cabral. In: Carlos Lopes (Org.). Desafios contemporâneos da África: o legado de Amilcar Cabral. São Paulo, Unesp, 2012. Cap.4. p.69-105.

WIREDU, Kwasi. **Democracia e consenso na política tradicional africana**. Tradução para uso didático de: WIREDU, Kwasi. Democracy and Consensus in African Tradicional Politics. A Plea for a Non-party Polity. **Polylog: Forum for Intercultural Philosophy**. 2 (2000). disponível em: <<http://them.polylog.org/2/fwk-en.htm>>, por Márcio Moreira Viotti. Revisão de wanderson flor do nascimento.

WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo e crítica do constitucionalismo na América Latina. **ANTONIO CARLOS WOLKMER DANIELA MESQUITA LEUTCHUK DE CADEMARTORI GERMANA DE OLIVEIRA MORAES MARCOS LEITE GARCIA**, p. 61, 2020.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de pesquisa / Liane Carly Hermes Zanella. – 2. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.